



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia



**A CONFIGURAÇÃO DO
 ESPAÇO COMO
 OCORRÊNCIA DA
 VIOLÊNCIA E DO MEDO: A
 QUESTÃO DE ÁREAS DE
 BAIXA RENDA NO BAIRRO
 DA IPUTINGA – RECIFE (PE)**

CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

RECIFE
Março/2012



CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO COMO OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: A QUESTÃO DE ÁREAS DE BAIXA RENDA NO BAIRRO DA IPUTINGA – RECIFE (PE)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Geografia
junto ao Departamento de Ciências Geográficas
da Universidade Federal de Pernambuco sob a
orientação do professor Dr. Alcindo José de Sá.

**RECIFE
Março/2012**

Catálogo na fonte

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S729c Souza, Carlos Alberto Duarte de.

A configuração do espaço como ocorrência da violência e do medo:
a questão de áreas de baixa renda no bairro da Iputinga – Recife (PE) /
Carlos Alberto Duarte de Souza. – Recife: O autor, 2012.

152 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco
CFCH.

Programa de Pós –Graduação em Geografia – PPGeo, 0 2012.

Inclui bibliografia e anexos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

Título: “A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO COMO OCORRÊNCIA DA
VIOÊNCIA E DO MEDO: A QUESTÃO DE ÁREAS DE BAIXA RENDA
NO BAIRRO DA IPUTINGA – RECIFE (PE)”

BANCA EXAMINADORA

TÍTULARES:

Orientador:

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

1º Examinador:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim (UFPE)

2º Examinador:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunhas Farias (UFCG)

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2012.

Dedicatória

*A minha família, especialmente a minha mãe,
Ana Glória Duarte de Souza*

AGRADECIMENTOS

Considera-se aqui a parte mais fácil deste trabalho, o ato de agradecer aqueles que, diretamente ou indiretamente, possuem influência sobre esta pesquisa e acredito que se torna pequeno apenas a menção aqui exposta.

Inicialmente, gostaria de agradecer às condições da vida, por elas terem sido favoráveis a diversas questões, incluindo, claro, a feitura do mestrado e a conclusão deste trabalho. Mesmo que tais condições possuam marcas que trazem vivências em espaços diversos, que tornem o caminho para certos desejos mais longo e exija mais esforço; marcas de algumas ausências que temperaram a impaciência e promoveram desconfortos, marcas das conquistas, dos momentos em família, dos risos com os amigos, da cobrança nos trabalhos, do aprendizado que a vida rotineiramente promove; as marcas dos momentos ruins e reflexivos e das coisas boas. A estas tão comuns e humanas condições, o meu obrigado e a torcida pela continuidade duradoura de muitas delas.

Dentro disto, destaco o meu agradecimento a três esferas: a família, os amigos e as instituições. Na primeira, por ter na união, no respeito, no amor e em princípios que se aproximam da ética a base que ajudou e ajuda a lidar com a vida; na segunda, por contar com o apoio, com as discussões, com as diversas contribuições, pelo empréstimo de materiais, tradução de textos e pelo fato de simplesmente existirem. Numa relação, que não segue por nível de importância, segue alguns desses queridos amigos: Roberto Souza, Valtemira Vasconcelos, Juliana Lucena, Sara Vauthier, Elaine Calaça, Rosaura Muniz, Sandra Dias e Juliana Martorelli. Aqui, faço a menção aos jovens que ajudaram na aplicação dos instrumentos: Cristiano Duarte, Vitor Oliveira e Carlos Felipe.

A terceira esfera (as instituições) inicio pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que permitiu através do recurso da bolsa as condições para feitura do trabalho, à UFPE, precisamente, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), pelas indicações de leitura e discussões nas disciplinas, ao orientador Prof. Dr. Alcindo José de Sá por contribuir no desenvolvimento do trabalho; à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) pela liberação de dados que permitiram a análise da área pesquisada, a Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras da

Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), por ceder mapeamento e cartografia temática referente ao bairro da Iputinga e da cidade do Recife; ao Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares (Gajop), que, na pessoa de Célia Rique (Coordenadora do Programa de Educação para Cidadania), foi possível conseguir material para enriquecer este trabalho e a Obra Social Santa Maria (OSSAM), especialmente a Tania Mendes e Ir. Sofia pela contribuição na minha formação de valores. A todos, meu muito obrigado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

RESUMO

A configuração do espaço como ocorrência da violência e do medo: a questão de áreas de baixa renda no bairro da Iputinga – Recife (PE)

Carlos Alberto Duarte de Souza

O presente trabalho busca compreender como o medo da violência criminosa, entre os anos de 1980 e 2010, imprimiram na sociedade, posturas em função do medo de tais ocorrências. Logo, entende-se que como consequência o espaço materializa o sentimento do medo em novos rearranjos, atribuindo-lhe uma nova configuração. Como área de pesquisa, elegeu-se o bairro da Iputinga, situado na RPA-4, na zona oeste da cidade do Recife, mas precisamente 17 áreas de baixa renda presentes no mesmo. Dessa forma, intentou-se identificar como o sentimento do medo, cada vez mais difundido, opera em locais que são apontados como provedores da violência criminosa e, ao mesmo tempo, são passíveis das ocorrências em seus territórios. Para tanto, utilizou-se de um instrumento de coleta de dados (questionário) que permitisse inferir minimamente sobre a percepção dos moradores dessas áreas. A partir da análise dos dados primários, verificou-se pistas que demonstram as particularidades territoriais, podendo assim fazer uma relação entre a psicoesfera e tecnoesfera promulgadas por Santos (1997).

Palavras-chave: Configuração do Espaço; Iputinga; Áreas de baixa renda; Medo e Violência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

ABSTRACT

The configuration space as the occurrence of violence and fear: the issue of low-income areas in the neighborhood of Iputinga – Recife (PE)

Carlos Alberto Duarte de Souza

This study aims to understand how the fear of criminal violence, between 1980 and 2010, brought to the society, attitudes of fear as a function of such occurrences. Thus, it is understood that as a consequence the space incorporates the feeling of fear in new arrangements, giving it a new setting. As an area of research, was elected as the district Iputinga, located in RPA-4 in the west of the city of Recife, but just 17 low-income areas present in the same area. Thus, attempts to identify how the feeling of fear, increasingly widespread, operates in places that are mentioned as providers of criminal violence and at the same time are capable of occurrences in their territories. For this purpose, we used a data collection instrument (questionnaire) that would allow minimally infer about the perception of local residents. From the analysis of primary data, we found clues that show specific territorial, so you can make a relationship between the technosphere and psychosphere promulgated by Santos (1997).

Keywords: Configuration Space, Iputinga, Low-Income Areas; Fear and Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Organograma sobre a violência	27
Figura 02	Evolução dos homicídios no país por 100.000 habitantes entre 1980 a 2008	35
Figura 03	Epítome de capas que ilustram o cenário violento e os fatos marcantes entre os anos de 1981 a 2010.....	41
Figura 04	Propaganda de objetos de defesa pessoal	47
Figura 05	Relação entre o número de homicídios em Pernambuco entre o período de 2000 a 2010 e os gastos com a Secretaria de Defesa Social – SDS	56
Figura 06	Demonstração da violência criminosa e as ações públicas em manchetes de jornais entre o período de 2000 a 2010	59
Figura 07	Jornais e Diários Oficiais sobre violência, criminalidade e segurança no Recife entre 1980 a 2010.....	61
Figura 08	Localização do bairro da Iputinga na cidade do Recife (PE).....	69
Figura 09	Dados sócio-demográficos do bairro da Iputinga (2000).....	72
Figura 10	Números de roubos no bairro da Iputinga (2005-2010).....	75
Figura 11	Números de CVLI no bairro da Iputinga (2005-2010).....	77
Figura 12	Síntese de material veiculado sobre acontecimentos violentos criminosos na Iputinga	78
Figura 13	Localização das áreas de baixa renda no bairro da Iputinga.....	80
Figura 14	Aspectos das áreas de baixa renda Invasão São João, Vila São João, Detran e Barbalho	84
Figura 15	Aspectos de áreas de baixa renda: Santa Marta, Vila União, Ayrton Senna e Skylab	89
Figura 16	Aspectos de áreas de baixa renda: Leal de Barros, Alto do Céu, Vila São Pedro e Barão de Soledade.....	92
Figura 17	Aspectos de áreas de baixa renda: Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Caiara e Bomba Grande.....	98
Figura 18	Condição de atividade e renda média mensal dos moradores de áreas de baixa renda do bairro da Iputinga.....	105

Figura 19	Aspectos referentes ao morar em áreas de baixa renda do bairro da Iputinga.....	106
Figura 20	Demonstração de medo por pontos territoriais no bairro da Iputinga e os principais locais apontados.....	109
Figura 21	Áreas de baixa renda da Iputinga com maior índice de vitimização e locais de ocorrência.....	112
Figura 22	Práticas de segurança mencionadas pelos moradores de áreas de baixa renda da Iputinga.....	113
Figura 23	Casas de segmento médio presentes nas proximidades das áreas de baixa renda do bairro da Iputinga.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Número de homicídios no Brasil entre 1990 a 2008.....	37
Gráfico 02	Relação entre taxas de homicídios e analfabetismo no Brasil entre 1980 a 2000.....	40
Gráfico 03	Número de homicídios em Pernambuco entre 1980 a 2010.....	44
Gráfico 04	Evolução dos homicídios na cidade do Recife entre 1980 e 2010.....	60
Gráfico 05	Valor percentual por área de baixa renda pesquisada no bairro da Iputinga.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Síntese sobre os principais pontos abordados no conceito de violência por alguns autores.....	31
Quadro 02	Investimentos do Pronasci e em segurança pública em nível Nacional e no Estado de Pernambuco entre 2008 e 2010.....	54
Quadro 03	Efetivo policial de Pernambuco atual e de conformidade com as leis nº 13.232 e 13.233 de 23 de maio de 2007.....	57

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AIS - Áreas Integradas de Segurança

Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

CGPLAN/MJ – Coordenação Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça

CID – Classificação Internacional de Doenças

Cipec - Centro Integrado de Pesquisa e Comunicação

CLI – Crimes Letais Intencionais

Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento

Condepe/Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

Conderm - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRM - Comando de Policiamento da Região Metropolitana

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

DAL - Delegacia de Assaltos e Latrocínios

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

Detran – Departamento de Trânsito

DIRURB - Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras

DIRMAM - Diretoria de Meio Ambiente

DO – Diário Oficial

DP – Diário de Pernambuco

FP – Folha de Pernambuco

Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

GGI - Gabinete de Gestão Integrada

GGIM - Gabinetes de Gestão Integrada Municipais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

Infopol - Sistema de Informações Policiais

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

JC – Jornal do Commercio

MNMMR - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração de Crescimento
PCR – Prefeitura da Cidade do Recife
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPV – Pacto pela Vida
Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RMR – Região Metropolitana do Recife
RPA – Região Político Administrativa
SDS – Secretaria de Defesa Social
Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM - Subsistema de Informação sobre Mortalidade
Spurb – Secretaria de Política Urbana
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SUS – Sistema Único de Saúde
Susp - Sistema Único de Segurança Pública
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Figuras

Lista de Gráficos

Lista de Quadros

Lista de Siglas

INTRODUÇÃO.....	14
1. FRAGMENTOS DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA E DO MEDO ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2010.....	19
1.1 Breves colocações sobre o medo, a violência e suas interfaces.....	21
1.1.1 Algumas palavras sobre o espaço da cidade como gerador de violência.....	28
1.2 Breve contexto nacional e estadual sobre o viés da violência entre 1980 a 2010.....	32
1.2.1 Cenário brasileiro.....	33
1.2.2 Cenário pernambucano.....	43
1.2.2.1 Uma síntese do Pronasci e do Pacto pela Vida em Pernambuco.....	52
1.2.3 O cenário recifense.....	60
2. O BAIRRO DA IPUTINGA E AS ÁREAS DE BAIXA RENDA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E EPÍTOME DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA.....	68
2.1 Percursos de um bairro violento (1980 a 2010).....	73
2.2 Breves colocações sobre as áreas de baixa renda presentes no bairro da Iputinga.....	79
2.2.1 Invasão São João, São João, Detran e Barbalho.....	81
2.2.2 Santa Marta, Vila União, Ayrton Senna e Skylab.....	85
2.2.3 Leal de Barros, Alto do Céu, Vila São Pedro e Barão de Soledade.....	90
2.2.4 Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Bomba Grande e Caiara.....	93
3. REFLEXOS DO MEDO E DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO: O CASO DE ÁREAS DE BAIXA RENDA DA IPUTINGA.....	100
3.1 Aspectos gerais dos entrevistados.....	104
3.1.1 A percepção da população local sobre o medo e a violência.....	107
3.2 O que ainda dizem os números.....	116
3.3 O olhar da geografia sobre a violência e o medo.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
Apêndice 01 – Instrumento de coleta de dados.....	144
Apêndice 02 – Quantificação dos dados coletados.....	145

INTRODUÇÃO

Tem tornado-se comum agir com cuidado em praticamente todos os ambientes que circulamos. Na rua, onde o contato com o outro e a expectativa do por vir, faz com que andemos apenas com o necessário, em casa, onde temos, minimamente, algum aparato que traga mais segurança, na nossa opção de lazer, que conscientemente acaba sendo os lugares mais seguros, enfim, os nossos hábitos estão carregados de posturas que demonstram o medo de perder algo e a vida, intensificado pela difusão de informações, principalmente sobre a violência criminosa.

O medo e a violência não são questões contemporâneas. O medo é inerente e importante, inclusive para nossa sobrevivência. A violência, tão multifacetada, existe (trazendo-se o conceito para uma leitura atual) desde a formação do homem em grupos. O que basicamente mudou foi a intensidade da difusão das informações que impulsionam o medo e a nova forma de “permissão” de acontecimentos violentos. Atualmente, a violência ocorre, não apenas por uma vazão humana de sentimentos raivosos ou de defesa, mas em consonância com às condições socioeconômicas, à formação do indivíduo, o sistema que não pune, o cárcere que não ensina, o individualismo que se acentua, às desigualdades que se alargam, o consumo que seleciona e à cidadania que não iguala. A relação das motivações é imensa, mas acredita-se, que extraíndo o ser de ira que há em todos, alguns aspectos poderiam ser atenuados.

Em função disto, vem sendo construído novos hábitos, que acabam imprimindo ao espaço uma nova configuração, a qual tenta responder ao sentimento real ou não do medo. Muros altos, cercas, grades, vigilantes, câmeras, enfim, uma gama de aparatos que vão se sofisticando para promover a segurança. O mesmo também vem ocorrendo em espaços públicos que vem ampliando a forma de vigilância e construindo formas que são impeditivas à circulação.

Pode-se dizer que o fenômeno não é isolado, que ocorre em várias partes do mundo. Em especial nos países mais pobres, não se fazendo uma associação direta às condições da pobreza, mas que estatisticamente os números, por exemplo, de roubos e homicídios, aparecem mais elevados. O Brasil encontra-se entre eles, e, tomando-se os números de mortes violentas de 2010, verifica-se que ocorreram próximo de 50 mil (WAISELFISZ, 2011), número elevado e superior a vários outros

países do mundo com equivalência populacional e territorial. Algumas de suas unidades federativas contribuem mais expressivamente para tais números, dentre elas Pernambuco, que no mesmo ano apresentou 7% do total de homicídios. O destaque para as ocorrências nesse Estado fica com a Região Metropolitana do Recife, tendo a capital como expoente.

Nesse ínterim, é de esperar que uma localidade cujas ações violentas criminosas ainda permanecem expressivas, onde a aglomeração urbana demonstre-se intensa e a imprensa promova a divulgação dos acontecimentos violentos, que a população adote posturas defensivas e de hostilidade, propiciando novas estruturas como já comentado.

O presente estudo buscou observar como essa expressão do medo se materializa em áreas de baixa de renda, locais que são apontados como provedores da violência criminosa e, ao mesmo tempo, são passíveis das ocorrências em seus territórios. A área escolhida foi um dos bairros da cidade do Recife, a Iputinga, situado na parte oeste do município, presente na quarta Região Político Administrativa (RPA-4), assim escolhido por já ter desenvolvido trabalhos com jovens da localidade no sentido de reconhecimento da área, mapeamento e levantamento dos problemas de infraestrutura. Tais atividades serviam de base para as discussões em sala de aula permitindo, ainda, que esse material permeasse outros assuntos como drogas, sexualidade, cidadania, segurança e direitos humanos.

Inicialmente, o projeto de pesquisa abarcava apenas duas áreas do bairro: Detran e Ayrton Senna, comunidades com expressivas ocorrências da violência criminosa, contudo, após as primeiras etapas da pesquisa, verificou-se que ampliar o perímetro do estudo significaria ter uma melhor amostragem de como o medo da violência criminosa interfere no modo de vida das pessoas de áreas de baixa renda e como as mesmas modificam a estrutura do lugar em função disto. Ainda, sendo possível comparar os resultados de uma área com a outra e verificar como se dá a percepção dos moradores sobre as outras localidades. Baseado na cartografia gentilmente cedida pela Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) foi possível averiguar que no bairro existem 17 áreas de baixa renda (Invasão São João, São João, Santa Marta, Ayrton Senna, Skylab, Vila União, Barbalho, Detran, Vila São Pedro, Leal de Barros, Alto do Céu, Barão de Soledade, Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Bomba

Grande e Caiara), assim, a pesquisa resolveu abarcá-las pelos motivos acima mencionados.

Em função disto ocorreu, também, a modificação do título inicial assim como breves ajustes na metodologia. Para realização do trabalho adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento de dados para destacar a constituição histórica do Brasil, do Estado de Pernambuco, da Cidade do Recife, do bairro da Iputinga e das áreas de baixa renda no contexto da violência e do medo através de pesquisa documental e bibliográfica (livros, artigos, reportagens – jornais -, relatórios de pesquisa, dentre outros instrumentos bibliográficos que trataram do conteúdo), realização de pesquisa em órgãos estaduais e municipais.

Contudo, foi necessário verificar esse fenômeno no tempo, logo foi preciso demarcar um início para análise, optando-se, então, pelo ano de 1980, por entender que ainda mantinha hábitos/costumes de décadas anteriores e, também, se apresenta como abertura para as novas tecnologias e padrões sociais, para fechar este recorte no tempo, põe-se o ano de 2010, assim, ocorreu a verificação em mais de três décadas de passagens que apontam como a violência criminosa e, conseqüentemente, o medo contribuíram para a constituição do espaço.

Ainda no que se refere aos procedimentos metodológicos, foi realizada a aplicação de instrumento de coleta de dados (questionário), com procedimentos qualitativos, para levantamento de informações nas 17 áreas mencionadas. No total, ocorreu a aplicação de 202 instrumentos e através dos mesmos foi possível captar um pouco da percepção dos moradores e assim delinear um perfil de cada área e poder associar, em partes, os resultados na configuração de seus espaços. Para tanto, foi necessário fazer outro recorte, em que sentido buscou-se trabalhar a percepção sobre a violência? Como mencionado as formas como a violência se expressa são variadas, seu sentido é amplo. Logo influenciado e de concordância com algumas leituras, optou-se por trabalhar a violência criminosa, que diz respeito aos atos puníveis por lei. Dessa forma, é possível, mensurar parte dessa realidade e focar nos questionamentos apenas sobre esse viés, obtendo em consequência respostas que falem do medo que essas ocorrências geram.

Dentro do levantamento de dados que retratem um pouco da violência criminosa, trabalhou-se com o critério da morte ocasionada por outro, em situações não justificadas, que são denominadas pelo Ministério da Saúde como mortes violentas e pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, como Crimes

Violentos Letais Intencionais (CVLI). As informações de óbitos disponibilizadas pela base de dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (WAISELFISZ, 1998, 2004, 2010), levam em consideração as mortes por fatores externos e são mensuradas desde 1979. Os números dos CVLI, levantados pela SDS/PE e divulgados pela Condepe/Fidem, constam a partir do ano de 2005. Entre tais fontes é possível perceber algumas diferenças nos números, isso em função das metodologias usadas. O DATASUS, como mencionado, faz uso das certidões de óbitos que procura dentro da Classificação Internacional de Doenças (CID) fazer um agrupamento das mortes por agressão de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima, além de fazer esse levantamento entre os residentes na cidade e os que ocorreram na mesma; enquanto a outra referência utiliza dados relativos às vítimas de crimes violentos extraídos do banco de Crimes Letais Intencionais (CLI) do Sistema de Informações Policiais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (Infopol/SDS-PE), ou seja, as mortes registradas pelas delegacias.

É importante mencionar que não se há pretensão de comparar as metodologias e a partir disso por em dúvida a qualidade de dados de um ou de outro, mas que as fontes podem servir de base para verificação do fenômeno violência e a partir disto fazer um paralelo com as configurações espaciais. O uso desses dados, por serem quantificados desde o período aqui observado, permite vislumbrar parte do cenário violento na capital pernambucana, enquanto os outros vieses da violência (psicológica, privação, política...) possuem uma mensuração complicada, sendo assim difícil pontuar o real quadro violento nesse recorte de tempo.

Como objetivo geral, buscou-se compreender como o processo de configuração espacial de áreas de baixa renda permite evidenciar os espaços da violência e do medo, no Bairro da Iputinga. Para nortear essa meta, alguns questionamentos serviram como mola propulsora: Como o medo da violência urbana, cada vez mais difundido e acentuado, se incorpora ao processo de urbanização e ao tecido da cidade, especialmente nas áreas em tela? Em que medida o processo histórico da violência urbana e do medo na cidade do Recife contribuem para o cenário atual? Até que ponto o processo de formação do bairro da Iputinga e das áreas de baixa renda permitiram a estigmatização, práticas ilícitas/violentas e a circulação comprometida de seus moradores? Que leitura os

residentes das áreas de estudo fazem da violência criminosa e que implicações ocorrem em função disto?

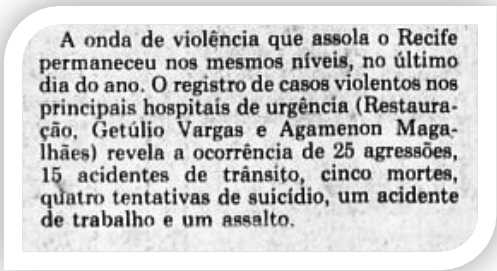
Assim, em três capítulos buscou-se levantar dados que intenta aproximar-se de uma possível resposta. No capítulo 01, encontram-se breves colocações sobre o medo e a violência, em sequência coloca-se um epítome de acontecimentos que se alinham à discussão da violência criminosa nos cenários nacional, estadual e local, no caso, a cidade do Recife. Ainda, há rápidas menções sobre a atuação de dois programas de combate a violência o Pronasci e o Pacto pela Vida. No capítulo seguinte, busca-se caracterizar o bairro da Iputinga e as 17 áreas de baixa renda, procurando evidenciar, quando possível, o processo de formação e os acontecimentos violentos criminosos ocorridos nesses espaços. No último, apresentam-se os resultados da pesquisa feita nas áreas em tela, trazendo uma análise qualitativa dos dados, assim como as possibilidades que a Geografia tem para analisar os reflexos do medo da violência criminosa sobre o espaço. Intencionalmente, não se colocou a discussão teórica no início do trabalho, pois se buscou aproximar a sua aplicabilidade com os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 01

**Fragmentos da violência
criminosa e do medo entre os
anos de 1980 a 2010**



1. FRAGMENTOS DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA E DO MEDO ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2010



A onda de violência que assola o Recife permaneceu nos mesmos níveis, no último dia do ano. O registro de casos violentos nos principais hospitais de urgência (Restauração, Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães) revela a ocorrência de 25 agressões, 15 acidentes de trânsito, cinco mortes, quatro tentativas de suicídio, um acidente de trabalho e um assalto.

Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1980. Capa.

Muito acontece em mais de três décadas (1980-2010). Tomando as gestões públicas como exemplo, ocorreram 08 mandatos federais e estaduais e 10 municipais. As populações de Recife, Pernambuco e Brasil cresceram mais de 30%, 38% e 42%, respectivamente (IBGE, 2010). Há 30 anos um trabalho acadêmico era feito com recurso da datilografia, o Complexo Industrial Portuário de Suape começava suas atividades, na capa do dia 01/01/1980 do Diário de Pernambuco havia a seguinte manchete: “Figueiredo concita os brasileiros a olhar o futuro com esperança”, Milton Santos publicava sua décima obra: A urbanização desigual, pela editora Vozes, nesta época a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já possuíam 46 anos de sua fundação.

Em 10.956 dias, ou 262.800 horas, ou 15.768.000 minutos, centenas de milhões de acontecimentos ocorreram sobre o espaço pelos mais variados agentes, ocasionando modificações sobre a tecnoesfera e a psicoesfera, bem como na percepção do tempo.¹ É sabido que o processo de formação das áreas urbanas deve-se a uma série de fatores que implicam na transformação e produção deste espaço. Essa dinâmica é fomentada por atores diversos, e, em períodos distintos, alguns tiveram maior ou menor peso no processo de produção do espaço.

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2008, p.39), pautando-se nessa afirmativa é de convir que estes mesmos acontecimentos são os que permeiam a vida. Dentre eles, a violência e o medo da criminalidade, que

¹ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão. São Paulo: Hucitec, 1997.

tornaram-se aspectos tão densos na sociedade, que vem contribuindo para posturas diferenciadas e reflexo na configuração do espaço, vieram se agregando como agentes nesse processo. O tempo desses acontecimentos, seu acúmulo, sua introjeção pelo coletivo, as intervenções públicas e privadas, o aspecto cultural entre outros, são pontos que agregados ao fator violência e o medo ajudam a tecer espaços mais hostis.

Entender o aspecto atual de um determinado espaço é rever como se deu o processo de formação do mesmo. Buscar através de mais de três décadas passagens que apontem como a violência criminosa e consequentemente o medo, contribuíram para a constituição do espaço, especialmente o recifense, é a principal intenção deste capítulo.

1.1 Breves colocações sobre o medo, a violência e suas interfaces

Um dos principais problemas hodiernos é, talvez, o crescimento excessivo da violência urbana e dos índices de criminalidade nas urbes brasileiras, principalmente no que tange às grandes e médias cidades. Trata-se de um tema que é praxe na mídia, em todas as suas formas, sendo, quiçá, o fator que mais gera preocupação para os moradores das grandes cidades. Eduardo Kalina (1987) já mencionava que “são alguns títulos de toda uma bagagem cultural violenta da atualidade, que oferecem fundamentos para que triunfe a concepção narcisista-destrutiva de que a vida não vale nada” (KALINA, 1987, p. 14).

Com essa contribuição dos meios de comunicação de massa, a sensação de insegurança, de medo e mal-estares tornaram-se generalizadas e atingiram contornos de pandemia e a mesma tem sido espelhada no espaço, ou seja, tornando-se também fator de remodelação e construção do mesmo. “... as práticas de violência não estão dissociadas do espaço; o espaço comparece em sua dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais” (SOUZA, 2008, p.11).

O medo multifário, que é inerente ao ser humano, tem se apresentado, especialmente nas últimas décadas, mais acentuado. Há de considerar que parte substancial desses temores possui ligação com o aumento da violência, dessa forma, neste trabalho, o medo é enquadrado pelo viés da violência criminosa.

Medo é uma reação natural a algum evento que signifique algum perigo em potencial. Trata-se de uma resposta natural do ser humano a alguma ameaça que, muitas vezes, ajuda a lidar com certas situações inesperadas e que envolvam certo grau de periculosidade. Por exemplo, o medo de não reagir durante um assalto, cuja reação poderia acarretar consequências muito mais graves, trata-se de uma questão subjetiva, que independe de cada pessoa, de sua formação, estado emocional, grau de responsabilidade etc.

Mencionando as reações orgânicas do medo, é possível encontrar nos escritos de Regis de Moraes as seguintes informações:

Hoje se sabe que o medo produz uma “inibição cortical” (...) dá-se uma inibição proveniente de ordens cerebrais, que tende sempre a produzir quadros de queda da pressão arterial (hipotensão) e, quando não o enrijecimento orgânico, a descoordenação motora (MORAIS, 1981, p.13-14).

De acordo com Masci, (1998, p. 12 apud SORIANO) “Medo é um sentimento universal e muito antigo. Pode ser definido como uma sensação de que você corre perigo, de que algo de muito ruim está para acontecer, em geral acompanhado de sintomas físicos que incomodam bastante”. A sensação do perigo, que pode ser provocada por uma situação de violência, impulsiona a sociedade a reagir de forma amedrontada. Esse desconforto, como já mencionado, é refletido na configuração do espaço. Desta forma, o medo representa, também, um cárcere e o mesmo, também, pode gerar situações de violência e de contravenções.

O medo não apenas provoca o estado de paralisia frente a um outro agressor, mas também parece provocar atitudes que visam à transgressão, à simulação e à recriação de formas de sociabilidade. Formas de ação social, imperceptíveis ou não, que desmontam no cotidiano o ordenamento instituído e recriam ou refazem, permanentemente, uma nova possibilidade de viver socialmente no interior da ordem dada, pela forma assumida ou manifesta da relação (KOURY, 2002, p.122).

Logo, a visão de Mauro Koury permite a conclusão de que o medo alimenta situações que podem provocar ainda mais medo, ou seja, é retroalimentada pelos acontecimentos presentes no espaço, transformando-o.

Como comentado anteriormente, o medo é uma condição humana, a este é denominado como medo inerente, que garantiu a preservação da nossa espécie na sua trajetória evolutiva antropomórfica, biológica e cultural. Há também o medo

difuso, construído pela cultura do amedrontamento. Esse medo desorienta e atordoa sobre as causas reais de muitos dos mal-estares atuais, dificultando a adoção de estratégias eficazes de combate às verdadeiras causas de muitos dos medos individuais e coletivos, ele apoia e reforça as ações dominantes conservadoras (SOARES, 2008).

As causas dos principais medos são baseadas em três fontes geradoras: a diversidade, a desigualdade e a incerteza. É na diversidade presente no espaço geográfico que ocorrem as mais diversas manifestações, o que pode causar uma convivência conflituosa; a desigualdade reflete-se na distribuição desigual de renda que gera formas também dessemelhante de apropriação e de uso do tempo e do espaço e a incerteza, celebra a dúvida do porvir.

Ainda de acordo com Soares (2008), o medo pode ser entendido tanto como uma emoção positiva quanto negativa. Quando se é alertado diante de um acontecimento de risco ou perigo e o medo entra como preventor, resguardando-nos de males de magnitudes variáveis, é dito como positivo. Já seria negativo, quando acontecimentos que são possivelmente esperados, paralitem as nossas ações presentes.

O sentimento de medo pode ter, na ótica da insegurança, duas motivações: a insegurança real e a insegurança sentida (DELUMEAU, 2007, p.50). A insegurança sentida à qual Delumeau se refere está associada ao medo difuso (citado acima, e que está conexo à construção da cultura do amedrontamento) e a insegurança real atrelada aos riscos e perigos autênticos.

De forma geral, o medo vem contribuindo para a sensação de mal-estar na sociedade, impulsionado, ainda mais pela cultura do amedrontamento – medo difuso – e que, atualmente, apoia-se em acontecimentos violentos. A violência vem se apresentando como um forte impulsionador de medo no coletivo, tais ocorrências, ilustradas nas mais diversas formas de comunicação, somatizam, ainda mais, o problema da cultura do amedrontamento. Marcelo Lopes ilustra bem isso:

[...] a mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo (SOUZA, 2008, p.30).

Nesse contexto, o medo é impulsionado pela sensação de insegurança que se coloca – não negando-se aqui o fato real da sua existência – e pelas situações violentas. O medo é concretizado no espaço desde tempos muitos pretéritos. Os reis em seus castelos já usavam de uma arquitetura de defesa que lhes garantissem o mínimo de proteção aos seus pertences e as suas vidas. Assim tem sido durante séculos, o medo do outro, da perda material, da morte, entre outros, tem contribuído para formação de espaços reclusos.

Atualmente, a violência tem sido apontada como premissa forte na formação de medos, especialmente, a criminosa. A presença de fatos violentos na sociedade não é um fenômeno recente, contudo a constância desses acontecimentos tem demonstrado que a violência faz parte do dia-a-dia. “A violência está de tal forma integrada no cotidiano, que o homem parece não poder prescindir dela, na rua ou no recesso do lar” (PEREIRA, 1975, p. 15).

A rigor, não faz sentido falar em violência no "singular", já que se está confrontando manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam à existência de tipos diferenciados. O pesquisador Pinheiro (2003, p.14) menciona, quando busca apontar a origem da palavra, que a “violência provém do latim *violentia*, que significa ‘veemência’, ‘impetuosidade’, e deriva da raiz latina *vis*, ‘força’”. Há um consenso que a violência não se apresenta de uma única forma. Enquanto conceito, a palavra violência demanda certo esforço para contemplar o seu significado, levando-se em consideração a sua diversidade, a natureza dos acontecimentos e a forma de atuação. A Organização Mundial de Saúde (OMS) coloca o seguinte conceito para violência:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de movimento ou privação (PINHEIRO, 2003, p.16).

Essa definição possibilita que as relações de poder sejam, também, vistas como ato violento², de acordo como se estabelecem, bem como abre precedente para as violações dos direitos humanos. Ainda contempla as formas de violência que necessariamente não ocasionam lesão ou morte.

² Ver: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Com a mesma preocupação de colocar a violência como uma ação danosa ao físico e ao psíquico, o filósofo Regis de Moraes entende que a “violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica” (MORAIS, 1981, p.25). Outra classificação dos atos violentos, também é trazida por Nilo Odália (2004), mencionando que a violência pode ser institucionalizada, social, política, revolucionária e original. Esta última, possui para a Geografia um conceito significativo, visto que as implicações dessa forma de violência dizem respeito ao espaço “A violência original pode ser percebida na paisagem urbana” (ODÁLIA, 2004, p. 10). Buscando exemplificar essa percepção o autor menciona o seguinte:

Hoje a arquitetura perde seu sabor pela vida exterior, interioriza-se, e o que se busca, desesperadamente, é a segurança e a defesa. Defendemo-nos de tudo. Os espaços são fechados, a casa é projetada para dentro de si mesma, o exterior é abandonado, pois é o perigo a ser evitado, não a beleza a ser conquistada. A arquitetura do espaço aberto cede seu lugar a uma arquitetura de defesa e proteção (Ibidem, idem).

Essa forma de violência que demonstra como o espaço é modificado em função dos acontecimentos violentos remete a violência estrutural abordada, também, por Milton Santos (1992), que sugere que além das consequências locais o fator global contribui para essa expressão da violência. A violência estrutural para Santos permite a manifestação de uma perversidade que é fruto de um sistema que contribui para isso. Esse mecanismo de unificação do mundo, impulsionado pela globalização, permite a difusão dessa expressividade, que é sentida/percebida nas mais diversas localidades do globo.

Esses acontecimentos externam um sentimento de medo que a sociedade vem apresentando nas últimas décadas, com mais intensidade e de forma crescente, espelha essa sensação no espaço. Em conformidade, Pedrazzini (2006), menciona que essa forma de violência citada, também, por Odália, trata-se da violência urbana, que o mesmo acredita ser essa configuração do espaço fruto do processo de urbanização e que a globalização impulsiona a formação de fragmentos antagônicos na cidade, favorecendo o surgimento de bairros pobres, onde, a violência, também, encontra seu espaço.

As outras formas de violência - a institucionalizada, a social, a política e a revolucionária – classificadas assim por Odália, buscam abarcar a polissemia do

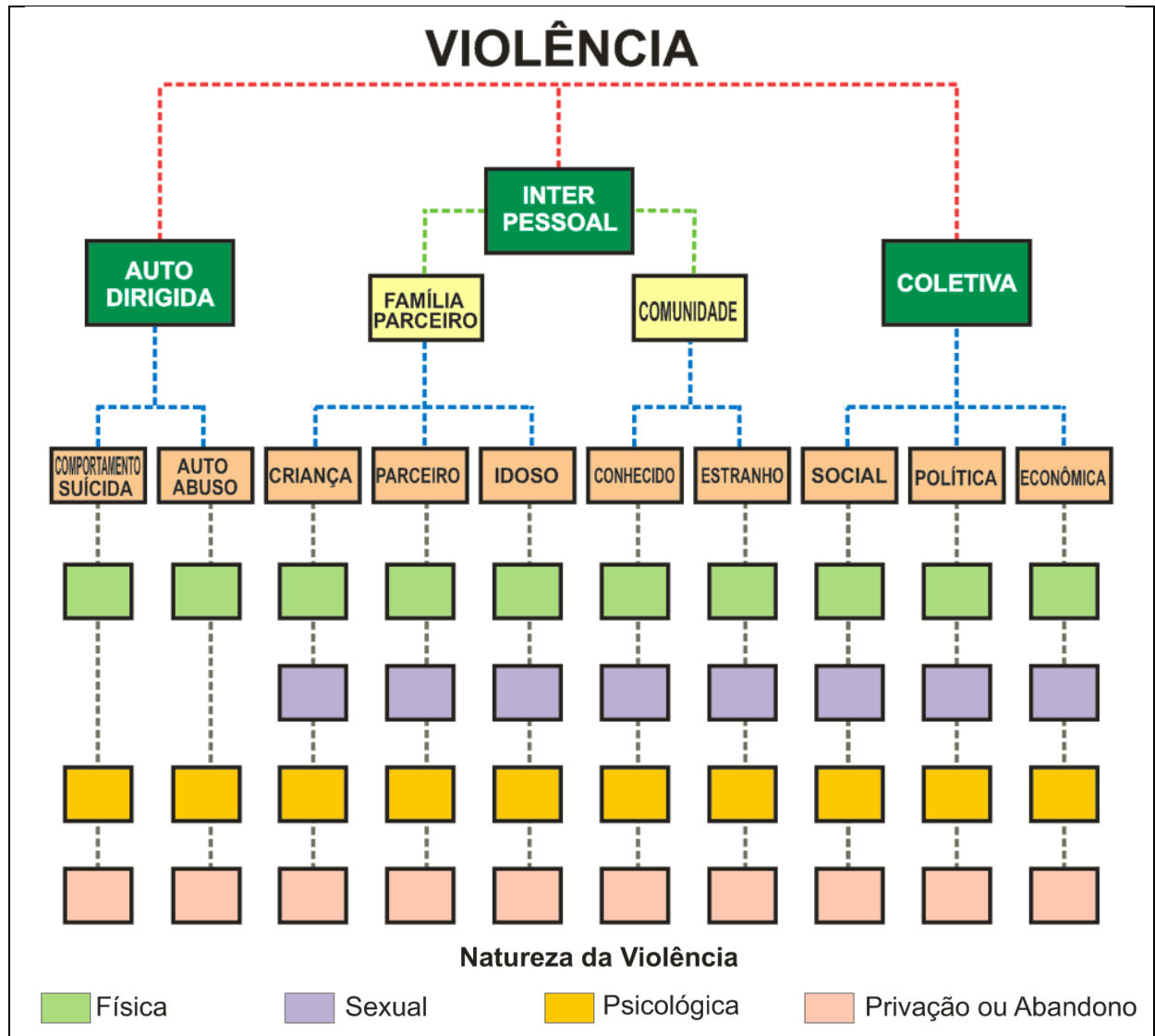
conceito de violência. A primeira diz respeito às diferenças entre os homens, na qual se permite que alguns poucos usufruam à saciedade o que a grande maioria é negado; a social, onde para o autor toda violência é social, contudo usa a terminologia para a violência que atinge seletiva e preferencialmente certos segmentos da população, os desprotegidos; a violência política que assume formas diversas e sutis que vão desde um assassinato político à leis impeditivas; e, a revolucionária, que trata-se também de uma violência política, mas que busca justificar seus atos de terror e de exceção pela invocação do seu caráter intransigente. (ODÁLIA, 2004).

No mesmo pensamento de colocar em classes a violência, Maria Cecília Minayo propõe três categorias: a violência estrutural, a de resistência e a de delinquência. A violência estrutural seria a opressão exercida pelos sistemas econômico, político e social e pelas instituições em geral sobre grupos, classes, nações e indivíduos; a de resistência seriam as de reações à violência estrutural e a de delinquência as ações fora da lei estabelecida. (MINAYO, 1994).

É grande a literatura que aborda a temática da violência. Assim, como também é diverso as classificações das formas de violência, é também as suas causas. Em vista desse quadro, numa tentativa de sistematizar a grande dessemelhança e quantidade de causas apontadas pelos trabalhos consultados, aqui aponta-se duas grandes categorias: as causas contextuais e pessoais. Sendo que as contextuais são subdivididas em distais (produzidas pelas conjunturas econômica, social, política e cultural) e proximais – relacionadas à violência que está presente no ambiente e com a qual os indivíduos que a pratica têm contato direto. Já as pessoais referem-se ao descontrole emocional, de temperamento, índole etc. (RISTUM, 2004).

A OMS nos propõem, ainda, outra classificação com agentes mais detalhados, dividindo-os em três grandes categorias, que são agrupadas de acordo com aquele que comete o ato violento: violência autodirigida; violência interpessoal; violência coletiva (Figura 01). A primeira seria a pessoa infligindo um ato a si mesmo, a segunda por outro indivíduo e a última por um grupo. Estas categorias ainda são subdivididas. A autodirigida divide-se em comportamento suicida e auto-abuso; a interpessoal em família/parceiro (criança, parceiro, idoso) e comunidade (conhecido e estranho); e a coletiva que apresenta as ramificações social, política e econômica.

Figura 01
ORGANOGRAMA SOBRE A VIOLÊNCIA



Fonte: DAHLBERG; KRUG, 2006.

Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

O organograma possibilita uma melhor visualização no tocante aos principais agentes de violência, contudo não é claro a presença do ambiente possibilitando, também atos violentos. Essa forma de violência que tem seu reflexo muito mais aparente no meio urbano é apontada por Nildo Viana (2002) como a violência urbana. Para ele, há que ser feita a distinção entre as outras formas de violência e violência urbana. Existe a violência urbana e aquela que acontece no urbano: “a violência urbana não é a violência que ocorre no espaço urbano e sim a violência derivada da organização do espaço urbano. A violência urbana é resultado dos conflitos e problemas urbanos” (VIANA, 2002, p.29).

Dessa forma Viana, reforça o fato da violência urbana ser uma categoria específica de violência. As outras formas de violência que ocorrem no urbano, não estão isentas de ocorrerem nas áreas não urbanas. O fato de acontecer com maior frequência nas cidades, não permite que elas sejam assim chamadas, pois há categorização específica, de acordo com a natureza do fato, para essas formas de violência. Assim, pode-se entender que a cidade, de acordo com a sua configuração, contribui para práticas violentas. É importante ressaltar que, assim como há diversos fatores que incitam a prática violenta, os problemas urbanos também têm participação nesse fenômeno. Sempre há um conjunto de fatores, em contextos específicos, que estarão contribuindo para essa prática.

1.1.1 Algumas palavras sobre o espaço da cidade como gerador de violência

Como abordado no item anterior, a violência urbana foi associada aos processos espaciais, que foram surgindo no momento da ocupação desse espaço, que ocasionam movimentos diversos na sociedade e contribuem para o processo de segregação. Ver a cidade, também, como um elemento que possibilita a violência é admitir que alguns conflitos podem derivar da organização da mesma.

Para Nildo Viana o ambiente da cidade é “um espaço delimitado, caracterizado pela predominância de determinadas relações sociais, marcadas por uma ampla divisão social do trabalho e por um controle mais intensivo sobre o meio ambiente” (VIANA, 2002, p.22), assim, nesse *lôcus* há relações de poder, onde se instauram relações de dominação. Dessa forma a cidade é um campo onde a opressão se estabelece mediante esses arrolamentos. Essas divisões sociais, fundamentadas e também constituídas pela lógica do capitalismo, acirram ainda mais os conflitos sociais que interferem na organização da cidade.

Nesse cadinho, certos seguimentos da sociedade urbana que foram segregados, são remetidos a áreas afastadas do núcleo urbano. Para Bauman (2009) esses indivíduos estariam enquadrados no que ele denominou de *underclass*, uma classe que não contribui para vida social, Sá (2008)³ trás a denominação de *Homo sacer*. Como a área urbana é um espaço onde se prima pela valorização, logo se há um custo para residir na cidade, a negação da mesma estaria colocada e essa

³ SÁ, Alcindo José de. Nas Geografias do medo, a ascensão dos espaços do homo sacer. In: **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: UFPE, 2008.

parcela da população – sob essa forma de violência – estaria reagindo em função dessa engrenagem que impulsiona movimentos também violentos. Segundo Viana, essa situação:

(...) cria inúmeros conflitos e problemas sociais. As chamadas “invasões” e o processo de violência (tal como se vê nos conflitos com a polícia e na expulsão de posseiros) que se desenrola a partir delas (sic) mostram outra face da violência urbana. As favelas, os cortiços, a falta de infra-estrutura, são outros aspectos dos problemas urbanos geradores de conflitos e violência (VIANA, 2002, p.37).

Nessa concepção a violência se presencia na cidade devido a luta pelo local de morada e pelos aspectos das condições precárias de vida e habitação. Como sabido, tal situação, remete a condição de rejeição de parte da massa proletária ou ainda a que nem se enquadra a esse perfil, do sistema produtivo. Assim, a incapacidade de adquirir bens expressa-se desastrosamente no setor habitacional.

Outro conflito gerado pela forma de organização da cidade, dar-se na locomoção das pessoas. Geralmente, a maneira como as pessoas circulam relaciona-se, também, com a classe sócio-econômica. A maioria não possui veículo particular e faz uso do transporte coletivo. Apesar do “controle” do transporte público pertencer ao Estado, a maioria dos serviços prestados compete às empresas privadas. Como a regra no sistema econômico vigente é o lucro, então pouco importa a qualidade. Somando-se a isso, a grande demanda da população por esse tipo de serviço e a ineficiência dos transportes coletivos, há um cenário de conflitos instalado.

O crescimento populacional e o trânsito desordenado, juntamente com problemas de superlotação e atraso, criam diversos conflitos, desde aqueles que possuem caráter individual – tal como o provocado pelo mau humor de alguns usuários diante deste quadro cotidiano – até conflitos sociais, sendo que todos eles são potencialmente geradores de violência (PEDRAZZINI, 2006, p.23).

A ação do Estado sobre a cidade contribui para geração de conflito e posturas violentas. O mesmo busca reproduzir as relações de produção e para isso precisa controlar o espaço urbano, assim territorializa-o por meio do poder institucionalizado, da repressão e opressão, onde domina toda sociedade por um conjunto de regras. De acordo com Nildo Viana “... uma vez instaurado este controle estatal sobre o

espaço urbano, ele se torna gerador de novos conflitos e novas formas de violência” (VIANA, 2002, p. 38).

O Estado, por meio do planejamento urbano, produzirá a dinâmica do capital, produzindo espaços específicos e buscando o controle dos outros espaços existentes na cidade. É notório que o planejamento urbano é uma forma que o Estado tem para impor localizações e assim determinar a organização do espaço. Nesse ínterim encontram-se novas fontes de conflitos sociais e de violência.

Como resultado, esses fatores contribuem, segundo Santos (1992), para um processo que exerce uma violência contra seu território, a sua forma, função, estrutura e processo. Isso irá promover o mercado da segurança, vai modificar a arquitetura das casas, impulsionar a busca por residências monitoradas, enfim, trazer mudanças profundas nos estilos de vida da sociedade. Seria sensato verificar que a violência dos habitantes é reflexo desse rearranjo da cidade. De acordo com Pedrazzini,

Seria, portanto, correto pensar a violência de alguns habitantes apenas (para uma grande maioria) como uma resposta à violência da urbanização, da sociedade urbana, do território fragmentado, da economia da desigualdade e da segregação. Não se trata de limitar à subordinação de uma violência a outra, mas de mostrar como esses dois tipos de violência não podem ser abordados separadamente (PEDRAZZINI, 2006, p.54).

Toda essa conjuntura de acontecimentos presentes no espaço urbano, além de ocasionar as ações já mencionadas, também permitiria o surgimento, ainda mais intenso, do medo. Para Marcelo Lopes de Souza (2008), as cidades que apresentam uma grande parcela dos seus moradores com medo, em função da violência e da insegurança, é designado pelo neologismo “fobópole”. Apesar de nesta obra o autor explorar esse sentimento como agente de atuação no espaço, ele possibilita, também, outras reflexões quanto à cidade como geradora de violência “Evidentemente, impõem-se cautela diante de tamanho nível de abstração, visto que violências e crimes específicos possuem, muitas vezes, agentes e circunstâncias típicos muito distintos, não devendo o cenário urbano ser utilizado como um álibi” (SOUZA, 2008, p.10). Assim, coloca-se que o espaço urbano não é único responsável pela geração de violências, mesmo que as práticas violentas não estejam dissociadas do mesmo.

Logo, o meio urbano é agente e receptor das ações violentas e essa dialética confere ao mesmo uma configuração que demonstra uma arquitetura de defesa, possibilita enclaves territoriais e ocasiona o medo, inclusive o medo de circular por determinadas localidades.

Como visto os conceitos de medo e violência, bem como as nuances que perpassam sobre eles, são amplos (Quadro 01).

Quadro 01
SÍNTESE SOBRE OS PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS NO CONCEITO DE VIOLÊNCIA POR ALGUNS AUTORES

AUTORES	Subcategorias	Agressão Física	Destruição	Auto-infligida	Dano psicológico	Deficiência de movimentação	Sofrimento	Violação	Organização do Espaço	Política	Social	Econômica
ARENDT (2009)	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X
DADOUN (1998)	X	X	X		X		X	X		X	X	X
MORAIS (1981)	X	X	X	X	X		X	X			X	
ODÁLIA (2004)	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
OMS (2007)	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
PEDRAZINI (2006)	X	X	X			X		X	X	X	X	
PEREIRA (1975)	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
PINHEIRO (2003)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
SANTOS (1992)	X	X	X				X		X		X	
SOARES (2008)	X	X	X				X	X			X	
SOUZA (2008)	X	X	X			X	X		X	X	X	X
VIANA (2002)	X	X	X			X		X	X	X	X	

As distinções conceituais somatizam-se e complementam-se, porém revelam os enfoques. Alguns autores percebem a importância do espaço não apenas como o *lôcus*, mas como um agente da violência e do medo. Entender como a violência ocorre e como a sua presença contribui para modificações de posturas na sociedade

e em consequência a modelagem do espaço, é ponto importante para análise da formação do processo urbano. Dentro de uma temática vasta e de cunho sociológico, focou-se aqui o sentimento ocasionado em função da violência, ou seja, o medo da violência criminosa.

1.2 Breve contexto nacional e estadual sobre o viés da violência entre 1980 a 2010

Entre os anos de 1980 a 2010 a quantidade de homicídios no Brasil cresceu em 82,47%. Verificando o quantitativo da população no mesmo período percebe-se que o ritmo de crescimento foi 22% menor. O registro de dados acerca da violência permite a ideia de avanço dessa prática, contudo o cenário da criminalidade, também importante para entender o contexto, inclusive o do aumento da violência, requer outras variáveis. O uso de passagens informativas veiculadas por revistas e jornais podem ser úteis para emoldurar as circunstâncias de uma época. Os meios de comunicação ocupam função importante e complementar no exercício da construção do conhecimento. Assim, na tentativa de buscar levantar dados e contextualizar, entre o período aqui abordado, faz-se uso de passagens desses instrumentos.

Como é sabido, as ações presentes no espaço possibilitam ao mesmo a sua reprodução. “O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise.” (SANTOS, 2008, p. 18) Tomando-se a afirmativa do professor Milton Santos é de se inferir que para entender contextos é preciso buscar a relação entre os mesmos. Essas relações também decorrem no tempo e se faz necessário um “recorte” para apreender o mínimo de questões. Dentro de uma proposta em que se busca ver como a violência contribui para modificações espaciais, perceber a atuação da mesma, em certo período, torna-se importante para assimilação de dados que a indique como variável nesse contexto.

Vislumbrar um panorama em uma escala mais ampla de um dado fenômeno permite a identificação de pontos que contribuíram, por exemplo, para o cenário da violência criminosa, em especial sua atuação no espaço. De acordo com Pinheiro (2003) “toda espécie de comportamento, e não apenas o desviante e criminal, é afetada pelo meio ambiente externo”; logo demonstrar, embora de forma sintética, a conjuntura de uma época é implicar que isto marca muito a percepção, as representações e as práticas das classes sociais.

1.2.1 Cenário brasileiro

Em 1980 o regime era o militar, governava o país João Figueiredo o último presidente nesse sistema. Aproximadamente 51 milhões era o número de pobres em meados deste ano (SAPORI, 2007). Morriam por homicídios e outras violências mais de 27.460 pessoas conforme dados do SIM/DATASUS (WAISELFISZ, 1998). Completava-se cinco anos da implementação do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e da Lei nº 6.216 (30/06/1975), que altera a 6.015 (31/12/1973) que menciona que todo sepultamento deve ser feito mediante o registro de óbito. Contudo, os dados mais concisos sobre as causas das mortes aparecem apenas a partir de 1978, com ressalvas de que os dados poderiam ter um acréscimo de 20% em função de falhas nos registros.

Neste ano o Brasil não contava, ainda, com um Plano Nacional de Segurança, ou com políticas efetivamente voltadas para enfrentamento da violência. Não é novo comentar que nesse sistema governamental o próprio Estado, os grupos dominantes e até mesmo a polícia, encarregada da segurança pública, foram atores de atitudes violentas contra a sociedade sob a égide da impunidade.

Os anos seguintes foram marcados pela queda do regime militar e sua substituição por um sistema democrático e a criação da nova Constituição Brasileira (1988), nesta aparece um item sobre Segurança Pública no Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), em seu Capítulo III, Art. 144, um verdadeiro ganho em relação às anteriores. Nessa década, considerada perdida, tomando-se o viés econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) declinou em 5,5% e o salário mínimo teve uma redução de 46% entre 1981 a 1990 (SERRA, 1991 apud CALDEIRA, 2000, p. 50).

Tratava-se de uma população com mais de 119 milhões de habitantes nos anos de 1980 crescendo em 23,40% em relação ao ano de 1991. A esperança média de vida situava-se nos 63 anos. A taxa de urbanização que em 1980 era de 67,59% passou para 75,59% em 1990 (IBGE, 2007). O aumento da população nas cidades trouxe, também, uma série de problemas urbanos e sociais, que foram mais intensos nos grandes centros. As políticas de desenvolvimento econômico e sociais não acompanharam o mesmo ritmo, assim lacunas formavam-se no atendimento à população, especialmente as faixas mais carentes.

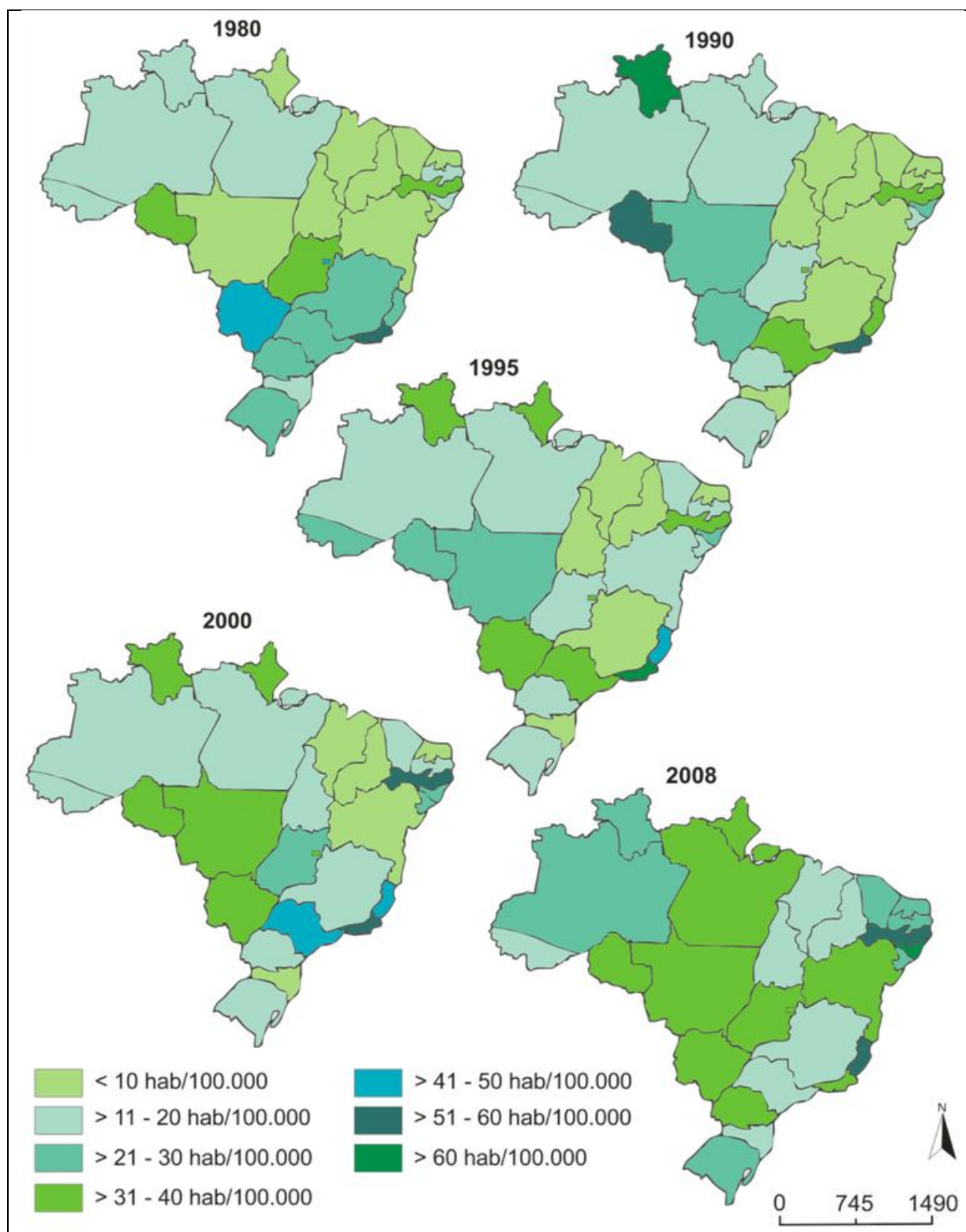
Não buscando fazer uma relação entre desenvolvimento e violência, mas as taxas de homicídios nesse período cresceram aproximadamente 13%. Muitas das mortes foram ocasionadas pelo aumento da participação das armas de fogo nos homicídios indo de 44% em 1980, a 54% no ano de 1990 (SOARES, 2008).

De acordo com Tereza Caldeira é mais expressivo e intenso o ritmo do aumento do crime violento no Brasil a partir de 1980. Para a mesma, "esse aumento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política..." (CALDEIRA, 2000, p. 55). O pesquisador Pinheiro (2003, p.39), menciona, também, que neste mesmo tempo crescia o número de roubos e furtos e a organização do crime; ainda complementa explicitando que: "firmaram-se as redes de tráfico, estruturadas em moldes econômicos relativamente racionais (ou mesmo empresariais), com poder de atração sobre os jovens e com eventuais efeitos de violência nas transações criminosas."

De certo o tráfico não é uma situação que emergiu nos anos de 1980, contudo ele se espalhou e encontrou nas áreas de baixa renda o vácuo da assistência pública. Como antes citado, ressalta-se que toda relação linear com a violência não é um fator totalmente único, porém, é de convir que o alavancamento do tráfico e do crime organizado proporcionaram e ainda proporcionam mortes e medo.

Verificando a taxa de homicídios por Unidades da Federação em um número de 100.000 habitantes (Figura 02), é possível visualizar históricos interessantes de aumento e declínio. Tomando o mesmo referencial de tempo (1980 a 1990), aponta-se o crescimento de São Paulo e Espírito Santo na região Sudeste; Alagoas, Paraíba e Sergipe na região Nordeste; Roraima, Rondônia e Amapá na região Norte; e, Mato Grosso na região Centro-Oeste. Vale destacar os que obtiveram queda como Mato Grosso do Sul e Goiás no Centro Oeste; Minas Gerais no Sudeste e os três Estados da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e os que mantiveram as taxas dentro do mesmo escore proposto como Acre, Amazonas, Pará, e o Tocantins na região Norte; Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia no Nordeste; Rio de Janeiro na região Sudeste e o Distrito Federal. Em uma conta simples é possível verificar que entre esse período 33% dos Estados apresentaram aumento, 22% queda e 45% mantiveram as taxas.

Figura 02
EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO PAÍS POR 100.000 HABITANTES
ENTRE 1980 A 2008



Fonte: SIM/DATASUS (apud, WASELFISZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011)

Elaboração e Execução: Carlos Alberto Duarte de Souza.

Entre os anos de 1990 a 2000 a relação de aumento, permanência e queda nas taxas de homicídios nas Unidades Federativas já apresenta outra leitura. Nesse referencial 52% dos Estados tiveram aumento no número de mortes violentas, 44% mantiveram o escore e apenas 4% ocorreu redução. Este período demonstra, claramente, a evolução na taxa de homicídios.

Os anos em questão possuem traços marcantes na história do país como o impeachment de Fernando Collor e a implantação do Plano Real, para citar alguns exemplos. Fatos esses que implicaram, também, em modificações na sociedade. Os números de mortes violentas continuavam a crescer. Nesse período, embora o Brasil não tenha conseguido ultrapassar o índice de 0,800 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1991 o índice que era de 0,696 saltou para 0,766 em 2000. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). É fato que essa média encobre a real situação de muitos Estados. A quantidade de pessoas residindo em espaços urbanos também aumentou, em 1991 mais de 75% da população residia em cidades. A população de acordo com o censo de 1991 era superior a 146 milhões e a renda dos 20% mais pobres do país cresceu no período cerca de 5% ao ano.

Embora traços de modestas melhoras socioeconômicas tenham ocorrido, o aumento da violência figurou como algo constante, isso possibilita a quebra da associação entre a conjuntura social e a violência. Contudo, a motivação para os delitos e a prática da violência criminosa reflete-se muito mais nas populações de áreas de baixa renda. Para Saporì este avanço ocorrido nas periferias urbanas e sociais continua atingindo seguimentos excluídos da população.

Os pobres e negros permaneceram como principais autores e vítimas desse processo de deterioração da sociabilidade urbana, apesar de terem alcançado padrões de consumo e de acesso aos serviços públicos superiores aos de seus antepassados (SAPORI, 2008, p. 100).

Observando ainda a parcela desses seguimentos que sofre mais com a violência criminosa, verifica-se que os jovens são as principais vítimas, especialmente a faixa dos 15 aos 24 anos. A taxa de homicídios dessa faixa etária mais que duplicou entre 1980 a 2000, tendo saltado de 23,5 para 52,1 homicídios por grupo de 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 1998, 2002).

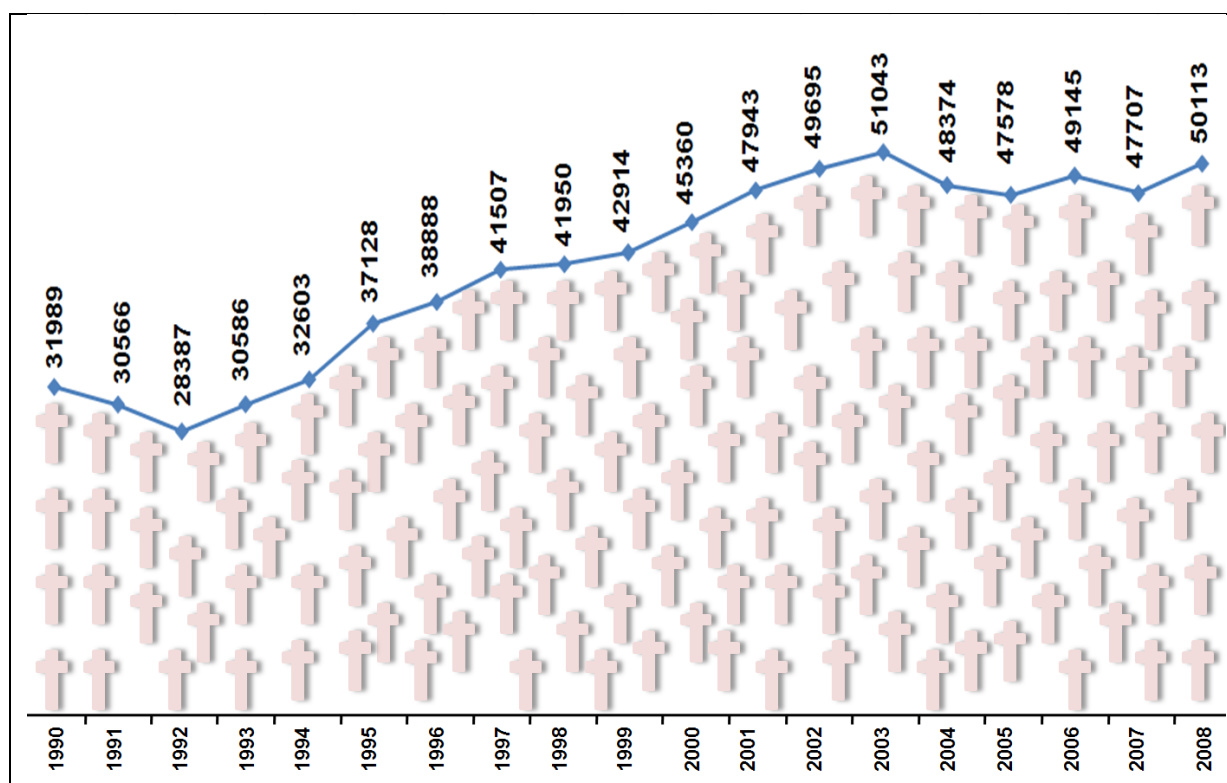
O aumento da participação de jovens deve-se, segundo Saporì, a consolidação do tráfico de drogas nessas comunidades periféricas. O crescimento

da venda de ilícitos no Brasil tem nos ambientes periféricos, numa maciça maioria, o *lôcus* de sua organização.

Verificando os dados desse período, tomando como referencial as apreensões de ilícitos, em 1990 foram 2,6 toneladas de drogas, após três anos esse valor subiu para 6,2 toneladas. Estima-se que estes valores correspondam apenas a 10% do total da droga que circulava pelo país (CESAR, CARVALHO, 1993). Ainda, calcula-se que a cocaína ou o crack estejam por trás de 60% dos assassinatos, ou seja, as taxas referentes a latrocínio (quando se mata para roubar) chegam a 5% a 6% dos casos de assassinatos (SECCO, 2001).

De mão desses dados é possível correlacionar a linha ascendente quanto ao número de homicídios no Brasil, a partir de 1992 (Gráfico 01).

Gráfico 01: NÚMERO DE HOMICÍDIOS NO BRASIL ENTRE 1990 A 2008



Fonte: SIM/DATASUS (apud, WASELFISZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011)

Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Seria ingênuo relacionar diretamente o tráfico com o número de mortes, mas é empiricamente comprovada a relação estabelecida, porém não é único fator. Tomando-se os valores percentuais acima relacionados quanto aos dados de homicídios por latrocínio (5% a 6%) e estipulando a média de 5,5%, é possível

mentonar que entre 1992 a 2000 mais de 18.660 pessoas foram mortas tendo a questão do tráfico como motivador. Retomando a parcela de jovens que, como mencionado, é a mais afetada, estimula-se que a metade dos homicídios ocorridos no país atinge essa faixa etária, logo, entre os 18.660 mortos em função do tráfico, 9.330 são jovens.

Para Roberto Kant de Lima a partir de 1990 vem ocorrendo crescente avanço das mortes por causas externas:

A partir dos anos 1990, estamos diante de um complexo dispositivo de produção da violência nas grandes cidades brasileiras, envolvendo delinquência (sic) convencional, tráfico de drogas, grupos de extermínio, corrupção policial e de agentes penitenciários, arbitrariedade e violência da polícia e práticas de justicamento em acertos de conta entre traficantes, de traficantes com informantes da polícia ou com delinquentes convencionais e de policiais com delinquentes convencionais ou traficantes. (LIMA, 2000, p.50)

Como visto no gráfico 01, entre 1992 e 2000 a diferença absoluta entre os homicídios é de 16.973, o que significa um aumento de 60%. A sensação que esses dados causam na população toma proporções que vão desde pequenas mudanças no cotidiano a bruscas posturas de defesa. Para se ter uma ideia, em 1996, um dos debates que acalorou discussões no cenário nacional foi ter ou não ter uma arma em meio a grande onda de banditismo. O Congresso Nacional discutia a mudança de uma Lei com propostas que mencionavam sobre a venda, a posse e as punições para portadores de armas ilegais. O governo realizou um estudo antes de propor a Lei que proíbe o porte de arma. Em tal pesquisa verificou-se que 80% dos entrevistados afirmaram que a arma de fogo prejudicaria quem tivesse o porte, 88% concordaram com a proibição e 77% mencionaram que a proibição ajuda, mas não acabaria com a violência (TRAUMANN, 1999, p. 127).

No início dos anos 2000 o Ministério da Justiça realiza, também, uma pesquisa com 1600 pessoas em 10 capitais, vislumbrando a percepção sobre a violência criminosa. Aproximadamente 50% das pessoas que participaram evitam sair à noite com medo de assaltantes, 38% não circulam por ruas consideradas perigosas e 24% mudaram seus percursos entre escola/trabalho e casa. O Vox Populi, em outra pesquisa, mostra que em cinquenta cidades brasileiras 80% apresenta a criminalidade como um dos três problemas que mais preocupam a população. (SECCO, 2001).

Outro estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em 19 de agosto de 2007, evidencia, igualmente, que a violência mudou os hábitos da população. Das 1400 pessoas entrevistadas em todo o país, 61% mencionaram não abrir o vidro de seus carros, 58% não deixam os filhos saírem sozinhos à noite, 53% evitam caminhadas nas ruas do próprio bairro. Há até os que admitem pedir o jantar por telefone, para evitar o risco de sair de casa. Quase a metade dos entrevistados – 46% – diz que já teve vontade de mudar de residência, por causa da falta de segurança (MEDO, 2007).

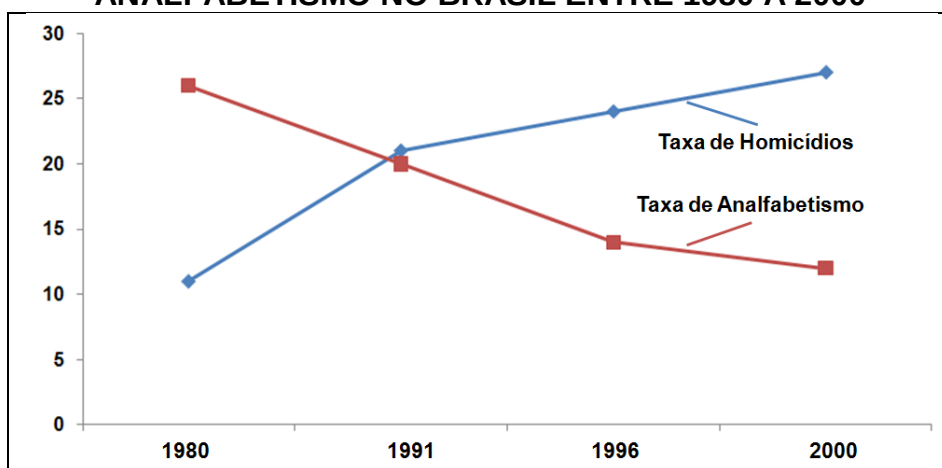
As pesquisas demonstram uma reação esperada em relação ao quadro criminoso da época. Em 2000 o Brasil situava-se entre o 4º país com o maior número de sequestros, perdendo apenas para Colômbia, México e Rússia. O número de seguranças particulares passava da casa 1,3 milhões, total este superior ao quantitativo de policiais civis e militares atuando neste mesmo período. A cada quatorze residências, uma apresentava a instalação de algum equipamento para prevenção de assaltos. (SECCO, 2000)

Fazendo-se uma conta em cima dos números absolutos de homicídios ocorridos no Brasil é possível mencionar que em 1980 a cada hora 03 pessoas eram assassinadas, em 1990 esse número sobe para 01 pessoa a cada 12 minutos, 5,5 pessoas por hora no ano de 2000 e em 2008 uma pessoa a cada 10 minutos. Relembrando o gráfico 01 sobre os homicídios no Brasil entre 1990 a 2008, percebe-se que o aumento dar-se a partir de 1992 tendo seu ápice em 2003 com 51.043 mortes, mantendo nos anos seguintes uma média acima dos quarenta mil. Vale destacar que, entre 2000 e 2008, o total de homicídios supera em 22,64% o total entre 1990 e 1999.

Entre os anos de 2001 e 2010 a situação econômica do Brasil apresenta-se mais firme, em comparação aos anos anteriores. No início do século XXI a população do Brasil já ultrapassava a casa dos 170 milhões de habitantes, a esperança de vida ao nascer é de 71,3 anos e nos coloca na 86ª posição no ranking de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), comparando-se com a de 1980 a esperança de vida elevou-se em 8,8 anos (IBGE, 2010). Um novo cenário sócio-econômico apontava-se: declínio da desigualdade social, melhorias na infra-estrutura de áreas pobres, redução do desemprego, aumento na escolaridade, melhor controle sobre a inflação entre outras estimativas que se apresentaram mais favoráveis em comparação com os anos anteriores.

Mesmo o país vivenciando alguns aspectos positivos no campo social, a relação com os dados sobre a violência remete a um pensamento de queda, contudo a criminalidade ainda continua alta, bem como os números de homicídios anuais no país. O professor e pesquisador Gláucio Soares em sua obra “Não Matarás”, busca analisar, numa perspectiva histórica, os homicídios no país, correlacionando-os com variáveis econômicas, culturais, demográficas e sociais. Nos estudos apontados, o mesmo revela que, em muitos casos, trata-se de uma relação negativa. Para exemplificar, tomemos aqui a analogia feita com a taxa de analfabetos e a de homicídios. (Gráfico 02)

Gráfico 02: RELAÇÃO ENTRE TAXAS DE HOMICÍDIOS E ANALFABETISMO NO BRASIL ENTRE 1980 A 2000



Fonte: SOARES, 2008

Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

É interessante perceber que quanto maior o número de analfabetos menor o número de homicídios. Outra observação, levando-se em conta o médio e longo tempo de efeitos da educação na sociedade é que, mesmo após duas décadas ,o aumento da formação não contribui para diminuição nos óbitos por mortes violentas. É fato que toda uma conjuntura deve ser levada em conta em se tratando de fatores motivacionais para o crime violento letal⁴. Nesse cadinho, Alexandre Secco abordou, em matéria veiculada pela Revista Veja em fevereiro de 2001, a inépcia da polícia e da justiça como um fator forte no aumento da criminalidade violenta. Em 2007, ficava claro em dados do próprio Departamento Penitenciário Nacional, que existiam muito mais criminosos que nunca foram presos do que presos que poderiam ser soltos. A

⁴ Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

impunidade reforça ainda mais a dispersão da criminalidade. Em complemento, o pesquisador Luis Flávio Saporì menciona que:

A outra face desse processo de crescente disseminação da violência é a fragilidade do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira. Está em questão o desempenho do aparato organizacional responsável pela manutenção da ordem pública e, conseqüentemente (sic), pela imposição de custos a todos aqueles que incorrem em comportamentos considerados anti-sociais (SAPORI, 2008, p. 102).

Estas discussões acerca dos fatores motivacionais que levam à morte violenta acaloraram diversos debates, especialmente no campo sociológico, e algumas dessas compreensões serviram de base para elaboração de planos preventivos de segurança pública. No caso brasileiro, em meados dos anos 2001, foi elaborado, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o primeiro plano nacional de segurança, que teve como destaque inovador a criação de um Fundo Nacional. Em 2003, apresenta-se um documento mais elaborado e consistente, trata-se do “Projeto de Segurança Pública para o Brasil”, após quatro anos é instituído pela Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronaspi, que vem norteando as ações desde então e será discutido em linhas mais adiante.

Os investimentos na segurança pública implicaram no aumento da população carcerária, em 2002 existiam 248.153 presos no Brasil, saltando para 361.516 em 2005. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006) Percebe-se que a ação policial tornou-se mais efetiva, contudo a quantidade de vagas nos presídios brasileiros, de acordo com o mesmo documento era de 157.772, em 2002 (um déficit de 90.381), e 206.559, em 2005 (déficit de 154.957). O aumento de presos não implica necessariamente em um combate eficaz a violência criminosa. Isso é perceptível tomando-se como referencial os números de homicídios aqui demonstrados. Outra constatação, embora óbvia, é que esse aumento endossa o sentimento de uma criminalidade mais difundida.

Observando as capas de uma das maiores revistas de circulação no país (Figura 03), é possível, dentro de critérios como fatos que marcaram o país (econômica e socialmente) e assuntos relacionados à violência criminosa, elencar uma referência anual, no intuito de demonstrar como, neste período, o Brasil foi visto

Figura 03: EPÍTOME DE CAPAS QUE ILUSTRAM O CENÁRIO VIOLENTO E OS FATOS MARCANTES ENTRE OS ANOS DE 1981 A 2010.



e veiculado. Retomando as colocações anteriormente realizadas, novamente não se pretende fazer uma relação linear sobre determinados fatos e a violência criminosa. Contudo, é de convir que toda a conjuntura pretérita pode conspirar para a configuração do cenário atual.

Nesta escala, os acontecimentos violentos/criminosos e a sua veiculação pelos mais diversos meios de comunicação, impulsionam, também, rebatimentos em escalas menores. Aqui no Brasil, certos Estados e cidades são reconhecidas pelo elevado grau de violência urbana. O Estado de Pernambuco, por exemplo, ocupou entre os anos de 1980 e 2008, seis vezes a primeira posição na taxa de homicídios, 10 vezes a 2ª posição e cinco vezes a terceira⁵.

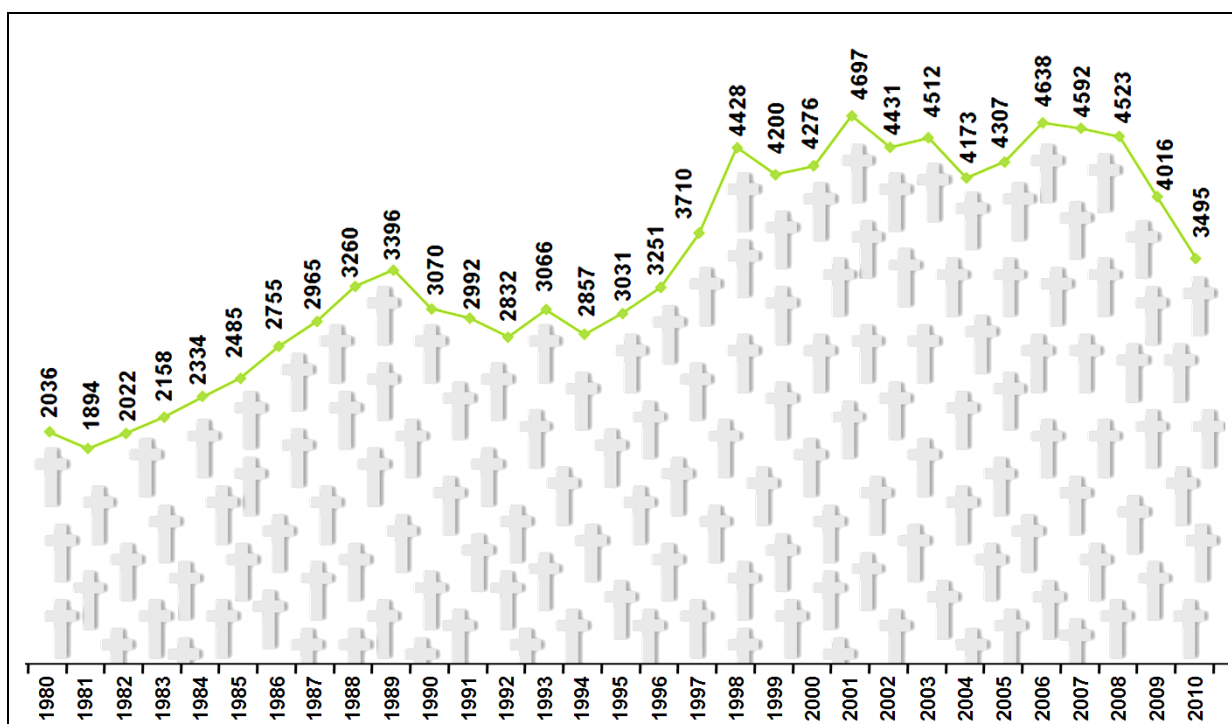
1.2.2 Cenário pernambucano

Diante do exposto acerca do panorama brasileiro, embora ocorra consciência das grandes lacunas, buscar elencar pontos que demonstrem, sinteticamente, a esfera estadual faz-se importante, visto as particularidades da área em seus aspectos culturais e sócio-econômicos. No caso pernambucano, as situações de violência criminosa ainda possuem proporções alarmantes. Segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - Condepe/Fidem (2010), o índice de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, referentes ao ano de 2010, foi de 3.495. Número superior a população de Fernando de Noronha.

Dentro do mesmo recorte de tempo (1980 a 2010) foram vitimadas no Estado de Pernambuco mais de 106.402 pessoas de acordo com os dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) e SIM/DATASUS (Gráfico 03). Uma média de 3.432 mortes anuais. Os dados demonstram momentos de oscilação, com elevação e queda. Permitem, também, deduzir sobre o impacto que esses números causaram na sociedade. Percebe-se que os anos de 2001 e 2007 são os que obtiveram os números mais elevados e que a linha de declínio pode ser percebida em dois momentos: entre 1989 e 1996 e outra iniciando-se a partir de 2007. Essa queda nas taxas são atribuídas ao plano de combate à violência do governo do Estado de Pernambuco, que começou a atuar em meados do 1º semestre desse ano.

⁵ MACHADO, Eduardo. **Cabeça de matador**. Jornal do Commercio. 13/SET/2009. Ed. Especial. p.3

Gráfico 03: NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO ENTRE 1980 A 2010



Fonte: INFOPOL/SDS – SIM/DATASUS (apud, WAISELFISZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011)

Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Ainda é possível fazer uma associação com a taxa de crescimento da população entre os anos mencionados. De acordo com o IBGE, Pernambuco possuía em 1980 um total de 6.244.275 habitantes e o último censo, o de 2010, revela que ocorreu uma taxa de crescimento de 40,87%. No caso dos homicídios esse dado é de 71,66%, isso por levar em conta o ano de 2010, pois entre os anos de 1998 e 2008 a taxa de homicídios chegava a ser o dobro da de 1980.

No início dos anos de 1980, ao que parece, a preocupação com o combate à violência estava atrelada ao uso do álcool e outras drogas. As informações da época mencionavam que os delitos, as lesões corporais e crimes de morte ocorriam em quantidades maiores nos finais de semana, logo se associava ao alto consumo de álcool típico nesses dias. Assim, surgiram as primeiras discussões acerca da implantação de uma Lei Seca no Estado. Ainda neste ano, a Secretária de Segurança Pública – SSP, atual SDS, investigava a atuação de um Esquadrão da Morte no Estado, com suspeita de participação de policiais. Muitas das mortes ocorridas em um determinado período deste ano eram associadas a esse esquadrão (SEGURANÇA, 1980).

Em 1981 o então superintendente do sistema penitenciário, José de Siqueira Silva, ao ser entrevistado pelo Diário de Pernambuco, mencionava como poderia ser realizado o combate à violência. Para ele, a solução deveria passar pela resolução de questões como o subemprego, o desemprego, a má distribuição de renda, a intensificação do policiamento, condições favoráveis ao exercício do policial e ações preventivas e repressivas da polícia (SIQUEIRA EXPLICA, 1981). As colocações demonstram que existia o atrelamento ao cuidado com o social para minimizar os efeitos na violência criminosa. Contudo, nos anos seguintes (1981 a 1989) os índices de homicídios no Estado aumentavam numa média de 8% ao ano.

O cuidado com o social não era o foco da época, as questões em torno do cenário político e econômico estavam no topo da pauta. A inflação sucumbia o país e formas de melhorar a economia tinham pouco êxito. Em Pernambuco, as questões não eram muito diferentes, para exemplificar, entre os anos de 1981 a 1985, de acordo com os balancetes anuais publicados nos Diários Oficiais do Estado, gastava-se muito mais em questões administrativas do que com educação.

Com o crescimento da violência, aos poucos foi tornando-se maior a preocupação do poder público. Em 1984, o governador da ocasião, Roberto Magalhães nomeia um secretário que busca fazer com que a população sinta sempre a presença do policial. As medidas passavam pelo o aumento do efetivo, ou seja, aumentava-se a bandidagem, logo mais policiais. Com propósito parecido, Gustavo Krause, dois anos após, reforça o número de policias para reduzir os índices de violência, lançando, ainda duas operações: Operação Captura e Operação Desarmamento (KRAUSE REFORÇA, 1986). A ideia linear de combate a violência através da mobilização policial não obteve muito sucesso. Em poucos dias a população estava na rua fazendo uma grande caminhada contra a violência, embora a motivação tenha partido da morte de alguém da elite.

Novamente, em 1987, é possível averiguar passagens sobre o Esquadrão da Morte atuando no Estado. Tais organizações criminosas clandestinas dividiam a opinião pública, pois seus algozes eram pessoas “mal quistas” na sociedade, com isso alguns simpatizavam com a atuação. As autoridades mantinham a posição de que a existência desse grupo era um mito e que a origem das mortes estaria ligada a rivalidades entre quadrilhas. Neste ano, preocupados com o aumento da violência, empresários propõem um debate visando ampliar o entendimento de questões jurídicas e policiais (EMPRESÁRIOS DEBATEM, 1987).

Como visto no gráfico 03, os números dos homicídios no Estado apresentavam-se maiores a cada ano. Dentre as vítimas, uma determinada faixa etária (entre 15 e 24) demonstrava forte crescimento. Entre 1980 a 1989 esse grupo etário apresentou 27,55% do total de homicídios. Nos números absolutos Pernambuco perdia apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (WASEILFISZ, 1998). Esses dados mobilizaram, em 1988, movimentos como o Grupo contra Violência ao Menor e o SOS Criança, que pressionava por ações da polícia para reduzir a violência, principalmente aos menores (PERNAMBUCO, 1988).

O último ano da década de 1980 termina com mais de 3.390 mortes. Neste ano em particular o total de vítimas jovens no Estado de Pernambuco representou 29,5% do total de mortes violentas. Os questionamentos impulsionados por números tão elevados obtinham como umas das respostas mais frequentes o desemprego. Em 1990, o Diário de Pernambuco trazia como matéria “Desemprego aumenta índice de violência”, na mesma havia a preocupação das autoridades que a criminalidade alavancasse e gerasse ainda mais mortes (MAIA, 1990, p.A-42).

Entre o quinquênio de 1991 a 1995 a violência torna-se motivo de debates mais aguçados. As opiniões de criminalistas pernambucanos sobre a situação versavam em torno do Código de Menores, a impunidade, o Código Penal, o desarmamento e a prevenção. Para eles, revisões nas legislações, agilidade nas investigações, o controle no uso das armas e ações que implicasse na redução da criminalidade seriam atitudes plausíveis no combate à violência no Estado. Porém, as atitudes que cresciam eram as de proteção e repressão. A segurança privada encorpava-se. De acordo com Rodrigo Carrero, em 1993 mais de 20 mil vigilantes trabalhavam neste tipo de serviço em Pernambuco, destes 14 mil eram considerados sem preparação adequada (CARRERO, 1993).

Paralelo ao aumento da criminalidade, assim como o investimento na guarda privada, crescia a indústria da segurança. Ao cidadão comum era ofertado meios de defesa pessoal como forma de se proteger da violência (Figura 04). Assim, o discurso do combate a violência e ao crime tinha uma conotação e a prática outra.

Em 1992 a SSP lança a “Operação Galera”, uma ação que buscava combater às gangues de ruas, que se manifestava nas maiores cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR). Em poucos dias de atuação a operação enquadrou 26 pessoas (SSP TEM ESQUEMA, 1992). Um ano após, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), conjuntamente com o Centro Luiz

Freire, lançavam um relatório com o levantamento de vítimas de violência policial e dos crimes praticados por policiais civis entre os anos de 1991 e 1992. Segundo os dados desse relatório, 98 pessoas sofreram infrações praticadas por policiais; dessas 26 foram assassinadas, 19 sofreram agressões físicas e 14 torturadas (GAJOP CONDENA, 1993).

Figura 04. PROPAGANDA DE OBJETOS DE DEFESA PESSOAL

A SEGURANÇA SEM VIOLÊNCIA
ELETTRIC FIRE

Enfim chegou o mais perfeito equipamento de defesa para o seu uso pessoal. O M-50K, aparelho de choque manual, no formato de um pequeno rádio de bolso para uso pessoal e o C-50K, no formato de um cassete, destinado a empresas de segurança e segurança privada empresarial. Ambos são de alta voltagem, porém de baixíssima amperagem, produzem choque realmente forte, mas não causam danos físicos. Os "ELETTRIC FIRE" têm grande efeito inibidor, principalmente nas desordens em aglomerações, onde o uso de armas convencionais são perigosas. Seja precavido e mantenha sempre a mão o seu "ELETTRIC FIRE"

456.170
Informações e Vendas com:
ELETRÔNICA CABUGÁ LTDA, Av. Cruz Cabugá, 468 - Stº Amaro - CEP. 50040 - Recife - PE - Fone: PABX (081) 231.7768

338.520
Aparelho de choque manual, destinado à defesa pessoal. Dimensões: 10x5x2,5 cm.

Fonte: Diário de Pernambuco, 31/OUT/1992, p. B-7

Ainda em 1993 acalorava-se as discussões acerca da implantação de uma supersecretaria que buscava transformar a SSP em SDS, tratava-se de uma proposta do secretário de justiça Marcos Cabral, que encontrou resistências entre os delegados e alguns políticos da época, fazendo com que essa decisão viesse ocorrer em gestões futuras.

A chacina de menores no Estado de Pernambuco é outro fato marcante, os números colhidos pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) revelaram a morte de 174 menores (0 a 18 anos) entre os meses de janeiro a outubro de 1992. Tal Unidade da Federação foi apontada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor como terceiro Estado brasileiro onde mais crianças foram mortas (MENINOS DE RUA, 1993). Essa mesma posição foi mantida em 1994 após dados (considerado uma iniciativa inédita no país) serem revelados pela própria SSP. De acordo com tal Secretaria entre 1989 e 1994 foram vitimadas mais de 740 menores no Estado (SSP REVELA, 1994).

No interior de Pernambuco, municípios que antes eram considerados pacatos, já demonstravam quebra de padrões em relação à violência criminosa. Em 1994,

Serra Talhada, situada no Sertão do Pajeú, apresentou 11 homicídios em menos de 03 meses e diversas outras modalidades de crimes. Tal aumento era atribuído a “guerras” entre famílias (HIGINO, 1994). Outro município embora vizinho, mas situado no Sertão de Itaparica, o de Floresta, conhecido pelas rivalidades entre famílias também apresentava índices elevados. Com isso, o então secretário de segurança, Antônio Moraes, dentre as medidas para reduzir a violência, buscava a capacitação dos policiais e uma melhor distribuição do efetivo, inclusive em cidades do interior. O mesmo acreditava que com a menor participação efetiva da polícia, maior a impunidade.

O lustro de 1996 a 2000 os números das mortes violentas são bem elevados, entre os anos de 1996 a 1998, por exemplo, o crescimento foi de 46%, até então, observando-se uma diferença nesse intervalo, não há ocorrência parecida. Segundo dados do relatório da SSP referentes aos anos de 1995 e 1996 publicados no Diário de Pernambuco de 16/03/1997, a violência contra as pessoas passava por aumento, enquanto os crimes contra o patrimônio apresentavam redução, ou seja, mais assassinatos e menos roubos. Em 1996 foram registrados no Estado 48.473 ocorrências, excluindo-se os dados de mortes violentas, discrimina-se 500 tentativas de homicídios, 10.490 lesões corporais, 13.056 furtos, 11.163 roubos/assaltos, 172 assaltos a bancos, 1.987 arrombamentos, 2.554 roubos de veículos, 10 latrocínios, 818 estelionatos, 02 sequestros, 345 estupros, 141 tentativas de estupros e 358 ocorrências relacionadas à drogas ilícitas (CARRERO, 1997).

No ano de 1997, Pernambuco ocupa a quarta posição no *ranking* da violência, fica atrás dos grandes centros urbanos São Paulo e Rio de Janeiro e da capital do país, Brasília. Em Recife, neste ano, a violência era a 2ª maior causa de mortes. Para exemplificar em uma única semana (24 a 30/08/1997) ocorreram 24 homicídios e 44 roubos de carros, uma média de mais de 03 assassinatos e 06 carros roubados por dia. Neste ano, pela primeira vez, a Assembleia Legislativa propõe a instalação de uma CPI para apurar irregularidades na segurança do Estado (MARIANO, 1997). Esta mesma casa tem sua tribuna muito usada em 1998, principalmente pelos deputados da oposição, para explanar sobre a situação da violência.

Trabalhar de forma integrada com as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros era a intenção do secretário de segurança pública assim que assumiu no início de janeiro de 1999. Tais ideias faziam parte da junção de secretarias e contava com o apoio da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa. Desta

forma, em meados do primeiro trimestre do referido ano, surge a SDS (PERNAMBUCO, 1999). Embora com mudanças e tomada de medidas, o ano de 1999 teve o maior número de homicídios desde 1980.

Quando chega-se ao último ano do século XX, a população pernambucana situa-se perto dos 8 milhões de habitantes (IBGE, 2010), o número de homicídios anuais dá um grande salto em comparação com a média da década anterior, que situavam-se entre 3.500 homicídios anuais. O governo buscava formas de combater essa situação, que já havia colocado a capital pernambucana entre as mais violentas do Brasil. Entre as tentativas, destaca-se a implantação do Disque-Denúncia e o Canal Aberto, que buscava nas comunidades uma interação maior com a população. Tais canais de comunicação demonstraram o clamor da sociedade por segurança. Em seis meses de funcionamento, o Disque-Denúncia registrou mais de 05 mil ligações (PERNAMBUCO, 2001), uma média de 28 ligações/dia.

Entre os anos de 2001 e 2003, as matérias do Jornal traziam estampadas os milhões que seriam aplicados em segurança, a necessidade de discussões mais profundas sobre a criminalidade e a criação de ações como a “Operação Paz nas Comunidades” e o “Sistema Alerta”. Na época, a SDS tinha como lema “Trabalho integrado pela segurança”, tanto que o Programa Primeiro Emprego tinha espaço dentro das unidades da SDS. A proposta intencionava a diminuição dos índices de violência. Nesse período, também estava em pauta o Plano de Prevenção à Violência da Região Metropolitana do Recife - RMR, que visava fortalecer as ações de monitoramento nessa área. Ocorria, também, o primeiro Colóquio Franco-Brasileiro sobre Segurança e Justiça, promovido pela SDS-PE, visando uma discussão sobre a segurança pública no Estado. Ainda em 2002, no que mencionavam ser uma iniciativa inédita, a SDS-PE amplia o número de viaturas para os municípios do interior, buscando atenuar a falta de aparelhamento nessas localidades. (PERNAMBUCO, 2002)

Em meio a estratégias para diminuição das taxas de homicídios, iniciou-se, em 2003, a discussão para reduzir a maioria penal e a criação da Câmara Metropolitana de Defesa Social, integrada por representantes da sociedade civil e de entidades públicas, que visava conduzir um plano de combate e prevenção à violência. Exigências na Assembléia Legislativa do Estado por uma criação de uma comissão permanente para a segurança tornavam-se recorrentes. Na mesma casa

ainda são feitas denúncias sobre a falta de condições da polícia e a apresentação de um Projeto de Lei que intencionava a criação do procedimento de notificação compulsória da violência contra mulher. O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Conderm) discutia um plano de combate à violência, propondo uma integração entre as esferas públicas. Neste ano é lançado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), uma iniciativa do governo federal através da Senasp e da SDS-PE, visava-se a coordenação conjunta dos órgãos de defesa social e do poder judiciário. Com esta ação o Estado de Pernambuco tornava-se integrante do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), tal unidade da federação foi a última a integrar-se nesse sistema. (PERNAMBUCO, 2003).

Em 2004, através de um Decreto, é criado o Conselho Estadual da Paz, que visava fazer o acompanhamento e avaliação da SDS-PE, além de formular propostas para a política de segurança no Estado. É lançado no Fórum Intermunicipal de Segurança Pública o Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência, que buscava mecanismos de prevenção à violência, promoção e garantia dos direitos humanos, visando reduzir os índices de violência na RMR. Neste ano ainda são realizados capacitações para o combate ao tráfico de seres humanos, a discussão sobre a campanha de desarmamento, a formação de policiais para trabalharem de forma conjunta e o lançamento de mais um Comando que trabalha nos moldes da polícia integrada (PERNAMBUCO, 2004).

O ano de 2005 apresenta, em seu início, a preocupação do Poder Legislativo com a violência que cresce no interior do Estado. Debates sobre a questão dos menores de rua é um tema recorrente no Conselho de Paz. Retoma-se a ideia de uma comissão permanente sobre segurança na Assembléia Legislativa do Estado, tais discussões acabam levando a instalação da Frente Parlamentar de Segurança Pública. Buscando responder ao crescimento de roubo de cargas no Estado, a SDS cria a Câmara Integrada de Prevenção ao Roubo, Furto e Receptação de Cargas. Através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) uma ação existente no Estado desde 2001 -, ocorre a formação, no final de 2005, de 4.000 estudantes para o enfrentamento do assédio as drogas (PERNAMBUCO, 2005).

No último ano da gestão de Jarbas Vasconcelos/Mendonça Filho (2006), a discussão sobre os investimentos no Pacto 21, programa que tinha como objetivo debater os problemas e as soluções para o desenvolvimento de Pernambuco,

incluindo a questão da segurança, são passagens frequentes no início do ano. Em meados do 2º trimestre o governo comemora a integração de 08 secretarias as ações de segurança; nos debates ocorridos no Conselho de Paz buscou-se trazer experiências externas, como a norte-americana⁶. No último trimestre do ano, verifica-se a exigência do secretário da SDS, Rodney Miranda, na revisão de números relativos à violência no Estado, para o mesmo há desacordo com os números divulgados pela Senasp. Nesse período o agreste do Estado recebe um Núcleo Integrado de Segurança Comunitária, somando 55 em funcionamento em Pernambuco; e, ocorria o fortalecimento da atuação de policiais no combate as drogas (PERNAMBUCO, 2006).

Entre os anos de 2007 a 2010, o governo do Estado recebe uma nova gestão, tendo como representante Eduardo Campos. As primeiras medidas anunciadas pelo governador diz respeito ao aumento do número de policiais nas ruas, a unificação dos dados das policias e o combate ao tráfico e à violência contra a mulher. Ocorre também o lançamento do Plano Estadual de Segurança Pública, o Pacto pela Vida (PPV), que foi pautado nas reuniões do Fórum Estadual de Segurança Pública. Nesse triênio, ocorrem a modernização da frota da polícia civil; a integração com o Pronasci; o combate ao tráfico de seres humanos; a entrega de viaturas às cidades do interior; aumento do efetivo policial (militar, civil e bombeiros); a adesão do agreste ao PPV; a discussão de novas tecnologias para melhorar a segurança no Estado; as ações realizadas por outras secretarias visando a prevenção da violência; a instalação do Território de Paz do Pronasci, tendo como primeira localidade o bairro de Santo Amaro; a modernização de delegacias; a execução do programa “Governo Presente”, que busca a redução da violência pela prevenção; reforma de presídios; intensificação de combate ao crack através do Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento ao Crack; a criação das Áreas Integradas de Segurança (AIS); entre outros (PERNAMBUCO, 2007-2010).

Em relação aos anos anteriores, a partir de 2007 o número de homicídios começa a decair, em 2010 a redução, comparando-se com o início da implantação do PPV, foi de aproximadamente 30%. Em 2009 foi realizada, pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em um dos pontos levantados destaca-se o que aborda sobre características da vitimização e do

⁶ Tal experiência baseava-se em processos de combate a criminalidade, com práticas repressivas mais contundentes e que veio apresentando declínio nos números de presos e de crimes.

acesso à justiça. Segundo o estudo, no Estado de Pernambuco, 65,9% das pessoas tiveram o celular roubado, 76,4% foram vítimas de roubo em via pública e 49,9% mencionaram que não sentem-se seguros na cidade em que residem (PNAD, 2009).

É perceptível que no decorrer do período aqui abordado, políticas de combate à violência tornam-se mais expressivas a partir do final da década de 1990, apesar dos avanços nessas ações, o sentimento da população revela que os efeitos sobre a segurança ainda não diminuem o medo já difundido. Como citado, as políticas de segurança, demonstram como a violência tem sido encarada e, principalmente, possibilitam verificar os efeitos das ações sobre os números da criminalidade violenta.

1.2.2.1 Uma síntese do Pronasci e do Pacto pela Vida em Pernambuco

A segurança pública nunca esteve tão em pauta. Para exemplificar, os investimentos realizados nos últimos três anos (2008 a 2010), no Brasil, com o Pronasci, ultrapassaram a casa de 3,4 bilhões. No Estado de Pernambuco, os gastos com a SDS, no mesmo período, ficaram acima de 2 bilhões. Nesse panorama, há atuação de políticas públicas novas, voltadas para manutenção da ordem pública, que surgiram em função do acúmulo de conhecimento na área e, principalmente, para mudar um quadro de maciça reprovação.

Tais políticas atuam, de modo geral, em recortes espaciais de expressividade criminosa muito provável. Em pequenas ações é possível identificar uma junção entre as mesmas. É fato que o *lôcus* dos problemas ligados à criminalidade também repousam sobre o espaço, eles possuem uma escala particular. Nessa linha, Carlos Brandão ressalta que “cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica” (BRANDÃO, 2004, p. 61).

Nesse cadinho, entende-se que segurança pública “é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei” (JUSTIÇA, 2010, in: www.mj.gov.br). Logo, cada esfera do poder público possui responsabilidades quanto à garantia desse direito.

Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III e no único artigo 144, há menção de que a “segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1990, p.88).

O professor Luiz Flávio Saporì menciona que “a noção de política pública pressupõe a existência de uma esfera de vida que não é privada ou puramente individual, e sim sustentada pelo que é comum e público” (SAPORÌ, 2007, p.69). Assim, como já mencionado, em função de um quadro que requer uma atenção pública, como a violência, algumas ações precisam ser implementadas.

Entre os anos de 2000 a 2010, por exemplo, muito se fez em termos de segurança pública no Estado. Algumas ações não tiveram a mesma proporção na queda dos índices de violência. Após 10 anos, Pernambuco começa a sair de uma situação que o colocou algumas vezes entre os Estados mais violentos do Brasil. Tais resultados, são apontados como fruto de políticas públicas que começaram a atuar a partir do segundo trimestre de 2007, trata-se do, já mencionado, Plano Estadual de Segurança Pública, o PPV, que tornou-se um dos pilares do atual governo. No mesmo ano, é instituído através da Lei nº 11.530 de 24 de outubro, o Pronasci, que destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Ao todo são 94 ações implementadas e que tem como público alvo profissionais da segurança pública e jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade e/ou em conflito com a Lei.

Para atuação do Pronasci, ocorrem mobilizações policiais e comunitárias, também há articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança (polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal e secretaria de segurança pública). O programa é coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atua junto aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), que trata das implementações das ações nos municípios.

De acordo com o Portal do Ministério da Justiça⁷, o Pronasci atua em 150 municípios brasileiros e 22 Estados, entre eles Pernambuco, neste 07 municípios são atendidos com ações do programa: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru,

⁷ <www.portal.mj.gov.br> Acesso em 01/MAR/2011.

Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Com exceção de Caruaru, os demais integram a RMR.

Atualmente 29 projetos foram lançados com o “Território de Paz” no Estado. Essa ação engloba um conjunto de projetos como o Bolsa-Formação, Mulheres de Paz, Polícia Comunitária, Núcleo de Justiça Comunitária, Praça da Juventude, entre outros. A maior parte atuando no bairro de Santo Amaro em Recife-PE, com ações, principalmente, preventivas. Em conformidade com Luciana Cruz, comunga-se da ideia de que “o sucesso de uma política implementada num bairro requer mudanças na cidade como um todo” (CRUZ, 2010, p.270). Ações em locais que promovem uma atenção maior das políticas públicas são válidas, contudo o investimento em jovens que não encontram em outros espaços a inserção pode ser um componente complicador no sucesso da política.

Sobre os investimentos realizados, é possível verificar, a partir de 2008, os gastos do Pronasci no Portal da Transparência do Governo Federal. Em três anos de atuação do programa contabiliza-se mais de 2 bilhões investidos em todo Brasil (Quadro 02).

Quadro 02. INVESTIMENTOS DO PRONASCI E EM SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL NACIONAL E NO ESTADO DE PERNAMBUCO ENTRE 2008 E 2010.

ANO	Gastos em R\$ com o Pronasci - Brasil -	Gastos em R\$ do Governo Federal destinados a Segurança Pública - Pernambuco -	Percentual dos valores destinados a Pernambuco
2008	344.295.836,00	10.758.092,00	3,12%
2009	876.691.025,72	11.678.566,67	1,33%
2010	990.777.142,07	-----	-----

Fonte: <www.portaldatransparencia.gov.br> Acesso em 01/07/2011.

<www.fgv.br/fgvprojetos/novosprojetos> Acesso em 03/07/2011.

Contudo, é possível encontrar outros números, como os mencionados no Relatório realizado pela Coordenação-geral de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça (CGPLAN/MJ) onde alude-se que de 2007 ao início de 2011, o Pronasci investiu R\$ 3.791,91 bilhões, representando um acréscimo de aproximadamente 9,5 vezes do valor investido no ano de 2000. Tais despesas com a execução dos projetos do Pronasci correm à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento do Ministério da Justiça, conforme descrito no Art. 9º da Lei 11.530.

Como visto, os dados disponibilizados ainda são parciais. Não há informações do quantitativo destinado a Pernambuco em 2010. Supondo que o repasse permanecesse na média de 3% do valor nacional para 2008, assim teríamos um valor acima de 64 milhões correspondentes aos três anos observados⁸.

Outra constatação diz respeito ao aumento de 154% em relação aos valores do Pronasci de 2008 para 2009. Neste mesmo período, tomando como premissa o número de homicídios no Brasil, verifica-se que ocorreram entre 2008 a 2010 mais de 140.000 homicídios. Uma das explicações para os números ainda elevados após maciços investimentos deve-se ao fato das ações das políticas de segurança pública estarem basicamente voltadas para a prevenção, logo, para resultados mais positivos acredita-se que há necessidade de um tempo maior. Vale ressaltar que as políticas econômicas também auxiliam no desenvolvimento do país tendo, também, rebatimento nas questões sociais.

Assim como o Pronasci, o PPV, também foi lançado em 2007, contudo, um pouco antes. Assim, as ações previstas nessa política começaram a ser implementadas, basicamente, a partir do seu lançamento em maio do referido ano.

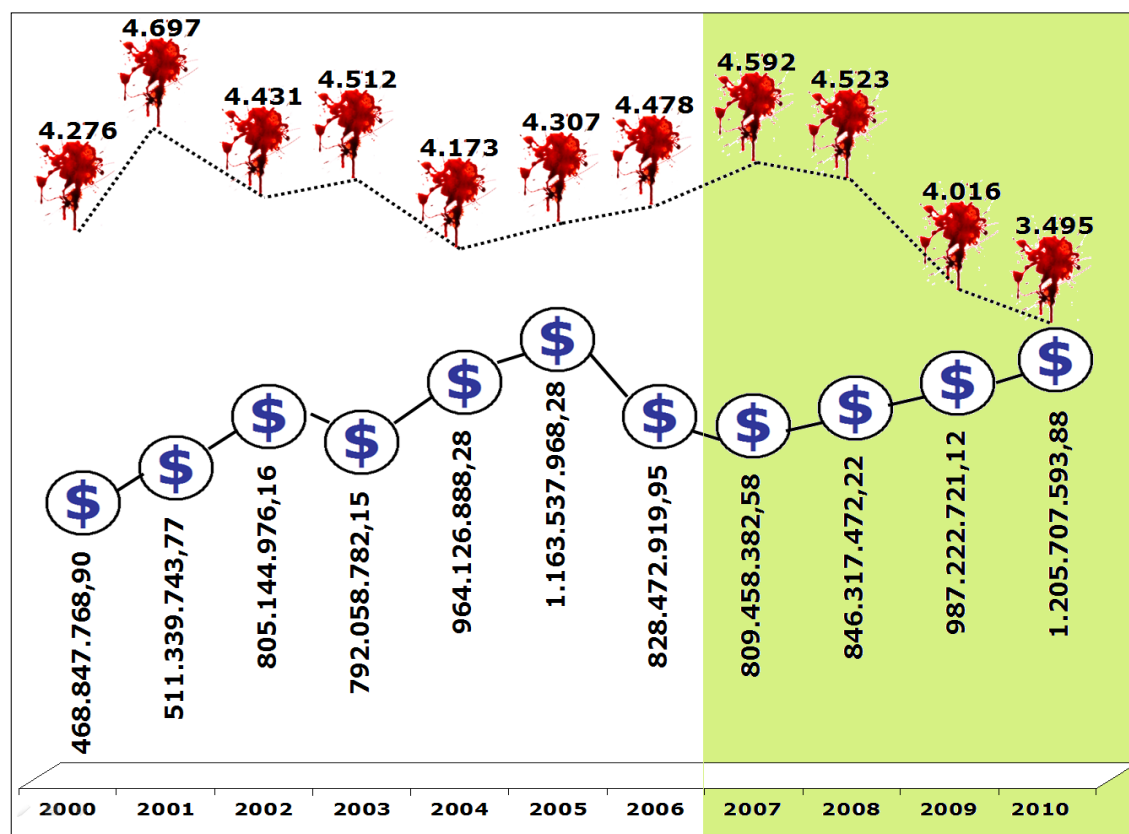
O PPV tem com o objetivo fundamental reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida. Tal tarefa foi realizada tendo por referência uma concepção de Segurança Pública assentada sobre os seguintes valores: a) Articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos, em que a garantia do direito à vida é a principal meta; b) Compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva - baseada na incorporação de inteligência, informação, tecnologia e gestão - com uma forte ênfase sobre os aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta; c) Transversalidade e integralidade das ações de segurança pública, a serem executadas por todas as secretarias de Estado de forma não fragmentada; d) Incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de mecanismos de gestão, monitoramento e

⁸ Os dados dispostos no Portal da Transparência do governo Federal não menciona o valor destinado ao Pronasci por unidades da federação, contudo a Fundação Getúlio Vargas, instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do programa, disponibiliza – até o momento – um balanço dos números do Pronasci referente ao ano de 2008. Neste, é possível verificar os investimentos por Estados. No Portal da Transparência do governo do Estado de Pernambuco, há apenas os valores gerais recebidos do Governo Federal, sem discriminação precisa. O Sistema de Monitoramento e Acompanhamento (SIMAP) do Pronasci tem como público alvo funcionários que trabalham na alta-gestão, gerentes; gerentes de Projetos; coordenadores e equipes de apoio, a esses infere-se a liberação do acesso.

avaliação; e) Participação e controle social desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública. (PERNAMBUCO, 2007, p.13)

Nunca investiu-se tanto em segurança em Pernambuco como nos anos anteriores a gestão atual. As cifras são elevadas e os resultados têm-se mostrado paulatinamente positivos (Figura 05).

Figura 05. RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO ENTRE O PERÍODO DE 2000 A 2010 E OS GASTOS COM A SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS



□ Período anterior ao Pacto pela Vida

■ Período de Atuação do Pacto pela Vida

🌸 Número Absoluto de Crimes Violentos Letais Intencionais

💰 Investimento em Segurança Pública

Fonte: SIM/DATASUS; SDS-PE; <www.portaltransparencia.pe.gov.br> Acesso em 04/04/2011.

Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Acompanhando o ritmo de crescimento da criminalidade e os investimentos em segurança, que necessariamente não implica dizer que há relação: aparelhamento + aumento do efetivo + recursos gerais, ocasione queda nos índices de violência. No caso pernambucano, observando os recursos repassados do

Governo de Pernambuco à SDS, entre os anos de 2000 a 2010, e fazendo a relação com os CVLI, ver-se que entre os anos de 2001 e 2005 houve aumento dos gastos em relação aos anos anteriores, em contrapartida as mortes superam os registros precedentes.

Ainda dentro da observação de mortes violentas + verbas da SDS, em 2005, ano de 2º maior investimento, o número de mortes foi superior a de três outros anos (2000, 2004 e 2009) com repasse menor. Evidente, que a discriminação criteriosa desses valores explicaria melhor essa relação, contudo percebe-se que ações exclusivamente policiais não representam uma premissa contundente no combate à violência criminosa. Sobre essa questão, o PPV buscou, nesses 04 anos, um aumento considerável do efetivo policial de Pernambuco (Quadro 03).

Quadro 03. EFETIVO POLICIAL DE PERNAMBUCO ATUAL E DE CONFORMIDADE COM AS LEIS Nº 13.232 E 13.233 DE 23 DE MAIO DE 2007

COORPORAÇÃO	Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Científica	Corpo de Bombeiros	TOTAL
Efetivo Atual	22.042	6.733	837	2.942	32.554
Fixado por Lei	30.342	6.733	837	4.891	42.803

Fonte: <www.pactopelavida.pe.gov.br> Acesso em 27/02/2011;
<www.aoss.org.br> Acesso em 27/02/2011

Verificando o quadro do efetivo atual e correlacionando com os dados da população dessa unidade da federação, que de acordo com último censo é de 8.796.032 habitantes (IBGE, 2010), teríamos a média de 01 policial para cada 270 habitantes. Caso estivesse com o efetivo policial em consonância com as Leis 13.232 e 13.233 ambas de 23/05/2007 e que fixa o número do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros teríamos a dimensão de 1/205. Valor bem abaixo do que é recomendado pela ONU, que é de 1/250, ou seja, um policial para cada 250 habitantes. Vale ressaltar que não é claro o documento em que a ONU faz essa referência, assim torna-se difícil mencionar os critérios que são utilizados para chegar-se a esse denominador.

Não fica necessariamente claro que a relação efetivo policial e população absoluta garantam uma redução no número de homicídios. Como comparação, tomemos o caso do Estado vizinho Alagoas e o de São Paulo. Em 2010, Alagoas liderou o ranking na taxa de homicídios tendo 71,3 mortes por 100 mil habitantes,

enquanto São Paulo uma taxa de 10,47. A imprensa alagoana defende a tese de déficit no quadro policial e logo explica-se a onda de violência. Segundo dados do Estado do Alagoas (2010) existem 10.054 agentes policiais atuando, enquanto em São Paulo o efetivo ultrapassa 117.148. Fazendo a relação proporcional do efetivo policial e a população desses Estados teríamos 1/310 no caso alagoano e 1/340 em São Paulo. Se a premissa seca do número de policiais fosse verdadeira, era de se supor que o Estado de Alagoas registrasse um número menor de mortes, já que possui uma proporção maior de policiais por número de habitantes. Ainda que a presença policial seja um importante fator inibidor da criminalidade, a premissa de que uma cidade ou um Estado mais policiado será mais seguro não é uma verdade absoluta, como se pode observar pelos números (GOMES, 2011).

Com o auxílio do PPV, a cidade do Recife ganhou uma atenção maior no número do efetivo policial, na ação de operações de inteligência como a “Quadrante de Segurança” - que possui policiamento ostensivo em retalhos da cidade e da Região Metropolitana -, vigilância através de 237 câmeras e 100% da frota de ônibus com videomonitoramento, medidas essas expostas no programa de campanha/2010 do atual governador do Estado.

Numa tentativa de ilustrar o cenário desse decênio, faz-se uso de capas de jornais que trouxeram como manchete a questão da violência e da segurança pública (Figura 06). Nesse material, embora tomando-se o cuidado com o sensacionalismo, é possível perceber um pouco do percurso da violência e das ações de combate a mesma. Os destaques dos jornais estão divididos entre o período pré PPV e da atuação do mesmo. Nota-se que há uma tendência de potencializar, no período da gestão atual, as ações de combate à criminalidade. Contudo, as passagens que servem de base para demonstrar o histórico dos acontecimentos referentes à violência e às ações públicas são dos Diários Oficiais de Pernambuco. Vale ressaltar que é claro o entendimento que nessa fonte de pesquisa os dados possuem o crivo da gestão governamental, logo, sabe-se que as passagens informativas “enaltecem” as feitorias realizadas, contudo, reforça-se aqui que o trabalho e os investimentos feitos e registrados por tal veículo de comunicação, permite inferir, pelo menos parcialmente, sobre que caminhos os governos buscavam para o enfrentamento da violência criminosa.

Embora ocorram investimentos crescentes da esfera pública na segurança, os mesmos não se mostram como uma variável determinante para redução satisfatória

dos, ainda, elevados índices de violência. Segundo pesquisa do professor José Maria, “a segurança pública aparece como um bem escasso para maioria dos cidadãos recifenses. Cerca de 74% deles avaliam a situação da segurança na cidade como ruim ou péssima e 78% opina que a violência vem aumentando” (NOBREGA, 2008, p. 67).

Figura 06
DEMONSTRAÇÃO DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA E AS AÇÕES PÚBLICAS EM MANCHETES DE JORNAIS ENTRE O PERÍODO DE 2000 A 2010.



Essa sensação de insegurança ocasionada pelo medo da violência criminosa poder contribuir para essa percepção. Contudo, é sabido que as ações no espaço são dialéticas, respaldam na sociedade, na configuração da paisagem e são retroalimentadas nesse processo. De acordo com Tereza Caldeira “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

Toda essa conjuntura da violência criminoso tanto no cenário nacional como estadual, tiveram diversos rebatimentos, algumas dessas implicações respaldaram, também, na cidade do Recife, a mesma apresentou-se, entre o período de tempo abordado, destaque quanto ao número de homicídios e da criminalidade.

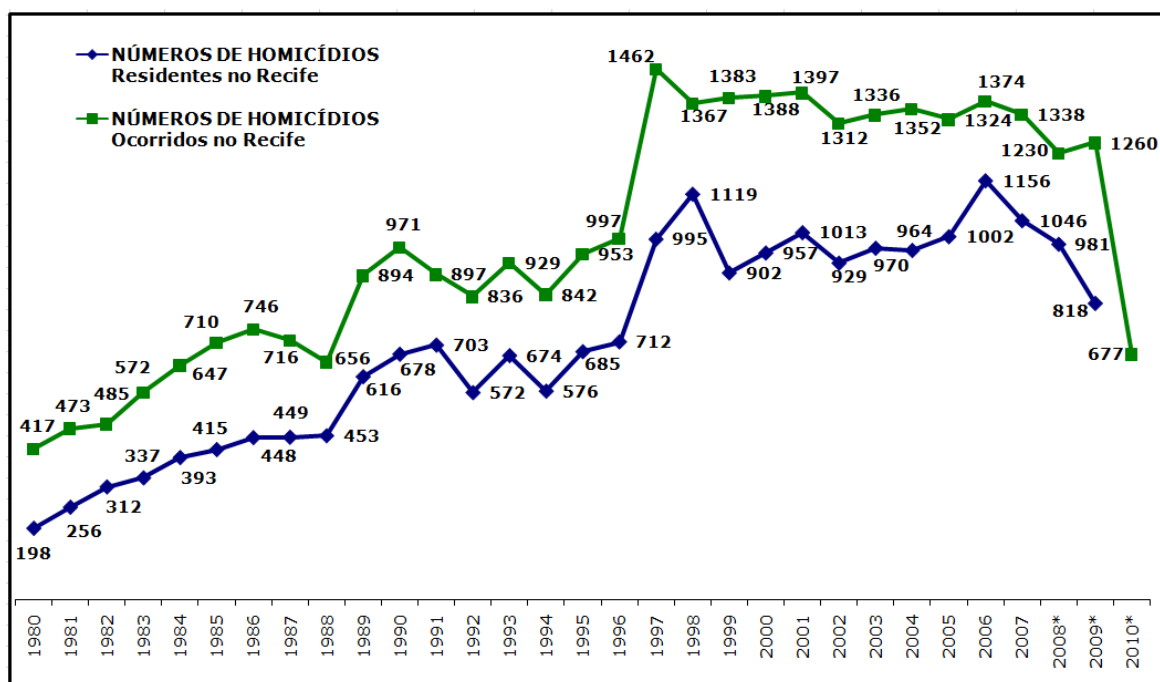
1.2.3 O cenário recifense

Entre o período de 1980 a 2010, a cidade do Recife ocupou em mais de 26 vezes posto entre as 10 cidades mais violentas do país, quando as taxas de homicídios são demonstradas por 100.000 habitantes, a cidade ocupou 21 vezes a primeira posição (WASELFISZ, 1998; 2010). Nesse tempo os órgãos públicos investiram em segurança, contudo os valores não proporcionaram, em alguns anos, redução significativa da violência. Esta, possui uma relação de proximidade com a criminalidade, que concomitante aos números dos homicídios, também cresceu. Assim, como nas escalas estadual e nacional, a cidade do Recife apresentou forte crescimento no número de homicídios entre meados da década de 1990 e finais dos anos 2000. No caso recifense as literaturas apontam o aumento populacional, o desemprego, a falta de assistência no social, desigualdade socioeconômica, impunidade, o despreparo policial entre outros, como prováveis colaboradores desse panorama.

Quanto à evolução no número de homicídios na cidade do Recife (Gráfico 04) é possível traçar dois parâmetros, o primeiro diz respeito aos homicídios ocorridos na cidade e o outro aos residentes.

Percebe-se que ocorreu crescimento de números de homicídios entre a primeira década (1980-1990), após baixa e oscilação, voltando a crescer em 1996, atingindo o ápice em 1998, onde a partir deste ano ocorre oscilação em médias parecidas e após 2007 inicia-se um declínio. Entre os anos de 2009 e 2010 ocorreu queda de 46% segundo boletim mensal da Condepe/Fidem (2010). Ainda assim a violência aumentou, segundo percepção de 90,1% dos entrevistados em uma pesquisa realizada no final de 2009 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (PERCEPÇÃO, 2010).

**Gráfico 04: EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA CIDADE DO RECIFE
ENTRE 1980 E 2010**



Fonte: SES/SECG/DGP/GIS/SIM-PE; * SDS-PE, 2008 a 2010

Elaboração e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

Para se ter noção da violência criminoso nesse período, basear-se-á aqui, também, em algumas informações contidas em jornais de circulação na cidade do Recife, os quais fazem menção sobre à violência, ao medo e à segurança (Figura 07).

Nesse contexto, a tentativa de verificar o processo histórico da violência na cidade do Recife, bem como os principais temores das duas últimas décadas do século passado e na primeira deste, correlacionando essas atividades com *flashes* do cenário político e as principais medidas de segurança tomadas nesse recorte temporal, é, como sabido, vislumbrar uma possível explicação para arquiteturas de defesa, o crescimento da segurança privada e espaços urbanos complexos.

Conforme o Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 1980, uma das preocupações em relação à mortalidade geral voltava-se para questão das doenças de origem hídrica que atingia 40% da população do Recife (PERNAMBUCO, 1980). Vale ressaltar que a população era de 1.203.899 habitantes (IBGE, 1980). As políticas públicas, na gestão de Gustavo Krause, preocupavam-se com a questão econômica e secundariamente com as sociais e dentro desse campo o que norteava algumas ações era, ainda, o viés sanitarista. Contudo, ainda no mesmo ano, o mesmo periódico, aponta o êxodo rural como possibilidade de aumento da

criminalidade na cidade do Recife e traz o decreto da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, o qual cria, sob a responsabilidade da SSP, a Delegacia de Assaltos e Latrocínios (DAL), apontando como justificativa “o grande número de assaltos que acontece no Estado, principalmente no Recife” (PERNAMBUCO, 1980).

Figura 07. JORNAIS E DIÁRIOS OFICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEGURANÇA NO RECIFE ENTRE 1980 A 2010



Fonte: Jornal do Comércio; Diário de Pernambuco; Diário Oficial da Prefeitura do Recife.

Embora, como visto no gráfico 04, os números de homicídios correspondentes a 1980 sejam baixos em comparação aos da mesma década, ocorreu aumento de 10% em relação ao ano de 1979 (DATASUS, apud WASELFSZ, 1998). Isso demonstra a preocupação da criação de órgãos específicos para atenuar um problema que iniciava uma linha ascendente.

É notório que com o aumento da criminalidade violenta, o medo é um possível reflexo. Essa postura, com gênese anterior ao período aqui estabelecido, encorpa-se

ainda mais com a soma de acontecimentos dessa estirpe. Essa percepção fez a Câmara de Deputados de Pernambuco solicitar o aumento de policiamento na intenção de inibir os assaltos, roubos e homicídios que apontavam essa situação em função do relaxamento da polícia (PERNAMBUCO, 1981). É de convir que esse discurso provinha dos deputados de esquerda à gestão da época, contudo, são passagens recorrentes nas páginas do Diário Oficial de Pernambuco.

Mencionando ainda os números no gráfico 04, é possível ver que entre 1980 e 1986 a quantidade de homicídios entre os residentes na cidade do Recife cresceu em mais de 127%, neste mesmo ano a prefeitura lança projeto visando reduzir a violência, no qual objetivava “proporcionar trabalho as pessoas jovens e evitar que se marginalizem” (RECIFE, 1986). Percebe-se que as ações públicas começam a se voltar para o social, atrelando à ausência de emprego aos índices da violência. Destaca-se que o papel da prefeitura no combate à violência criminoso restringe-se, basicamente, a proteção dos seus estabelecimentos, dos que nele trabalham e com o cumprimento das suas responsabilidades com políticas sociais.

A antropóloga Paula Miraglia, em um artigo denominado “Os municípios e a segurança pública”, traz a importância da ampliação do serviço da prefeitura no combate à violência.

A prefeitura é o braço do poder público próximo à população, é onde se dá a prestação cotidiana de serviço, é, também, quem conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto e pode, portanto, solucioná-los com maior agilidade quando estes ainda têm proporções reduzidas. (MIRAGLIA, 2008, p.89)

A discussão corrente aqui não é quais as atribuições da prefeitura quanto à segurança pública, a Constituição de 1988 menciona que essa tarefa é compartilhada entre as esferas de poder, mas é pertinente a colocação, ainda mais em município onde as taxas de homicídios permanecem altas.

Retomando a rápida linha cronológica, entre os anos de 1986 e 1990 o quantitativo de homicídios só aumentou. Nesse período foram a óbito 2.644 pessoas, uma média de 528,8 por ano, algo que atualmente supera valores de capitais como Cuiabá/MT, Natal/RN, Belém/PA, São Luis/MA, entre outras (WAISELFISZ, 2010). Em Recife, em função de uma onda de assaltos e mortes de taxistas, foi criada a “Operação TX”, coordenada pela Polícia Militar. Ocorria, também, a ampliação dos serviços nas delegacias de homicídios para 24 horas,

visando elucidar o maior número de crimes. Os principais debates debruçavam-se no campo da segurança e havia proposta de integração entre as polícias (PERNAMBUCO, 1986, 1988).

No final de década de 1980, intensificava-se a preocupação da violência contra o menor. Organizações não governamentais pressionavam os governos para atenuar o problema. Assim, foi criado o SOS Criança, uma iniciativa que funcionava no centro da cidade, tendo apoio do Programa Mutirão Contra a Violência (PERNAMBUCO, 1988). Dessa forma buscava-se responder a quase 10% das mortes de menores de 15 anos ocorridas em Recife no final da mesma década.

Em 1990, de acordo com o Diário Oficial de 02 de outubro, é imposto, através de uma portaria do secretário de segurança, João Arraes, a suspensão do porte de arma, objetivando evitar casos de agressões que resultassem em mortes. Após 23 dias, no mesmo periódico, há menção da redução da violência, na qual é atribuída a proibição do uso de armas e ao Programa Paz nas Ruas (PERNAMBUCO, 1990).

No outro bloco da escala de tempo aqui proposta, 1991 a 1995, reavendo o gráfico 04, percebe-se que é o de maior oscilação, ocorrendo quedas e subidas “bruscas” nas taxas. Prováveis explicações podem estar nas ações públicas. Como exemplo, no início da década de 1990, o Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), após análises sobre a realidade da segurança no centro do Recife, mudou a tática, aumentando o controle da vigilância, na tentativa de inibir os pequenos delitos. (PERNAMBUCO, 1991)

Nesta época ecoa mais fortemente a questão da violência contra as mulheres, a SSP cria, para apoiar Organizações não Governamentais (ONGs) que erguem a bandeira feminista, uma assessoria que funcionava na Delegacia das Mulheres. A prefeitura do Recife, engajando-se no processo de combate à violência, apostava na ação preventiva, direcionando a jovens e as crianças nas comunidades pobres, atividades produtivas. O projeto “Previna a Violência” se vai com a gestão de Gilberto Marques em 1993.

Preocupações com arrastões, debates em fóruns de segurança, retomadas das ideias da reunificação das polícias (civil e militar), pressão da oposição para tomadas mais enérgicas do poder público, treinamentos da guarda municipal e promessas de ampliação da segurança para população são passagens recorrentes nos Diários Oficiais de 1992 a 1995. Neste último, em 12 de janeiro, frisa-se a

importância de reaparelhamento dos sistemas policial e penitenciário para atender às necessidades da sociedade.

Essa mesma cobrança ocorre frequentemente entre 1996 e 2000, onde tanto na esfera municipal quanto na estadual, passaram duas gestões, que não abriram mão de críticas a anterior sobre a falta de investimento nesse campo. Os números de mortes por causas violentas apresentavam-se superiores aos anos antecedentes. Em 1998 ocorreu o 2º maior pico (entre 1980 e 2000), com 1.119 mortes. Foi um período em que a violência/criminalidade protagonizava. Apoio do exército à polícia militar com a doação de armamento, parcerias criadas com veículos de comunicação para atingir um número maior de cidadãos com informações de segurança, intensificação das operações policiais já existentes, capacitação da força policial e melhorias na estrutura e efetivo das polícias são alguns dos acontecimentos que permearam esse quinquênio (PERNAMBUCO, 1996-2000).

Ainda nesse lustro, há menção de que as causas determinantes da violência eram as grandes diferenças sociais, a má distribuição de renda, a ignorância, o desemprego, além da “impunidade crônica”, contudo, como visto, a preocupação dos que faziam a segurança pública voltava-se, basicamente, para a repressão, pouco se fazendo no campo preventivo.

Na chegada do novo século, o XXI, as médias de homicídios anuais no Recife ultrapassavam o total de 900, indicando mais de duas mortes por dia. Em 2001, assim que assume a gestão municipal, o prefeito João Paulo, menciona sobre a importância de articular-se com outras esferas para diminuir o desemprego e a exclusão social, que ocasionam o aumento da violência na cidade. Neste mesmo ano, dentre as políticas sociais do município, destacava-se as ações de combate à violência, que vislumbrava – no campo preventivo – a capacitação de adolescentes de áreas de baixa renda; as campanhas educativas e os projetos de atendimento às mulheres vítimas de violência. (RECIFE, 2001)

Seguia, em 2002, o projeto “Paz nas Comunidades”, uma ação da SDS que buscava atenuar - através de ações em escolas - a violência. Em Recife, bairros como Ibura, Ipsep, Pina, Boa Viagem, Cavaleiro e Vasco da Gama contaram com a atuação e na 10ª edição do projeto fazia-se o levantamento de 70 mil pessoas beneficiadas (PERNAMBUCO, 2002). Outra ação que merece destaque é a parceria entre o Gajop e a Prefeitura do Recife com o Projeto Justiça Cidadã, que buscava favorecer a cidadania individual e coletiva através de ações de educação, com

enfoque na defesa e garantia dos direitos humanos e a prevenção da violência. Percebia-se que as ações públicas buscavam formas de minimizar a violência através da prevenção e procuravam entidades que apontassem meios de combate.

Segundo o número de homicídios ocorridos em Recife em 2003, as investidas preventivas ainda não surtiam o efeito desejado. Entre 2002 e 2003, embora pequeno, ocorreu aumento de 2%. Em Recife, apontava-se o percentual de crianças e adolescentes em situação de pobreza na casa dos 45% (RECIFE, 2005), esse dado demonstra, em partes, a dificuldade do trabalho preventivo, visto que, para essa classe, o poder de sedução da criminalidade tem efeitos – muitas vezes – atrativo. No final de 2004, o Gajop, através de seu banco de dados, apresentou alguns resultados referentes a características de homicídios na RMR. Constatou-se que a maioria das vítimas de homicídios na capital, entre 2000 e 2003, era do sexo masculino, 57% foram vitimados em vias públicas, 10% do total das mortes atingiram menores de 17 anos e a maioria dos mortos pertencia à baixa renda (GAJOP, 2004).

Somando as mortes na capital do Estado entre os anos de 2004 e 2005, verá que as mesmas correspondem a 31,55% das mortes ocorridas em Pernambuco no mesmo período. Basicamente, entre os anos de 2000 e 2005, o número de homicídios em Recife permaneceu na média de 1300/ano. Fazendo-se uma síntese das ações ocorridas entre 2004 e 2005, aponta-se o aumento do efetivo policial, intensificação dos trabalhos preventivos e repressivos em áreas consideradas propícias a criminalidade, discussões acerca da segurança pública e aumento de verba para o combate à violência.

Enfim, no último bloco aqui proposto, 2006 a 2010, Recife vai do maior índice registrado entre os residentes (2006: 1.156 mortes), ao declínio a partir de 2007. Em 2006 a RMR situa-se na 3ª colocação entre as áreas com maior risco de homicídios no Estado de Pernambuco, nesse mesmo ano dentre as principais causas de mortes na cidade do Recife, o homicídio só perdia para as doenças do coração e causas mal definidas (SUS REGISTRA, 2008). No final do primeiro trimestre de 2007 é lançado o *pebodycount* um blog que possuía um contador de homicídios. A iniciativa do *blog* ganhou a parceria de uma faculdade privada que financiou a colocação de um contador digital em uma das ruas de maior movimento da cidade. Além da divulgação, a equipe desse *blog* chegou a fazer marcas de corpos na cor vermelha nos locais de alguns assassinatos. Com essa postura, os idealizadores buscavam pressionar os órgãos competentes por providências. Em

diversos momentos os números oficiais e os números do *blog* apresentavam distorções.

A maior parte das mortes violentas ocasionadas em 2008 na cidade do Recife possuía a arma de fogo como instrumento utilizado. Em pesquisa realizada pelo Centro Integrado de Pesquisa e Comunicação (Cipec) a respeito do porte de arma na RMR, verificou-se que 80% dos entrevistados avaliam que possuir armamento não reduz a possibilidade de sofrer violência e 72% são favoráveis a campanha de recolhimento de armas. Tal estudo ainda permite a comparação com o “Referendo de 2005”, onde 54,5% da população da capital pernambucana se manifestou contra a proibição de armas de fogo. Ainda neste ano, o Instituto Maurício de Nassau divulgou o resultado de uma pesquisa denominada “Termômetro da insegurança e vitimização na cidade do Recife”, dentre os dados destaca-se a mudança de hábitos para se proteger da violência com 59,72% dos entrevistados e o número de 44,58% de pessoas que foram vítimas de assaltos em vias públicas. Concretamente a sensação de medo da violência criminosa estava mais difundida, não apenas em função da mídia, mas de números reais.

Entre 2009 e 2010 percebe-se considerável redução nos homicídios. Como já mencionado, a implantação do PPV intensificou ações na busca pela diminuição desses números e o Recife foi alvo de maior parte das estratégias desse plano. Dentre as ações, destaca-se a Operação Quadrante, que adéqua-se a concepção de território, possibilitando um maior monitoramento, a mesma atua em recortes específicos da cidade como os *hotspot* (loais de maior ocorrência criminosa), possibilitando uma ação mais eficaz. Apesar da divulgação otimista dos dados, as médias desse último quinquênio ultrapassam mais de 1.000 mortes anuais.

Em síntese, a demonstração de cenários em níveis nacional, estadual e da cidade do Recife sob a ótica da criminalidade, número de homicídios e da segurança pública permitem compreender parcialmente a complexa esfera da violência, assim como rabisca uma leitura nas mudanças de hábitos em função do medo.

Assim, verificar como a sensação do medo impulsionada pela violência criminosa atinge a sociedade civil, nas escalas geográficas citadas, permite que seja feita as articulações entre as mesmas, bem como facilitar na compreensão de fenômenos em escalas geográficas menores, o que será visto no capítulo seguinte ao tratar do bairro da Iputinga e das 17 áreas de baixa renda que foram o objeto empírico desta pesquisa.

CAPÍTULO 02

O bairro da Iputinga e as áreas de baixa renda: características gerais e epítome da violência



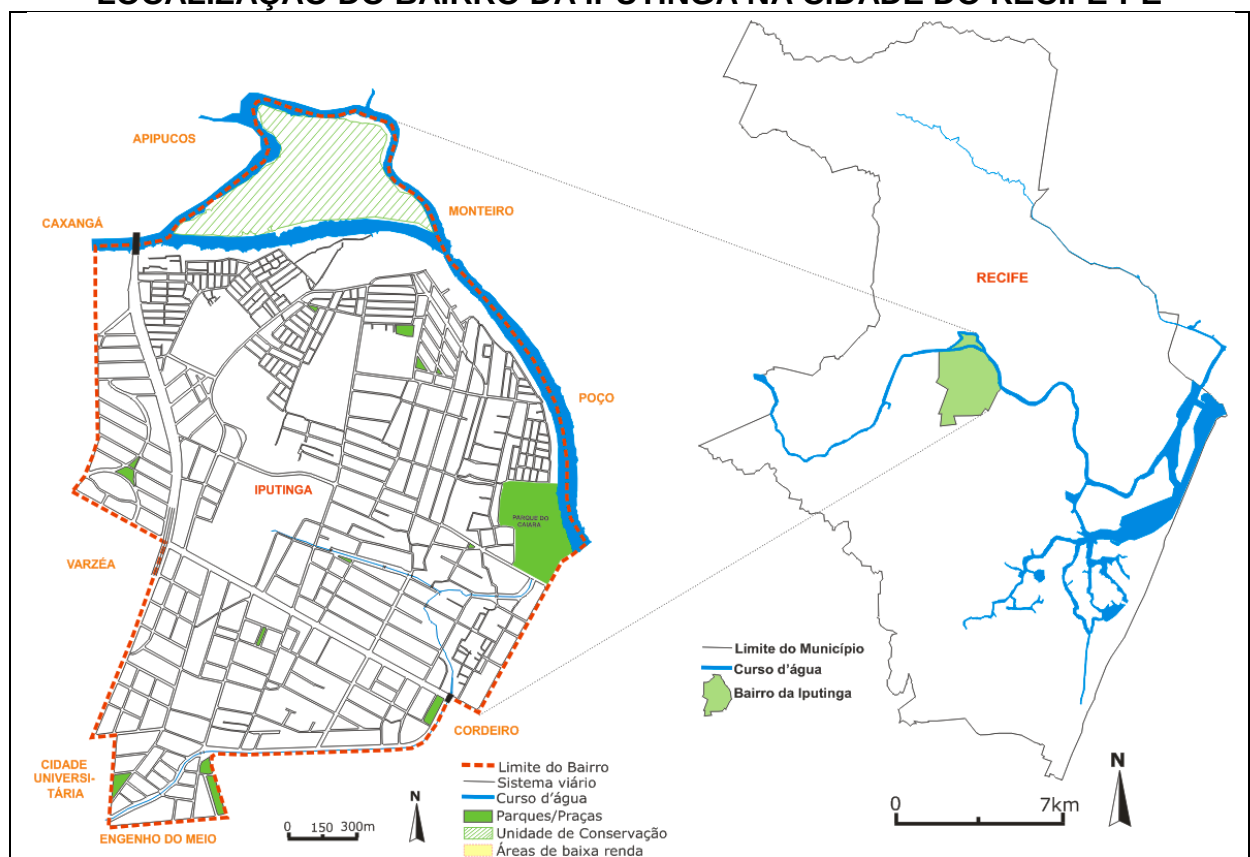
2. O BAIRRO DA IPUTINGA E AS ÁREAS DE BAIXA RENDA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E EPÍTOME DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA

Dia de cão na Iputinga. Guardas municipais tentam expulsar as 800 famílias que invadiram um terreno de 15 hectares da Prefeitura. Recebidos a pedradas pelos invasores da favela Ayrton Senna, os guardas respondem com tiros e pancadaria. No festival de violência, derrubam vários barracos. Mas acabam recuando e indo embora no ônibus oficial. Dois invasores saíram feridos pelos disparos. A Prefeitura vai entrar na Justiça com um mandado de reintegração de posse do terreno, que faz parte do Parque do Caiara.

Diário de Pernambuco, 10 de outubro de 1994. Capa.

O Bairro da Iputinga, localizado na parte oeste da cidade, integra a 4ª Região Político-Administrativa do Recife (RPA-4) e se situa entre os seguintes bairros: Várzea, Caxangá, Cidade Universitária, Engenho do Meio, Cordeiro, Poço e Monteiro (Figura 08).

Figura 08
LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DA IPUTINGA NA CIDADE DO RECIFE-PE



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005. Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

Sua origem se deu na área conhecida como Várzea do Capibaribe, região esta ocupada, anteriormente, por vários engenhos de açúcar. O nome origina-se da palavra indígena “ipueira”, que era usada para designar lugar do campo que se enche d’água no inverno, permanecendo alagado por algum tempo (CAVALCANTI, 1998).

Contudo, em Mário Lacerda, na sua obra “Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife” (MELO, 1978), é possível visualizar a citação do historiador Tadeu Rocha, na qual menciona que as terras onde situam-se o bairro pertenciam ao Engenho Barbalho, todavia em Planta da Cidade do Recife e seus Arrabaldes, veiculada em 1870, nessa localidade aparece o Engenho Poeta, que possivelmente surgiu de subdivisões de engenhos anteriores. Logo é possível inferir que a povoação do bairro da Iputinga possa ter se originado a partir do Engenho Poeta, que posteriormente viria a ser o Sítio do Barbalho.

Com a criação da Estrada Nova da Caxangá, no final do século XIX, que buscava a ligação entre o centro da cidade do Recife com as áreas “rurais”, chegando, inclusive, em Camaragibe e São Lourenço, facilitou-se a chegada da população que instalou-se em áreas de sítios, entre esses, o do Barbalho. (MENEZES, 1990). De acordo com a urbanista Rosa Maria,

Os sítios e as chácaras aí instalados absorveriam, sobretudo, a população deslocada da zona rural, como parte da corrente migratória para o Recife, acentuadamente registrada entre as décadas de 1940 a 1960. O estreito mercado de trabalho na capital pernambucana, as possibilidades de sobrevivência encontradas e a origem dessa população concorreram para o desenvolvimento de atividades associadas à vida no campo. (LIMA, 2005, p. 309)

Assim, infere-se que nesse período (1940 e 1960) as terras da atual Iputinga possuíam as atividades primárias como principal elemento econômico, esse uso do solo propiciava, na Iputinga, a composição de uma paisagem rural desde os anos vinte do século findo (OLIVEIRA, 1994, apud LIMA, 2005). Até as três primeiras décadas do século XX, a ocupação da Iputinga era considerada subúrbio, elevando-se a categoria de bairro em 1988 após o Decreto 14.452 de 26 de outubro.

Ainda em observância aos escritos de Lima (2005) quando se trata da ocupação do bairro, a mesma aponta a retomada da ampliação da Avenida Caxangá no final da década de 1950, ocasionando uma valorização na área, “acelerando o processo de urbanização e produzindo o adensamento de grandes áreas, com a

construção de edifícios comerciais e bancários, e de moradias de classe média" (LIMA, 2005, p. 311-312). No traçado atual, percebe-se que as famílias de baixa renda sempre ocuparam o entorno do rio Capibaribe.

Estas ocupações ribeirinhas sofreram com algumas enchentes, destaque para as de 1975 e 1977, onde muitas famílias presentes nessas áreas de planície tiveram seus "mocambos" invadidos pelas águas do Capibaribe. Embora sendo uma área instável, as ocupações irregulares continuaram ocorrendo, estas se intensificaram no final dos anos 1970 e início dos 1980. Tais invasões contribuíram para um acréscimo na população do bairro.

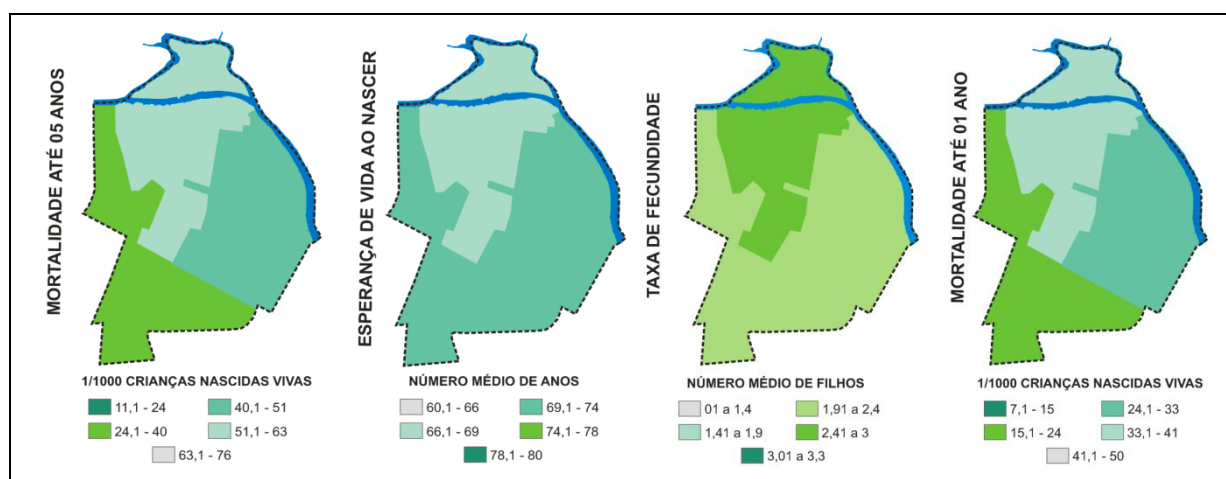
Nas planícies da zona sul e do Capibaribe, parte do incremento populacional deve-se não só a verticalização edilícia nas áreas de interesse do mercado imobiliário, mas também à densificação populacional dos assentamentos pobres e mesmo às novas invasões ocorridas nas margens do Rio Capibaribe, sobretudo no bairro de Iputinga. (MEDEIROS, 2004, p.184)

Numa visão contemporânea, uma possível leitura sobre o posicionamento geográfico do bairro da Iputinga, aponta que o mesmo estruturou-se ao longo de quatro eixos viários leste-oeste que ligavam o porto aos engenhos e povoados. Tal porção territorial constitui-se de áreas mais valorizadas, próximas aos eixos viários, e de outras áreas mais distantes, geralmente vizinhas de cursos d'água e suas zonas de inundação (RECIFE, 2005). Encontram-se ainda, 11 praças que somam uma superfície de 2,32 ha o que equivale a apenas 0,52 m² de superfície verde por habitante, bastante inferior ao exigido pela Lei Orgânica e Plano Diretor do Recife que é de 12 m² por habitante. Em compensação, o bairro é banhado pelo rio Capibaribe, numa extensão de 5 mil metros, e cortado por canais que somam 3,7 mil metros de extensão (PERNAMBUCO, 2005).

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (RECIFE, 2005), o bairro possui uma área de 428,30 ha e segundo o último censo (IBGE, 2010) uma população de 52.200 habitantes, as mulheres são, ligeiramente, a maioria e representam 54% do total da população, distribuídos em 17.627 unidades domiciliares, o que confere ao bairro uma média de 2,99 habitantes por domicílio. Tomando o número de residências registradas em 1980, o bairro apresentou um crescimento de 4.621 unidades, 35,53% em relação as apontadas pelo Censo de 2010.

Os dados mais recentes, veiculados pelo IBGE ainda não demonstram questões socioeconômicas mais expressivas, em escalas menores, como bairro, por exemplo. Assim, utilizando-se dos dados de 1991 e 2000, percebe-se que, 55,29% da população da Iputinga residiam em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e em outras áreas pobres. Das áreas mais pobres do bairro, 89,06% dos domicílios não possuíam aparelho de televisão, 25,33% não tinham água encanada. Em 1991, esse percentual representava apenas 42,85%. Cerca de 10% das adolescentes entre 15 e 17 anos tinham filhos e a taxa de mortalidade figurava entre as piores do Recife, com índices de 41,13 a 47,89/1000. Em observância à questão demográfica (Figura 09) é possível verificar que a porção mais central e ribeirinha possuem uma média de 2,4 a 3 filhos e a esperança de vida encontra-se dentro das médias dos bairros recifenses, indo dos 66,1 a 74 anos

Figura 09
DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO BAIRRO DA IPUTINGA (2000)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

No tocante à educação, o bairro possuía umas das mais elevadas taxas de analfabetismo (15%) e o índice se eleva quando observado separadamente às áreas mais pobres, chegando a mais de 30%; os jovens que possuem menos de 08 anos de estudo figuram na casa de 60,6% (RECIFE, 2005). Comparando-se com dados mais atuais, a situação melhorou um pouco. Programas de aceleração escolar como o "Travessia", a presença de programas assistencialistas, a exemplo do Centro da Juventude, entre outras ações públicas, impulsionaram dados quantitativos nesse campo.

Nesse cenário, ao observar o processo de formação do bairro da Iputinga e correlacionando-os com os dados referentes à violência criminosa, há indícios, parciais, de que existe afinidade entre os dados socioeconômicos e a criminalidade. Vendo desse ângulo, reforça-se uma tese já consolidada, porém não afirmativa, de que o crime e a violência estão associados à pobreza. Como já referido no capítulo 01, essa associação torna-se falaciosa se outras premissas forem postas na avaliação, porém, no caso em questão a falta de oportunidades, a presença do tráfico, a baixa formação, os índices de desemprego, a inoperância estatal, entre outros, propuseram a certos residentes uma "vida ilícita" como opção.

2.1. Percursos de um bairro violento (1980 a 2010)

Assim como nos contextos citados no primeiro capítulo sobre a violência criminosa, com o bairro da Iputinga não foi diferente. À medida que se avançavam os anos, as taxas de criminalidade e homicídios apresentavam-se maiores, todavia a partir de 2007, os números de CVLI começaram a decair. Os dados policiais mais concisos referentes aos bairros da cidade do Recife aparecem nos registros da SDS/PE a partir de 2005, assim, é possível visualizar algumas informações. Dessa forma, apenas 1/5 do período aqui demonstrado (1980 a 2010) precisa sobre crimes e homicídios. Logo, as informações complementares lançam-se, novamente, sobre os dados presentes em periódicos, que aqui serão expostos por períodos de 10 anos.

Desde os anos 1980 a Iputinga possuía a fama de bairro dos artistas, isso por estarem presentes uma variedade de profissionais que utilizavam técnicas diversas no campo da arte. O codinome perseguiu o bairro por um longo tempo, caindo aos poucos no esquecimento, em partes em declínio da própria atividade. Nesta época o adensamento populacional começou a aumentar significativamente no bairro, as invasões tornavam-se expressivas e, aparentemente, as ocorrências policiais também. Para exemplificar, em um único dia, a página policial do Diário de Pernambuco de 14 de janeiro de 1980 traz 04 ocorrências, sendo duas agressões físicas, um assalto e um homicídio ocorridos.

Contudo, esta década mostrou-se nos jornais com poucos registros/passagens sobre crimes/violência ocorridos no bairro da Iputinga. Todavia, aponta-se, tomando como referencia o Diário de Pernambuco entre os anos de 1980

a 1989, numa observação que aproxima-se de 1/3 do período mencionado, obtêm-se uma média de 20 a 30 ocorrências anuais (homicídios, roubos, furtos e assaltos). É uma perspectiva abaixo do real cenário, visto as lacunas não observadas, os acontecimentos que não tornaram-se notícia e o fato de usar uma única fonte de pesquisa, para elencar alguns fatores.

Mesmo fazendo o uso de 20 ocorrências anuais, numa comparação com a Noruega, país que em 2009 apresentou um registro de 13 homicídios/ano e que, atualmente, possui mais de 4,9 milhões de habitantes⁹ (número 94 vezes maior que a do bairro da Iputinga), percebe-se que diante deste parâmetro, o número torna-se elevado, tomando-se apenas os registros de roubo no bairro no ano de 2008, que foram, segundo a SDS/PE, de 855, é notável o imenso crescimento.

Ainda neste período destacam-se no bairro algumas benfeitorias públicas como calçamentos de ruas, posto de saúde, reforma de praças e a atuação de programas para construção de casas. Talvez, em função de ocorrer neste tempo três processos eleitorais, os meios de comunicação eram utilizados para promover os candidatos, principalmente, os que já estavam no poder.

Supondo-se que nesse tempo ser a Iputinga um bairro tranquilo, as "poucas ocorrências" já começavam a imprimir no consciente coletivo o medo, caracterizando certas localidades e impulsionando a gênese de um processo de estigmas. Isso, pôde-se constatar na fala de uma moradora antiga no bairro, que mencionou "há muitos anos jogam corpos ali (referindo-se as margens do Capibaribe, local conhecido por 'Maré', na comunidade de Santa Marta) e desde que soube do primeiro, nunca passei por lá"¹⁰

Entre os anos 1990 as informações veiculadas sobre os casos de violência já tornam-se mais frequentes. Nesse decênio chama atenção no bairro a formação das "gangs" e "galeras" e a atuação das mesmas. O registro de chacinas, também, é expressivo, aparecem 04 vezes. Somam-se a isso as tensões promovidas pelas invasões (Ayrton Senna e São João), ambas possuindo atrito com a força policial.

Fora as menções a roubos e furtos, o bairro, conforme Neiva (1998), "vive dias de terror"; a jornalista aponta que um homem de 30 anos aterrorizava as madrugadas, invadindo as casas e forçando as vítimas a praticarem sexo e, após tal

⁹ Statistisk Sentralbryä (Instituto Nacional de Estatística). Disponível em www.ssb.no/english/subjects

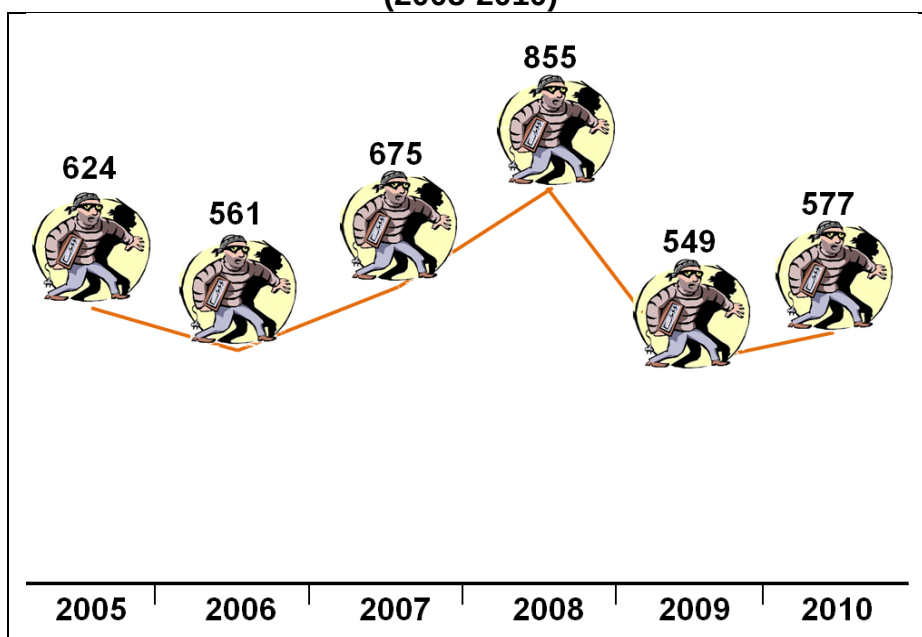
¹⁰ MJGS, 65 anos, moradora do Barbalho a 45 anos ao responder o questionamento 13 do instrumento de coleta de dados, que buscava saber se havia algum lugar no bairro que temia.

ato, obrigava-as a levarem seus pertences em seu carro. Após a segunda ocorrência, os moradores da comunidade da Bomba Grande, onde o caso ocorreu, prestaram queixa. Em busca posterior aos fatos, não se encontrou menção sobre a prisão do meliante.

Estes acontecimentos acirram o sentimento de insegurança que são potencializados pela a ausência das devidas punições. O período, bem diferente da década anterior, apresenta, em média, 40 ocorrências anuais (assaltos, roubos, furtos e homicídios) registrados no bairro, levantados pelo mesmo critério anteriormente mencionado.

Entre os anos 2000 e 2010, é possível ter uma visão quantitativa mais concreta, além de informações disponíveis em meio digital que favorecem a pesquisa. Nesse tempo o bairro da Iputinga aparece entre os 20 mais violentos da cidade do Recife, observando-se o *ranking* de homicídios, e, entre os 10, quando se verifica o número de roubos ocorridos (SDS, 2010). É um período que demonstra o aumento em relação aos anos 1980 e 1990 e que apresenta uma ligeira redução. Para ilustrar, parte desse período, aponta-se o número de roubos ocorridos no bairro (Figura 10).

Figura 10
NÚMEROS DE ROUBOS NO BAIRRO DA IPUTINGA
(2005-2010)



Fonte: Sistema Infopol/GACE/SDS Extraídos em 21/01/2011
(Relatório nº 011/2011/GACE/SDS-PE)

Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Não se tem uma explicação plausível para a visível oscilação, ainda mais quando se verifica que o número de roubos de 2010 supera o de 2006, ano esse que ainda não existia a atuação do Pacto Pela Vida. Mencionar que a variação dos números pode ter relação com o cenário econômico, o nível de desemprego, o baixo poder de consumo, entre outras questões, é apenas especular sobre algo que possui diversas variantes e que requer aguçada investigação. Para o cientista social Claudio Beato, ao mencionar em seus estudos sobre a criminalidade, a relação entre ela e o panorama socioeconômico, mostra que:

... os resultados destes estudos têm mostrado que alguns fatores estão invariavelmente associados com altas taxas de criminalidade, ao passo que outros fatores apresentam comportamento mais volátil, algumas vezes sendo estatisticamente significantes, outras vezes não. (BEATO, 1998, p. 76)

Embora, a proposta não seja buscar o porquê dos acontecimentos de roubo no bairro da Iputinga, é, no mínimo, instigante entender o que mobiliza tal comportamento que, anteriormente comentado, em função do mesmo surgem os cuidados, a insegurança, a circulação comprometida, os estigmas e a vida de cárcere.

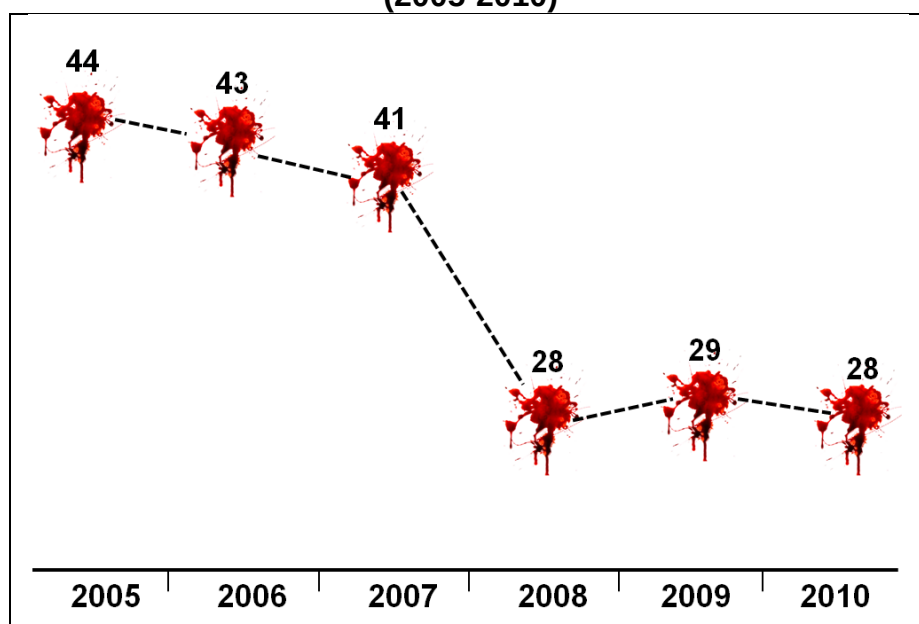
Retomando os dados da figura 10, verifica-se que a uma média de 644 roubos anuais, o que implica em 1,75 ocorrências ao dia. Percebe-se que o ano de 2008 apresentou um crescimento de 21% em relação ao anterior, tendo em seguida uma queda de 36% no ano seguinte. Tomando, ainda, como referência o ano de 2008, o total de roubos ocorridos no bairro da Iputinga representa 3,05% dos ocorridos na cidade do Recife, parece pouco, mas indica que uma a cada 20 moradias presentes no bairro foi assaltada, média superior a recifense que é de uma a cada 17 domicílios. Levando-se em conta o total de roubos ocorridos entre 2005 e 2010, tem-se 3.841; atualmente a população do bairro da Iputinga é de 52.200 habitantes (IBGE, 2010), isso indicaria que 7,29% dos moradores já tiveram pertences subtraídos, ou seja, uma a cada 14 pessoas passaram por essa experiência e prestaram queixa, obviamente, não indicando aqui os casos reincidentes.

No ano de 2008, como visto na figura 10, o número de roubos/assaltos é bastante expressivo (média de 2,34 roubos ao dia), diante disso moradores do bairro organizaram um protesto na Praça Salgueiro (na porção mais ao sul do bairro) para

colher assinaturas para formalizar a denúncia na SDS/PE (MORAIS, 2008, p.2). Mesmo ocorrendo uma queda no ano seguinte, os assaltos continuam incomodando os moradores. Em matéria veiculada pelo JC de 15/AGO/2009 dois moradores mencionam, após a ocorrência de um homicídio, que os assaltos “não tem dia nem tem hora para acontecer” (GUARDA, 2009, p.2)

De acordo com algumas matérias veiculadas pela Folha de Pernambuco, neste decênio, o bairro torna-se refúgio de foragidos da polícia, aparece como destaque na apreensão de drogas, apresenta casos de violência contra mulher e nos números de homicídios, com destaque para população jovem. Observando o número de homicídios entre os anos de 2005 e 2010 (Figura 12), percebe-se uma linha descendente.

Figura 11
NÚMEROS DE CVLI NO BAIRRO DA IPUTINGA
(2005-2010)



Fonte: Sistema Infopol/GACE/SDS Extraídos em 21/01/2011
(Relatório nº 011/2011/GACE/SDS-PE)

Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Entre os anos de 2005 e 2010 a diferença é de 36%, observando em outra perspectiva teríamos em 2005 uma média de 3,6 homicídios/mês e em 2010 esse número cai para 2,3. A média anual do período demonstrado é de 36 homicídios e a estabilização dos números ocorre a partir de 2008. Como será discutido no capítulo 03, mesmo com a clara redução, a população do bairro demonstra sentimento de medo oposto aos dados, o que necessariamente não implica numa falácia dos

números, mas que as ações, ainda, não se mostram eficientes para aplacar o medo difuso enraizado, talvez, fruto de dois pontos básicos: a difusão na imprensa das ocorrências policiais na área (Figura 12) e o real acontecimento de atos violentos criminosos.

Figura 12
SÍNTESE DE MATERIAL VEICULADO SOBRE ACONTECIMENTOS VIOLENTOS CRIMINOSOS NA IPUTINGA

Desconhecidos dão 6 tiros em estudante dentro de favela

Cinco homens que ocupavam um carro branco, marca e placa não anotados, assassinaram, no início da madrugada de ontem, o estudante Luciano Flávio de Azevedo Caminha, 21 anos, que morava na rua Manoel Azevedo, na Iputinga. A vítima recebeu seis tiros de revólver, quando pilotava sua motocicleta pela Favela Roda de Fogo, no Essano de Melo.

O procurador do Estado, aposentado, advogado Gilberto Caminha, pai de Luciano, disse que o filho era casado e tinha um filho e que ele estava se preparando para fazer o próximo Vestibular, sendo um bom rapaz e que não possuía inimigos, pelo menos que a família soubesse, como fez questão de explicar.

O assassinio de Luciano

“Exterminadores” matam q

A Polícia já identificou 3 suspeitos

Quatro homens armados de revólveres e espingardas, durante a madrugada de ontem, mataram um estudante de 21 anos, na favela do Detran, bairro da Iputinga. Três dos acusados já foram identificados pela delegacia de Homicídios, da 5ª Delegacia de Polícia, como sendo os suspeitos “Jorge Cabral”, “Otilio” e “Nê”. Os acusados eram moradores de trânsito de drogas nos bairros de São José, de 22 anos, e os irmãos Cláudio Santana, o “Mamão”, de 20 anos, e Luciano

Polícia procura gang

A Polícia ainda não tem pista dos integrantes de duas gangues do bairro da Iputinga, que na última sexta-feira, à tarde, durante briga mataram Ezequiel Gomes de Moraes, de 17 anos, vulgo “Orelha”, e outro conhecido como André, de 20 anos, vulgo “Negrinho”. Ambos residiam na favela de aquele bairro.

Policiais da 6ª Delegacia de Polícia (Cordeiro) conduziram as vítimas à Hospital Getúlio Vargas (Cordeiro), onde foram quando recebiam os primeiros socorros. Os agentes da 2ª DPC nada souberam informar, alegando que passavam próximo dos, no bairro da Iputinga e encontraram pazes agonizando em via pública e os levaram ao hospital.

Tiroteio em favela mata dois assaltantes de banco

Terceiro bandido foi preso por agentes

Os assaltantes de bancos Carlos André Gomes de Lima e Adilson Rafael de Lima, o “Louro”, morreram, ontem, em tiroteio com policiais da Delegacia de Polícia de

Favela do Detran: presos os criminosos

Um dia depois da chacina da favela do Detran, ocorrida na madrugada do dia 30 passado, agentes Delegacia de Homicídios prenderam os autores dos crimes: Josildo Salustiano Anselmo, vulgo “lau”, Adriano Lima do Carmo, “Nani”, e Eraldo Sales da Silva, confessaram a autoria dos homicídios e assumiram a responsabilidade de outros cinco.

Apesar de presos na segunda-feira, somente ontem eles foram apresentados. Contaram com detalhes de como executaram Iran Gonçalves da Silva, 22 anos; seu pai, Irton Gonçalves da Silva, 42; Cláudio Santana e o irmão deste, Cláudio Santana, o “Mamão”, de 20 anos.

Eles disseram ao delegado Edson Carvalho, da DH, que cometeram os crimes porque as vítimas tentavam a “Galeria do Detran” e foram assaltá-los para tomar as armas. “Um deles ainda che-

DP - 10/05/1993 B.8 POLÍCIA

Vida Urbana

Quarta-feira

HOMEM ESTUPRA MENOR, AMEAÇA PESSOAS DE MORTE E AS OBRIGA A CARREGAR ROUBO

Iputinga vive dias de terror

Integrantes de “galera” são presos na Iputinga

Os integrantes da galera “Ninjas de César da Iputinga”, Alécio Carneiro Leão Borges, de 23 anos, vulgo “Bereco”, e o irmão dele, Antônio Clementino Borges Junior, residentes na 2ª Travessa 11 de Agosto 10, Iputinga, foram presos durante batida de policiais da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, no bairro da Iputinga.

“Bereco” confessou quatro homicídios, sendo dois em São Lourenço da Mata, um na favela Roda de Fogo, nos Torrões e outro na praia da Torre. Ele confessou também, que estava presente quando o líder da “galera”, assassinou o ambulante Chariston Ferreira, crime ocorrido na madrugada do dia 2 deste mês, junto no clube dos Garçons, também na Iputinga.

Alécio Carneiro nega que o irmão tenha envolvimento com crimes, mas a Polícia já descobriu que Antônio Clementino participava das ações da “galera” no Cordeiro, Iputinga, Torre, Várzea e adjacências, o cando plano. O com explicou q ção, Cava catalogand integrantes Iputinga” saltos, a agressões, tras violên

Os do em inquérito, já que eles praticam integrantes do procuração do Amaral

“Bereco” assinado “dois assaltantes Mata, além de Fogo e nega que roubou e a quem pint

Cinco lati

Cinco latrocínios, um deles não com a vítima não identificada, foram registrados pela Polícia nas últimas 48 horas, no Grande Recife, e não há pistas dos assassinos. Em

Jornal do Commercio

AUMENTO DA ENERGIA: Lata de energia elétrica em uma loja de eletrônicos em Iputinga.

PROTESTO

BANDO COBRA PEDÁGIO A ESTUDANTES NA IPUTINGA

Estudantes de Iputinga cobram um pedágio para entrar na cidade, alegando que a cidade é uma zona de guerra e que eles precisam pagar para entrar e sair.

Fonte: Diário de Pernambuco (10/MAI/1993; 01/SET/1993; 03/SET/1993; 11/MAI/1994; 10/ABR/1995; 29/NOV/1996; 17/JUN/1998); Jornal do Commercio (21/ABR/2005).
Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

{ 78 }

2.2 Breves colocações sobre as áreas de baixa renda presentes no bairro da Iputinga

Segundo cartografia da Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras - Diretoria de Urbanismo (DIRURB), há, atualmente, no bairro, 17 áreas de baixa renda: Invasão São João, São João, Santa Marta, Ayrton Senna, Skylab, Vila União, Barbalho, Detran, Vila São Pedro, Leal de Barros, Alto do Céu, Barão de Soledade, Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Bomba Grande e Caiara, localizadas na Figura 13.

Juntas, essas áreas correspondem a aproximadamente 33% da porção do bairro e possuem cerca de 21.800 habitantes (IBGE, 2010), o que se aproxima de 42% da população total do bairro. Embora estejam enquadradas no mesmo patamar, visivelmente algumas demonstram condições pouco melhor. A estrutura da área de São João difere, consideravelmente, da Ayrton Senna e Skylab, por exemplo, que sequer apresentam delineações claras das “ruas”.

A maior parte das áreas encontra-se próximo às margens do Capibaribe, comparando com a margem oposta temos os bairros do Monteiro, Poço e Apipucos, os quais são ocupados por uma população, tradicionalmente, de segmentos abastados. Nesses trechos, o contraste entre as margens é acentuado, o que trás implicações para os pobres da margem oposta do rio, que, segundo Rosa Lima,

Silenciosamente, acentua-se a pressão de grupos imobiliários sobre esse espaço ocupado pelos pobres, seja para uso especulativo e a construção destinada aos segmentos de renda mais elevada, seja no sentido de afastar os pobres das cercanias, reavivando trechos que podem valorizar a margem oposta (LIMA, 2005, p. 312).

Entre as áreas de baixa renda encontra-se uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS): Vila União; locais frutos de invasões: Ayrton Senna, Skylab, partes do Barbalho, Santa Marta, Detran, Bomba Grande, Leal de Barros e Caiara; um conjunto habitacional: Abençoada por Deus; e, outras de formação por loteamentos. Tratam-se de locais com suas particularidades e história únicas. Em comum, afora o critério que homogeneizou essas áreas, existe a luta pelo direito do morar (parcialmente atingido, visto que um retalho do chão, sem condições básicas, não implica no sentido do morar) e a essência da comunidade esvaindo-se em função do medo, de uma sociedade mais individualizada e dos reflexos da globalização.

Para abordar as áreas estudadas, propõem-se aqui a divisão em 04 blocos, sendo 03 com 04 áreas de baixa renda e 01 com 05 áreas, nos quais utilizou-se como critério de agrupamento apenas a proximidade geográfica, cujas informações provêm de fontes secundárias e primárias.

2.2.1 Invasão São João, São João, Detran e Barbalho

No início da década de 1990 formava-se adjacente ao Capibaribe e às margens da BR 101, em um terreno pertencente a empresa de Urbanização do Recife (URB), a invasão São João, denominada de favela e com ocupação de 297 famílias. Em julho do mesmo ano, a referida empresa entra na justiça com ação de reintegração de posse, justificando o ato pela construção de 52 casas populares e uma sub-estação da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) (URB TENTA, 1990). O que não veio a ocorrer e, embora, em terreno alheio a invasão se "estruturou", o que verifica-se no número expressivo de casas de alvenaria.

Coincidência ou não, o traçado do setor censitário nº 261160605210160, basicamente corresponde à área referente à Invasão São João, logo, segundo resultados do último censo, há, nesta localidade, 253 residências, sendo 237 ocupadas, e um total de 811 moradores (IBGE, 2010), com as mulheres ligeiramente superior ao número de homens.

Quanto aos crimes ocorridos na área, destaca-se o tráfico de substâncias ilícitas, assaltos e roubos esporádicos, conforme moradores. Áreas próximas, como a comunidade do Caxito (sentido sudoeste e na margem oposta a BR101 da invasão São João), possui ocorrência de homicídios, segundo informações da Folha de Pernambuco de 09/MAR/2009, com suspeitas de pessoas advindas da invasão. A área, em seu traçado, possui um amontoado de casas com vielas escoando esgoto e moradias incompletas. As habitações são térreas em quase sua totalidade, com algumas poucas de primeiro andar (Figura 14). O local é sujeito a inundações, como a que ocorreu em 1990, deixando mais de 100 famílias sem casa (PCR ABRE, 1990). Embora a instabilidade do lugar gere a incerteza, muitos relutam em sair da localidade, engrossando o lado informal da cidade, o que é compreensível visto que não possuem recursos para fazer parte do lado formal.

A cidade informal ocupa grande parte do território urbano brasileiro e coloca o cidadão em condições de segurança e de saúde precárias. A informalidade da construção de nossas cidades resulta de uma legislação restritiva para a implementação de empreendimentos habitacionais voltados às famílias de baixa renda e de falta de um planejamento urbano e habitacional que responda convenientemente às necessidades da população e que integre ações do poder público em todas as esferas do governo. (MARQUES, 2012, p.1)

A citação do, na época, diretor de habitação da Secretaria de Política Urbana (Spurb), demonstra, em tese, a gênese dessas áreas. No caso em questão, à Invasão São João, entre outras áreas que ainda serão mencionadas, acrescenta-se as estratégias políticas. Em ano eleitoral, como foi o caso da referida invasão, o cumprimento da remoção poderia gerar perda de votos, a manutenção desta população permitira a abertura de um diálogo falacioso, cujas promessas tornar-se-iam mais sedutoras. Em suma, a pobreza é interessante aos políticos por apresentarem-se, em geral, menos críticos aos discursos e a visibilidade das obras públicas impactarem positivamente no status de benfeitores.

Vizinho a invasão e que “cede” o nome a mesma, têm-se a “Vila” São João, com 765 moradias, sendo 696 ocupadas por aproximadamente 2.300 pessoas. Trata-se de um espaço mais estruturado, tomando-se como a referência a área acima mencionada, com quadras bem definidas e ruas largas, sendo poucas com asfalto e saneamento. As moradias são de alvenaria, predominando o tipo térreo (Figura 14). A área limita-se ao norte com a Invasão São João, a sul com a comunidade do Detran, a oeste com a BR 101 e a leste/sudeste com o Departamento de Trânsito de Pernambuco (Detran).

A localização da São João, próximo de áreas com presença do tráfico, tornam suas ruas entrada e saída de ilícitos, de usuários de drogas e da polícia. Estes elementos tornam o local palco de conflitos e ampliam nos moradores o sentimento de insegurança. Segundo residentes da área, a situação mantém-se a anos, assaltos são frequentes e em média “uma vez ao mês uma pessoa é morta”, conforme JSS, 43 anos, morador da São João.

Dentre as áreas próximas, localiza-se a comunidade do Detran, que surgiu de ocupações irregulares e possui 4,90 hectares. Estima-se em sua área 367 edificações, dentre as quais 40 são de taipa e 60 feitas de restos de materiais (plásticos, papelão). Não apresenta pavimentação, esgoto e drenagem que atenda à

maior parte da população, estimada em 1.617 pessoas, com um grau de pobreza considerado “crítico” (RECIFE, 2005).

Segundo Tarcísio Patrício, “... a favela do Detran vem destacando, nesta primeira metade da presente década, como uma das que têm o maior índice de violência e criminalidade, inclusive com predominância de menores de idade entre os delinquentes...” (ARAÚJO, 2005, p.21). As ocorrências nessa área justificam tais acontecimentos. É possível apontar eventos diversos que datam da década de 1990 aos anos 2000 na área do Detran. Em suma, casos de chacina, de batidas policiais, de assassinatos a luz do dia, de integrantes da mesma família sendo executados, da formação de grupo de extermínio e tiroteios em função da disputa por área (caso de gangs e tráfico) são passagens recorrentes nos jornais de circulação da cidade do Recife¹¹.

Dando sequência as áreas propostas nesse bloco, temos o Barbalho, área do antigo sítio do século XIX. É, atualmente, povoado por segmento popular que, segundo o Cadastro das Áreas Pobres do Recife, 1998 (2001), é considerado muito pobre. Próximo da área encontra-se o "Casarão do Barbalho" que, possivelmente, trouxe com sua resistência ao tempo o nome "Barbalho" que denomina a estrada próxima e tal área. O prédio tem 2 pavimentos, com 23 janelas e 28 portas, sendo apenas uma externa. Ao longo dos anos a construção passou por várias reformas, sem ocorrências de registros. Provavelmente em 1833 pertenceu a família Padre Roma e, em seguida, à Maria da Conceição do Amparo Perez. O último proprietário foi a cerâmica Santo Antônio, da família Maranhão, em 1960, que não ocupou o imóvel. Em decorrência da Lei Municipal de Preservação, em 1979 foi baixado decreto para preservação da área e o antigo prédio (CASARÃO, 1988). O mesmo, após esse período, já foi parque cultural e, atualmente, funciona uma escola da PCR para o ensino infantil e fundamental I.

De acordo com o Censo 2010, há nessa área aproximadamente 1.500 pessoas e 480 domicílios permanentes ocupados (Figura 14). No último trimestre de 1990, a área recebe, através do Projeto Recife (que visava à urbanização das margens do Capibaribe) 129 casas, construídas pela URB em regime de urgência, que recolocou para o empreendimento moradores da Santa Marta e de uma invasão próxima, cujos moradores já residiam desde 1985 (URB ENTREGA, 1990).

¹¹VER: Folha de Pernambuco (10/dez/2006; 09/ABR/2008; 15/OUT/2008; 20/NOV/2008); Diário de Pernambuco (01/SET/1993; 03/SET/ 1993; 10/SET/1993; 29/NOV/1996).

Figura 14
ASPECTOS DAS ÁREAS DE BAIXA RENDA INVASÃO SÃO
JOÃO, VILA SÃO JOÃO, DETRAN e BARBALHO



Invasão São João



Vila São João



Detran



Barbalho

Fotos: Carlos Duarte (16 de julho de 2010)

2.2.2 Santa Marta, Vila União, Ayrton Senna e Skylab

Possuindo como limites o Capibaribe ao norte, Estrada do Barbalho ao sul, a leste o Casarão do Barbalho e a oeste um conjunto habitacional denominado pelos moradores de “Duplex”, a comunidade de Santa Marta (Figura 15), possui 2.054 moradores, residentes em 664 domicílios, conforme dados do IBGE, 2010.

A área apresenta uma configuração diversa, possuindo casas relativamente estruturadas e outras (poucas) feitas com plásticos, madeira e papelão. Percebe-se que houve intenção de ordenamento em parte da comunidade (porção mais sudoeste), enquanto na outra as invasões imprimiram um modelado com pouca mobilidade, há quatro ruas identificáveis: Rua Três, Rua Cinco, Rua Nove e Rua Dezessete. Esta mesma porção é passível de inundações, como a ocorrida em 1990, atingindo 200 moradias, em função disto parte da área foi aterrada.

A maior parte das terras pertencia à antiga fábrica Santa Marta, vindo ser invadida em março de 1987, tendo a apropriação da PCR ainda no mesmo ano, decisão que contou com a cobrança da Comissão de Luta pela posse da terra, formada por moradores da invasão (PREFEITO INSPECIONA, 1990).

Na área, existe um local denominado de “maré”, trata-se de trechos às margens do Capibaribe, que eventualmente, é utilizado como local de “desova” de corpos. A prática criminosa não necessariamente ocorreu no local, mas gera temor suficiente para que os moradores evitem circular pelas proximidades. Já foi uma área intensamente marcada pelo tráfico de drogas e disputa de territórios com outras localidades, atualmente, isto ocorre com menos intensidade. Assassinos marcam a área e alguns permanecem na memória dos moradores, como o caso do estudante de 19 anos que foi morto próximo a sua casa sem motivos aparentes (ESTUDANTE É, 2007).

Dentro da proposta original do Projeto Capibaribe Melhor, no qual tinha como objetivo geral “proporcionar condições para a dinamização urbana e socioeconômica dos habitantes do trecho da bacia do rio Capibaribe” (RECIFE, 2005b, p.1), no tópico “Obras Previstas – Macro Sistema de Água e Esgoto”, vê-se a preocupação com a área de Santa Marta. Contudo, após mais de 06 anos do Projeto pouco tem sido feito no sentido de melhorar as condições sanitárias da comunidade. O mesmo projeto abarca 13 áreas das 17 de baixa renda presentes no bairro da Iputinga, com

exceção de Abençoada por Deus, Leal de Barros, Alto do Céu e Invasão São João (estas 03 últimas próximas às margens do Capibaribe).

A sudeste de Santa Marta, temos a ZEIS Vila União (Figura 15). Uma área que apresentou consideráveis melhorias, em alguns pontos, entre os anos de 1991 e 2000. Segundo Miranda (2005), 42,85% dos domicílios presentes na Vila União em 1991 possuíam banheiro e água encanada, o mesmo item em 2000 apresentou-se 32,82% melhor. Em números mais atuais (2010), a ZEIS possui uma população residente superior a 1.500 moradores, distribuídos em, aproximadamente, 400 casas que apresentam traçado mais ordenado.

A área foi transformada em ZEIS em 12 de abril de 1996, através da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176 de Recife. Parte dos residentes da Vila deriva de uma ocupação iniciada em 1987, em terreno da PCR, próximo ao Parque do Caiara. Em 1988, foi transferida para o local, na gestão do então prefeito Jarbas Vasconcelos. (LIMA, 2005)

É uma comunidade calma em relação as demais áreas estudadas, conforme os números da pesquisa empírica realizada (Ver apêndice 02.). Como exemplo, coloca-se o fato de apenas 16% dos moradores já terem sido vítima de algum ato criminoso. Geralmente, as ocorrências na Vila são ocasionadas por moradores de outras localidades, como pode ser averiguado em dois casos ocorridos no último trimestre de 2006, veiculados pela Folha de Pernambuco (16/OUT/2006 e 04/DEZ/2006), no qual menciona o assassinato de dois homens, que não eram residentes da Vila União, assim como seus algozes.

A terceira área desse bloco é a Ayrton Senna (Figura 15), que possui 17 anos de formação e conhecimento difundido de sua existência não apenas pelos moradores do bairro como de outras localidades. Incrustada às margens do Capibaribe, seu surgimento deu-se em um domingo de 07 de agosto de 1994, por um grupo de 800 famílias, assim catalogadas pelos sociólogos da Secretaria de Políticas Sociais da época, que invadiram terras pertencentes ao Engenho Barbalho e formaram a área cuja denominação intentava homenagear o famoso piloto que faleceu alguns meses antes. A ocupação em área de domínio da PCR gerou confusão, pois de acordo com a Lei Municipal 14.511 de 1983, aquelas terras não podiam ser parceladas, lembradas ou desmembradas. Quinze dias após a invasão, o juiz de direito da 2ª vara da Fazenda Municipal, Francisco Manoel Tenório Santos, concedia a reintegração de posse a prefeitura (PCR CONQUISTA, 1994). A

ação de remoção foi atribulada, envolvendo agressão física, disparos de arma de fogo por parte da guarda municipal e derrubada de barracos.

A ação foi registrada pela imprensa que cobria o acontecimento e as informações acabaram engrossando os números de invasores e gerou, em função da truculência da guarda municipal, o apoio do público. Assim, o poder municipal recuou, mas em outras ações propiciou a derrubada, em três momentos, dos barracos ainda em fase inicial de construção. Atualmente o processo de reintegração de posse continua em tramitação (LIMA, 2005).

O processo de resistência dos moradores da Ayrton Senna os manteve em uma área de 4,9 hectares, que praticamente não possui infraestrutura básica, a configuração do local é ausente de qualquer tipo de planejamento, há poucas, ou quase nenhuma intervenção urbana e as casas são feitas de alvenaria, taipa e outros materiais.

Conforme a pesquisa realizada pela PCR em 2004, para fazer o levantamento das áreas próximas ao Capibaribe (Projeto Capibaribe Melhor), encontra-se a menção de 878 moradias e aponta-se 2.445 habitantes. Segundo dados divulgados pelo IBGE (2010), nessa área foram recenseadas 669 casas e aponta-se uma população de 2.123 habitantes. É perceptível a diferença, ainda mais marcante pelo fato de ocorrer redução após 06 anos do censo realizado pela Prefeitura do Recife. Acredita-se que a delimitação dessa área possa gerar esse descompasso. No caso do IBGE, a delimitação dar-se pelos setores censitários que aqui foram utilizados para gerar os quantitativos populacionais e de moradia, buscando-se sobrepor as delimitações das áreas de baixa renda com as porções referentes aos setores, nem sempre é possível combinar os traçados, gerando margem para mais ou para menos. Dessa forma, buscou-se demonstrar a noção de valores.

A respeito dos moradores dessa localidade, o grau de pobreza é considerado crítico, conforme o Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, realizado em 1998 (PCR, 2001). Quanto ao rendimento familiar, a pesquisa realizada aponta que dentre o universo participante 45% recebem menos que um salário mínimo e os demais 55% com renda entre 01 e 02 salários. Debruçando-se com mais intensidade sobre a área, a urbanista Rosa Lima (2005), na sua tese de doutorado, menciona ao abordar sobre a renda dos residentes em Ayrton Senna, que:

...de um lado, pouco mais da metade dos chefes de família (50.2%) alcançam renda entre meio salário e um salário mínimo e meio. De outro lado, apenas 16.5% ultrapassam dois salários, enquanto 12% tinham rendimentos de mais de um salário e meio a dois salários. O agravante, ainda, mais acintoso está na presença de 21 famílias, do universo pesquisado, sem rendimentos e de 18.2% recebendo o equivalente a meio salário. (LIMA, 2005, p.301)

Os dados apresentados reforçam, ainda mais, a classificação dessa área e demonstram um pouco do perfil dos residentes, que fora todas as preocupações referentes à manutenção da vida, precisam driblar a violência ocorrida no lugar. Alguns casos encontrados nos Jornais Diário de Pernambuco (10/ABR/1995) e Folha de Pernambuco (28/MAI/2007 e 07/AGO/2008) demonstram casos de latrocínios (roubo seguido de morte), violência contra a mulher e apreensão de armas. Ainda coloca-se acontecimentos do segundo semestre de 2004, no qual ocorreu forte disputa territorial entre grupos rivais (tráfico de drogas), que implicou em queima de moradias, saída de famílias, invasão de domicílio, seguido de roubo e ameaças (LIMA, 2005, P. 300).

A última área referente a esse bloco é Skylab (Figura 15), que aparece em estudos realizados por Alexandrina S. Moura e Joaquim Falcão em 1980, referente ao Conflito de Propriedades no Recife¹². A ocupação data de julho de 1978 e possui essa denominação em função do ônibus espacial americano, que despertou a atenção do mundo em 1979 (NOMES DE INVASÕES, 1988).

Possui, atualmente, 500 moradores e 156 moradias (IBGE, 2010). É uma área muito pobre que, também, está às margens do Capibaribe, o que implica em instabilidade quanto a inundações. As casas de alvenaria, taipa e papelão estão dispostas a permitir, entre algumas, apenas a circulação de pessoas. Parte da comunidade está entre um dos locais mencionados pelos moradores como à evitar: a denominada Ponte da Salvação, que foi construída ligando os bairros do Monteiro a Iputinga, fruto do projeto Áreas Vazias do Capibaribe, que visava a ocupação dos vazios urbanos. A ponte tornou-se local da atuação de criminosos locais que solicitavam dos transeuntes o pagamento (pedágio) para fazer uso do equipamento, através da coação. Está prática, apesar de atualmente não ser mencionada, ainda implica na forma de circular de alguns moradores do bairro que evitam fazer o uso da ponte ou passar próximo a ela.

¹² Ver: FALCÃO, Joaquim; MOURA, Alexandrina Sobreira de. Conflito de propriedades no Recife. Recife: FUNDAJ, 1984.

Figura 15
ASPECTOS DE ÁREAS DE BAIXA RENDA: SANTA MARTA,
VILA UNIÃO, AYRTON SENNA e SKYLAB



Santa Marta



Vila União



Ayrton Senna



Skylab

Fotos: Carlos Duarte (22/jul/2010; 05/fev/2011 e 09/jul/2011)

2.2.3 Leal de Barros, Alto do Céu, Vila São Pedro e Barão de Soledade

Na porção nordeste do bairro encontra-se Leal de Barros (Figura 16), área demarcada pela PCR, próxima a rua de mesmo nome. Estima-se, que há aproximadamente 60 residências nesta localidade, tomando como critério as imagens de satélite do *Google Earth*, e uma população entre 350 a 400 pessoas (inferência sobre os resultados dos setores censitários, 2010).

Á área possui trechos calçados e outros não, casas de alvenaria e feitas com papelão, plástico e madeira. Destaca-se na paisagem a presença de carroças para coleta de material reutilizável/reciclável, o que garante o sustento de algumas das famílias ali residentes. A prática da criação de animais (porcos, cavalos, vacas e galinhas), uma pequena mata ciliar e os hábitos pouco citadinos de alguns moradores, conferem a localidade uma atmosfera próxima do rural.

Na pesquisa de campo, foi a área que mencionou em 100% o aumento da violência na cidade do Recife, que apontou em mais de 77% a falta de policiais como algo que incomoda, que 60% dos entrevistados mencionaram não sentir-se seguros no lugar que moram e afirmaram que 89% das pessoas da comunidade não sentem-se seguras. A percepção do medo dos residentes nesta área chega a contrastar com a calma que o lugar aparenta e com os registros policiais ocorridos nesta área.

Fronteiriça a Leal de Barros, está, na porção sul desta área, a comunidade de Alto do Céu (Figura 16), com aproximadamente 890 moradores e 267 domicílios, sendo 263 ocupados (IBGE, 2010). A área estruturou-se às margens do Capibaribe e apresenta traçado urbano que indica a busca por ordenamento. Apesar das casas simples e na maioria térreas, algumas ruas dessa comunidade contam com asfalto e saneamento. Assim, como a Leal de Barros, é uma área que aparenta calma, todavia percebe-se nas moradias muros altos e grades, o que reflete a sensação de insegurança de 73% dos moradores entrevistados; mesmo com poucos registros de crimes ocorridos na área. Contudo, dentro das poucas ocorrências e entre o material encontrado, é possível verificar um caso de homicídio a uma mulher de 24 anos (Folha de Pernambuco, 07/MAI/2007) e uma matéria do Diário de Pernambuco de 13/OUT/2009, na qual menciona o trabalho dos pais em educar filhos em áreas “consideradas suscetíveis à criminalidade”, dentre elas, a de Alto do Céu.

A Vila São Pedro situa-se a oeste da Leal de Barros e Alto do Céu, trata-se de um pequeno trecho que compreende parte das Ruas Itapiranga e Rezende, tendo como limite ao norte a Rua Leal de Barros e ao sul a Rua Prof. Selva Junior. É ausente o calçamento das ruas que abarcam a Vila, apesar de existir esboço de um saneamento básico. As 128 casas, mensuradas através da imagem de satélite do Google *Earth*, não apresentam um traçado retilíneo quanto ao meio fio, são de alvenaria e térreas na sua grande maioria. Estima-se, de acordo com último censo (2010), que há próximo de 384 residentes nesta área.

A localidade consta do Projeto Capibaribe Melhor, aqui já mencionado, no qual, recentemente (NOV/2011) recebeu verba do Programa de Aceleração de Crescimento (PACII), para executar melhorias quanto a pavimentação, drenagem e saneamento, prevista para serem iniciadas em fevereiro de 2012 (OBRAS DE, 2011).

Tomando-se como referência os homicídios ocorridos no bairro da Iputinga, entre 2005 e 2010 (ver figura 11), do total de 213 CVLI, apenas 03 ocorreu na Vila São Pedro, o que representa uma média de um a cada 02 anos. Um dos entrevistados, residentes no local, mencionou sofrer uma tentativa de homicídio e todos os participantes da pesquisa mencionaram que conhecem um vizinho, parente ou amigo que já tenha sofrido um ato criminoso. Isso explica, em partes, o fato de 80% terem a sensação de aumento da violência.

Próximo (fazendo divisa) e ao sul da Vila São Pedro, encontra-se a área de Barão de Soledade (Figura 16), uma quadra circundada pelas Ruas Prof. Selva Junior, Itapiranga, Dr. José A. da Silva Guimarães e a Barão de Soledade, terras estas pertencentes ao Sítio Caiara. Dentre as 17 áreas aqui apresentadas é a que possui o menor território e consequentemente o número de residências, estimadas em 50.

Acredita-se que, em função da localização desta área, parte da insegurança que os moradores mencionam (71%), provenha do fato de estarem ladeados pelo Parque do Caiara e o habitacional Abençoada por Deus, que aparecem nas referências dos residentes a serem evitados. Entre as fontes de pesquisas utilizadas para verificar as possíveis ocorrências de violência criminosa na área, não foi encontrado nenhum registro, o que não indica que não ocorra, o que pode ser constatado em 41% dos entrevistados que mencionaram terem sido vítimas de ações criminosas na comunidade, incluindo uma tentativa de homicídio.

Figura 16
ASPECTOS DE ÁREAS DE BAIXA RENDA: LEAL DE BARROS, ALTO DO CÉU, VILA SÃO PEDRO e BARÃO DE SOLEDADE



Leal de Barros



Alto do Céu



Vila São Pedro



Barão de Soledade

Fotos: Carlos Duarte (05/02/2011 e 09/jul/2011)

2.2.4 Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Bomba Grande e Caiara

A comunidade do Itapiranga recebe o nome da rua em que se situa. No sentido Norte-Sul a rua possui 200 metros de extensão e em ambos os lados possui aproximadamente 51 casas. A comunidade está em partes do setor censitário 261.160.605.210.131, o mesmo aponta uma população de 716 habitantes (IBGE, 2010). Levando-se em consideração a média do setor que é de 3,01 habitantes por residência, é possível atribuir um total de, no mínimo, 153 pessoas residindo na comunidade.

Em sua única rua não possui asfalto e o aspecto das moradias (Figura 17) demonstra a presença de alguns aparatos de segurança como muros altos, grades e garras. Fazendo-se um breve levantamento de acontecimentos violentos ocorridos na comunidade, não se encontrou registros nos jornais de circulação, contudo, moradores afirmam que, esporadicamente, a polícia está atuando, seja na ronda para intimidar o tráfico que ocorre perto (Abençoada por Deus), ou em busca do paradeiro de alguns suspeitos.

Ainda, é possível mencionar que acima de 88% dos moradores que participaram da pesquisa acreditam que a violência na cidade do Recife aumentou; que 22% criticam a falta de policiais, quase 70% apontam algum local que evitam passar e 100% das casas entrevistadas possuem muro acima de 1,5 metros. Mesmo, como mencionado acima não existir quase nenhuma notificação sobre crimes na localidade, 33% dos entrevistados já tiveram objetos subtraídos de dentro da casa ou quando estavam na própria comunidade.

Em 1980 instalaram-se, em um terreno baldio, 70 barracos na Rua Itapiranga, esquina com a Avenida Monsenhor Fabrício (atual Avenida Maurício de Nassau), estes foram ameaçados de expulsão em maio de 1981, tendo cogitado o poder público na época a desapropriação do terreno, o que veio ocorrer mais tarde. Atualmente, está presente no mesmo a comunidade Abençoada por Deus.

O conjunto habitacional Abençoada por Deus (Figura 17), composto por 428 apartamentos do tipo térreo, fruto do Programa Recife sem Palafitas, abrigou, em junho de 2008, 428 famílias provenientes da comunidade de mesmo nome, do bairro

da Torre, zona Oeste da cidade do Recife, na qual encontravam-se no local a mais de 13 anos (CAUDURO, 2009).

Para construção foram investidos mais de 14 milhões e o conjunto foi a primeira obra inaugurada em Pernambuco com os recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Em seus 32 blocos presentes numa área total de 13.262 metros quadrados, estima-se, segundo último censo do IBGE (2010), ao verificar as informações dos setores censitários, que residem mais de 1.600 pessoas no residencial, em unidades de dois quartos, sala, cozinha, área de serviço e um banheiro.

No local é possível perceber que muitos dos espaços que foram originalmente pensados para abrigar o lixo dos blocos, foram apoderados por comerciantes para montar seus estabelecimentos, assim como um dos cômodos das unidades que possuem apenas 39 metros quadrados. De acordo com matéria de Mariana Cauduro, a prática justifica-se pela cobrança dos gastos com o condomínio. Após mais de três anos da entrega aos moradores, o aspecto do lugar requer cuidados. Alguns blocos apresentam rachaduras, ocorreu depredação do gradil da entrada e do nome do habitacional, visualizam-se infiltrações nos tetos dos apartamentos superiores e nas paredes dos térreos. A ocupação dos blocos ocorreu por sorteio, dessa forma houve insatisfação e hostilidade entre os moradores que se separaram de vizinhos com os quais conviviam a anos, outro ponto é a desorganização, que de acordo com o pesquisador Alamy Veríssimo a “falta de preparo e educação dessa gente faz com que comunidades vizinhas não a aceitem, gerando a formação de verdadeiras ilhas sociais” (CAUDURO, 2009).

Na pesquisa empírica ficou claro que para as áreas do entorno, a comunidade Abençoada por Deus é apontada como um local a evitar/temeroso por mais de 8% dos entrevistados e 83% dos moradores do habitacional Abençoada por Deus mencionam não se sentirem seguros. Parte dessa sensação pode ter respaldo nas ações ilícitas que ocorrem na área apontada pelos entrevistados como o comércio de drogas e a receptação de objetos furtados.

Quanto ao material noticiado sobre Abençoada por Deus, verifica-se a menção de uma rixa entre “gangs” do Detran e Abençoada por Deus na Folha de Pernambuco de 15 de outubro de 2008 e a morte de um adolescente dentro de um dos apartamentos do habitacional (www.pernambucoviolento.blogspot.com). Tais

acontecimentos colocaram a área como uma a ser trabalhada pelo Projeto URBAL - Políticas Locais de Prevenção da Violência, que faz parte do Programa URB-AL III com o objetivo de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de prevenção da violência e de promover a coesão social. O Projeto é executado pelo Governo de Pernambuco – Brasil (através da SDS/PE), em parceria com os Governos Locais da Região Loreto - Peru, da Intendência de Paysandú - Uruguai e da Municipalidade de Bérgamo e Cesvi Fundação, ambas da Itália¹³. No caso em questão o apoio do Projeto resumiu-se no trabalho preventivo com os jovens do habitacional entre setembro e outubro de 2011, com oficinas que trabalharam temáticas que auxiliaram na promoção de uma convivência segura.

Entre o Parque do Caiara e o habitacional Abençoada por Deus, está a área correspondente a Marques de Queluz (Figura 17). Com 324 domicílios e uma população de aproximadamente 1.100 habitantes (IBGE, 2010). Existe quantidade significativa de pontos comerciais nas residências, em especial do lado da Avenida Mauricio de Nassau (Monsenhor Fabrício), que oferecem serviços de conserto de motos e bicicletas, fiteiros e bares.

A proximidade entre duas áreas, apontadas por grupos de moradores do bairro como locais temerosos, lança sobre a comunidade de Marques de Queluz certo desconforto. Dos moradores pesquisados na área, 71% afirmaram não sentirem seguros no lugar, amplia-se a esse sentimento o fato de mencionarem em 43% que a ausência da polícia incomoda. O local acaba tornando-se ocorrência de certos crimes, mesmo que a ação não tenha se principiado na área, como foi o caso de um jovem de 25 anos, que após perseguição foi morto em um dos becos da Marques de Queluz (PERSEGUIÇÃO ACABA, 2006).

Segundo Cavalcanti (1998), a área onde se encontra a Marques de Queluz fazia parte do antigo Sítio do Caiara ao descrever que a propriedade limitava-se ao norte pela Rua Leal de Barros, ao sul com Avenida Caxangá, a leste com o Rio Capibaribe e a Avenida Nossa Senhora da Saúde e a oeste com a Rua Capitão Aurélio de Araújo. Atualmente, a PCR demarca a área de baixa renda do Caiara,

¹³ URB-AL é um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Europeia entre Europa e América Latina. Informações Gerais sobre o Programa podem ser obtidas através dos endereços eletrônicos: <www.urbalpampa.com> e <www.urbalpernambuco.org>.

modificando o seu limite ao norte da Rua Leal de Barros com a Avenida Mauricio de Nassau (Av. Monsenhor Fabrício).

O Caiara (Figura 17) apresentava desde 1910 ocupações em sua localidade, a partir da década de 1960 iniciam-se os loteamentos. Em 1956 já se encontra instalado a iluminação pública e oito anos após, alguns trechos já contam com o abastecimento de água (CAVALCANTI, 1998). Estima-se que atualmente, no trecho pertencente ao Caiara, há mais de 3.000 moradores em um pouco mais de 1.100 residências (IBGE, 2010)

Presente na área do Caiara há o parque de 18 hectares do mesmo nome. Que desde a sua existência passou por algumas invasões, como a de 1992, que formou-se em um dos terrenos próximos com 500 barracos, ocorrendo a retirada 23 dias após a ocupação pela URB, alguns acabaram migrando para outras invasões presentes no bairro (URB DESMONTA, 1992). Outra invasão, registrada pela imprensa (JC, 09/08/2001) ocorreu no Parque em 2001, com cerca de 2000 famílias. Atualmente, o Parque encontra-se abandonado tornando-se ponto de assaltos e de usos variados (pastoreio de animais, aulas de direção, tráfico de drogas...), contudo, conforme informações prestadas pelo endereço eletrônico¹⁴ da PCR, as obras prevista pelo Projeto Capibaribe Melhor, que incluem toda a revitalização do Parque em tempo estimado de 15 meses, deverão iniciar-se no primeiro semestre de 2012.

A área vem mostrando-se regular quanto ao registro de ocorrências criminosas, algumas são noticiadas pela imprensa, como o caso das “gangs”, que em 1993 vitimava, em função de rixas, 02 moradores do Caiara (POLÍCIA PROCURA, 1993); do adolescente morto e o corpo jogado no canal que passa na comunidade e do ajudante de pedreiro assassinado no quintal de sua casa, ambas ocorrências mencionadas pela Folha de Pernambuco de 31/MAR/2008 e 19/AGO/2008, respectivamente. Algumas ocorrências não possuem o registro oficial e, também, não são noticiadas pela imprensa, o que pode-se inferir a partir da fala dos moradores que contribuíram com a pesquisa, ao mencionar em mais de 37% que já foram vítimas de algum ato criminoso, sendo destes 83% ocorridos na própria comunidade e dos que mencionaram temer algumas localidades, 100% afirmaram em pontos dentro da própria comunidade (o Parque do Caiara e a rua onde moram).

¹⁴ <www.recife.pe.gov.br>. Acesso em: 05/01/2012.

Próximo ao Caiara, e muitas vezes confundido-se entre os próprios moradores o pertencimento a uma área outra, temos a comunidade de Bomba Grande (Figura 17), que entre as áreas de baixa renda, é a maior em termos de área, quantidade de residências e moradores, na sequência, teríamos um território de quase 40% do total das áreas de baixa renda e 8% da área do bairro; aproximadamente 1.400 casas e 3.750 residentes (IBGE, 2010). Baseado na cartografia da Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras da PCR (2010), pode-se apontar como seus limites ao norte, a Avenida Monsenhor Fabrício, ao sul a Avenida Caxangá, a leste, a Rua Capitão Aurélio de Araújo e, a oeste, o hospital Barão de Lucena. Vale ressaltar que tais trechos territoriais compreendiam partes do Sítio do Caiara, que, conforme mencionado acima, possuía limites bem mais amplos. De acordo com Cavalcanti (1998), o nome Bomba Grande não se refere a “um instrumento de sucção, nem muito menos de um material explosivo e sim de um bueiro da antiga linha de trem Caxangá” (p.142).

É uma das áreas que possuem muitas ocorrências. Para exemplificar, tem-se o caso do meliante que aterrorizou as ruas da comunidade, abusando de suas vítimas e levando seus pertences posteriormente (DP, 17/JUN/1998), conforme já explicitado; da atuação de “galeras”, como a denominada Ninjas da Iputinga, que de acordo com a matéria veiculada pelo Diário de Pernambuco em 11 de maio de 1994, “praticava assaltos, latrocínios, homicídios, agressões, ameaças, estupros e outras violências” (p. B.5), promovendo pânico na população; dos assaltos à mão armada, promovidos por jovens e adolescentes (ADOLESCENTE É, 2007) e da forte atuação dos bandidos assaltando moradores e comerciantes, que como colocado por Marcelo Rodrigues, morador da localidade há mais de 20 anos, “são poucas as pessoas que ainda não foram abordadas por criminosos por aqui. Não fui assaltado ainda porque trabalho dentro da minha casa. Sempre que meus filhos chegam tarde da escola fico preocupado por causa da violência” (IPUTINGA À MERCÊ, 2009).

Tais acontecimentos refletem em como a população percebe seu lugar de moradia, dos que mencionaram ter medo de algum local, 33% apontaram a própria comunidade e acima de 68% informaram que não se sentem seguros onde moram, soma-se a esse sentimento o quantitativo de mais de 56% incomodados com a falta da polícia na área e 25% com a violência constante.

Figura 17
ASPECTOS DE ÁREAS DE BAIXA RENDA: ITAPIRANGA, ABENÇOADA POR DEUS, MARQUÊS DE QUELUZ, CAIARA E BOMBA GRANDE



Fotos: Carlos Duarte (05/02/2011 e 09/jul/2011)

As rápidas colocações sobre as áreas em tela permitem, minimamente, uma ideia do contexto a quais se encontram e apontam prováveis reflexões sobre o que faz desses lugares suscetíveis a prática da violência criminosa. Reflexões estas que não estão necessariamente no campo da justificativa, mas que buscam apontar as condições para o desenvolvimento de sua prática e permitem que o local se configure de maneira defensiva e hostil.

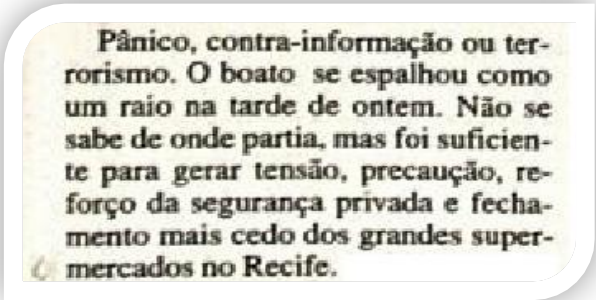
Mesmo possuindo algumas particularidades distintas, as áreas aqui mencionadas, de forma geral, possuem ocorrências no campo da violência criminosa, o que de certa forma, as colocam visíveis à sociedade, fazendo com que a visão, geralmente difundida, as caracterizem como áreas perigosas. Vale ressaltar que a intenção não foi a de ampliar essa corrente, mas elencar alguns dados que possibilitassem ver como a criminalidade violenta promove nessas áreas mudanças na vida dessas pessoas e, conseqüentemente, em seus espaços.

CAPÍTULO 03

Reflexos do medo e da violência no espaço: o caso de áreas de baixa renda da Iputinga



3. REFLEXOS DO MEDO E DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO: O CASO DE ÁREAS DE BAIXA RENDA DA IPUTINGA



Pânico, contra-informação ou terrorismo. O boato se espalhou como um raio na tarde de ontem. Não se sabe de onde partia, mas foi suficiente para gerar tensão, precaução, reforço da segurança privada e fechamento mais cedo dos grandes supermercados no Recife.

Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1997. Vida Urbana, p.23.

Apesar da breve análise sobre as áreas de baixa renda presentes no bairro da Iputinga e as rápidas colocações sobre situações violentas ocorridas, presentes no capítulo anterior, sentiu-se a necessidade de buscar dados que minimamente demonstrassem a relação existente entre os fatos violentos somado ao medo dos mesmos sobre o espaço. Tal relação é entendida como um reflexo comportamental no modo como se organizam, assim um elemento como o medo da violência criminosa, pode atribuir posturas que desencadeie, em prol dessa sensação, a defesa, o rearranjo espacial e a locomoção preventiva.

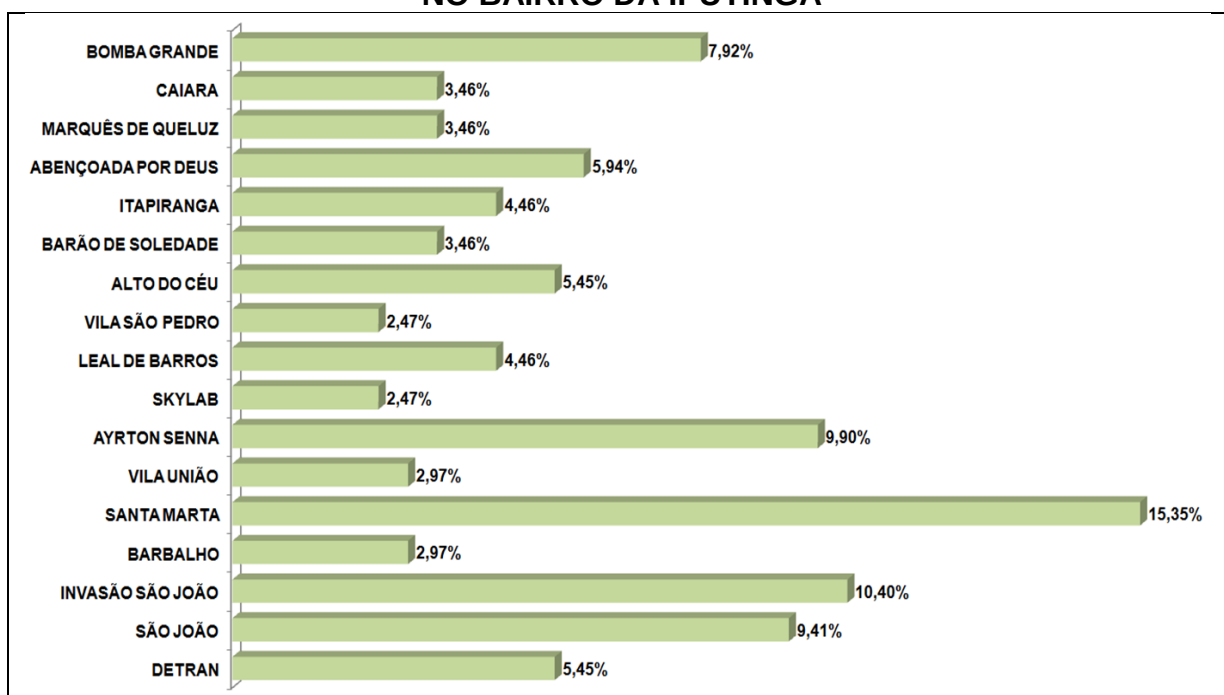
Nesse contexto para verificar e procurar na percepção dos moradores das comunidades do Detran, Vila São João, Invasão São João, Barbalho, Santa Marta, Vila União, Ayrton Senna, Skylab, Leal de Barros, Vila São Pedro, Alto do Céu, Barão de Soledade, Itapiranga, Abençoada por Deus, Marquês de Queluz, Caiara e Bomba Grande, considerou-se algumas informações secundárias e o levantamento de dados primários. Ao todo, nas 17 áreas pesquisadas foram aplicados 202 instrumentos (questionários), buscando-se a predisposição dos moradores à participação e a alternância para contemplar uma área maior e não concentrar-se em pontos específicos. Assim, infere-se que as opiniões tragam uma ideia do coletivo residente nessas áreas.

A coleta de dados contou, nos três momentos da aplicação do instrumento - sendo dois ocorridos no ano de 2010, no mês de julho, um no dia 16 e o outro no dia 22 e outra aplicação em 09 de julho de 2011 -, com a participação supervisionada de jovens residentes no bairro. Essa etapa permitiu, entre os entrevistados, uma maior tranquilidade e a lisura das informações. O intervalo de aproximadamente um ano

entre as aplicações é entendido como positivo, visto que se tornou possível verificar a variação de respostas e/ou manutenção da mesma. Vale ressaltar que 102 moradias foram visitadas no ano de 2010 e 100 em 2011, não ocorrendo repetição em nenhuma delas.

A aplicação dos questionários (Apêndice 01) foi dividido em duas partes: a primeira intencionava-se a coleta de dados gerais – buscando-se obter informações sobre a idade, o sexo, a escolaridade, a condição de atividade, a renda média mensal, o tempo e a condição de moradia e quantidade de pessoas por domicílio. A segunda, representando 62,5% entre o total de questionamentos realizados, verificou a percepção dos moradores a respeito do medo da violência. Assim, para cada localidade pesquisada obteve-se o seguinte quantitativo, conforme o Gráfico 05 abaixo.

Gráfico 05
VALOR PERCENTUAL POR ÁREA DE BAIXA RENDA PESQUISADA
NO BAIRRO DA IPUTINGA



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

É possível perceber que algumas das áreas obtiveram um número maior de instrumentos aplicados como é o caso de São João (9,41%), Invasão São João (10,40%), Santa Marta (15,35%) e Ayrton Senna (9,90%). O volume das residências presentes nessas áreas contribui para o quantitativo aplicado. As demais áreas apresentam um percentual acima de 2,40% dos 202 instrumentos aplicados, valor

esse que em números absolutos corresponde a cinco. Esse valor mínimo centrou-se no percentual de 10% das moradias das localidades, como foi o caso da comunidade de Skylab e Vila São Pedro, que possuem em suas respectivas áreas um pouco mais de 50 casas. Todavia, o valor percentual de 10% por quantidade de casas das áreas pesquisadas não foi uma regra aplicada ao conjunto, assim como a população presente, que possui, de forma, óbvia, valor maior do que as residências.

Vale ressaltar que para o universo do bairro, atualmente com 52.200 habitantes (IBGE, 2010), apenas a população acima de 16 anos foi alvo da pesquisa. De acordo com os dados fornecidos pelo censo de 2010 do IBGE, tal faixa etária representa 78,49%, correspondendo a 40.972 habitantes. Contudo, o conjunto de indivíduos pesquisados não representa todo bairro, mas algumas porções do mesmo que, somadas, possuem em todas as faixas etárias um pouco mais de 21.800 habitantes. Esse valor refere-se a 41,76% da população residente em todo o bairro. Verificando-se o espaço que as áreas de baixa renda possuem dentro dos limites do bairro, observa-se que há ocupação inferior a 25% do território da Iputinga. Isso reforça os números de adensamento populacional do bairro e aponta que significativa parcela da população reside em áreas de baixa renda.

Retomando os números dos questionários aplicados, entende-se que no universo da população presente nas áreas de baixa renda, o valor de 202 instrumentos representa uma amostragem abaixo da mínima. Levando-se, ainda, em consideração o total de residências presentes nesses locais, que é de aproximadamente 6.500 (IBGE, 2010), ter-se-á um percentual de 3,10% dos domicílios entrevistados. Assim, visto que no viés de uma pesquisa quantitativa os números ficariam aquém de uma amostragem que representasse a percepção/opinião do coletivo das áreas pesquisadas e partindo do princípio que a pesquisa buscou entender a ocorrência do fenômeno violência na perspectiva dos participantes é possível enquadrá-la como qualitativa. De acordo com a professora Oliveira, a pesquisa qualitativa é

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2008, p.37)

Vale ressaltar que os procedimentos quantitativos fizeram-se presentes na tabulação dos dados coletados, isso por entender que os métodos se complementam e podem contribuir para a mesma análise visando um melhor entendimento do fenômeno estudado. De acordo com José Luiz Neves:

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora, difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho da pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo... (NEVES, 1996, p.2)

Dessa forma, a pesquisa possibilitou uma breve leitura de um cenário que possui as nuances de um dado grupo. Afirma-se não apenas pelos números o sentimento de medo da violência criminosa, mas por um movimento que se firma na sociedade como um todo.

3.1 Aspectos gerais dos entrevistados

Como referido acima, o instrumento buscou, através da percepção dos moradores das áreas em tela, informações gerais sobre a condição de vida e como observam e se portam diante da violência. As informações mais gerais endossam o que os dados oficiais apontam sobre o bairro e delineiam o perfil dos moradores dessas localidades.

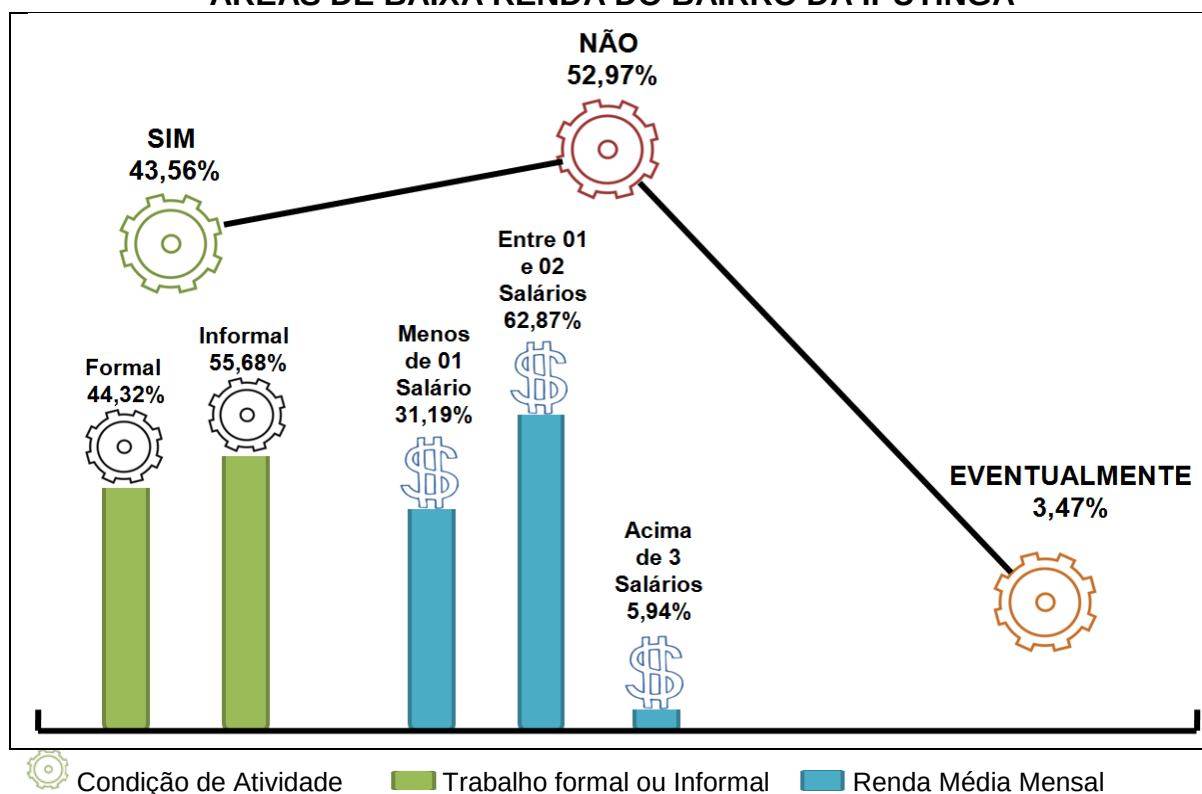
Em relação aos dados gerais, a quantificação dos instrumentos (Apêndice 02) mostrou que do total de 202 moradores entrevistados 41,09% são do sexo masculino e 58,91% feminino. As faixas etárias entre 16-20 anos; 21-30 anos; 31-40 anos; 41-50 anos; 51-60 anos e acima dos 60 anos representam, respectivamente, as seguintes porcentagens: 15,84%, 31,19%, 20,30%, 16,83%, 8,41% e 7,43%.

O percentual de escolaridade dos moradores é maior no ensino fundamental II, representando 32,18%, em seguida vem o ensino fundamental I com 31,68%, o ensino médio com 28,22%, os que não frequentaram a escola com 5,94% e com formação superior 1,98%. Dentre as áreas que apresentaram uma menor escolaridade destacam-se a de Itapiranga com 22,22% dos entrevistados mencionando-se ser analfabetos, em seguida aparecem Alto do Céu, com 18,88%, Abençoada por Deus com 16,66%, Marques de Queluz com 14,29% e Santa Marta com 12,90%, contudo essa última possui, entre todas, o maior número absoluto.

Como apontado no capítulo 2, o bairro possui no cenário recifense uma das mais elevadas taxas de analfabetismo, números que chegam a 15% dos residentes (RECIFE, 2005), tal dado pode influenciar na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e ampliar ainda mais a lacuna social.

Quanto à condição de ocupação (Figura 18), percebe-se que a maior parte dos entrevistados não possuem atividade financeira, os que a tem, boa parte, encontra-se na informalidade, que representa 55,68% dos entrevistados que mencionaram trabalhar. Destoando do grupo das 17 áreas pesquisadas, três: Detran, Barão de Soledade e Marquês de Queluz apresentaram a maior parte dos entrevistados empregados, possuindo, respectivamente, 63,64%, 71,43% e 57,14%. Destacando-se enquanto pessoas sem trabalho, apontam-se as áreas de Alto do Céu e Santa Marta, ambas com percentuais superiores a 61% dos moradores pesquisados.

Figura 18
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E RENDA MÉDIA MENSAL DOS MORADORES DE
ÁREAS DE BAIXA RENDA DO BAIRRO DA IPUTINGA



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

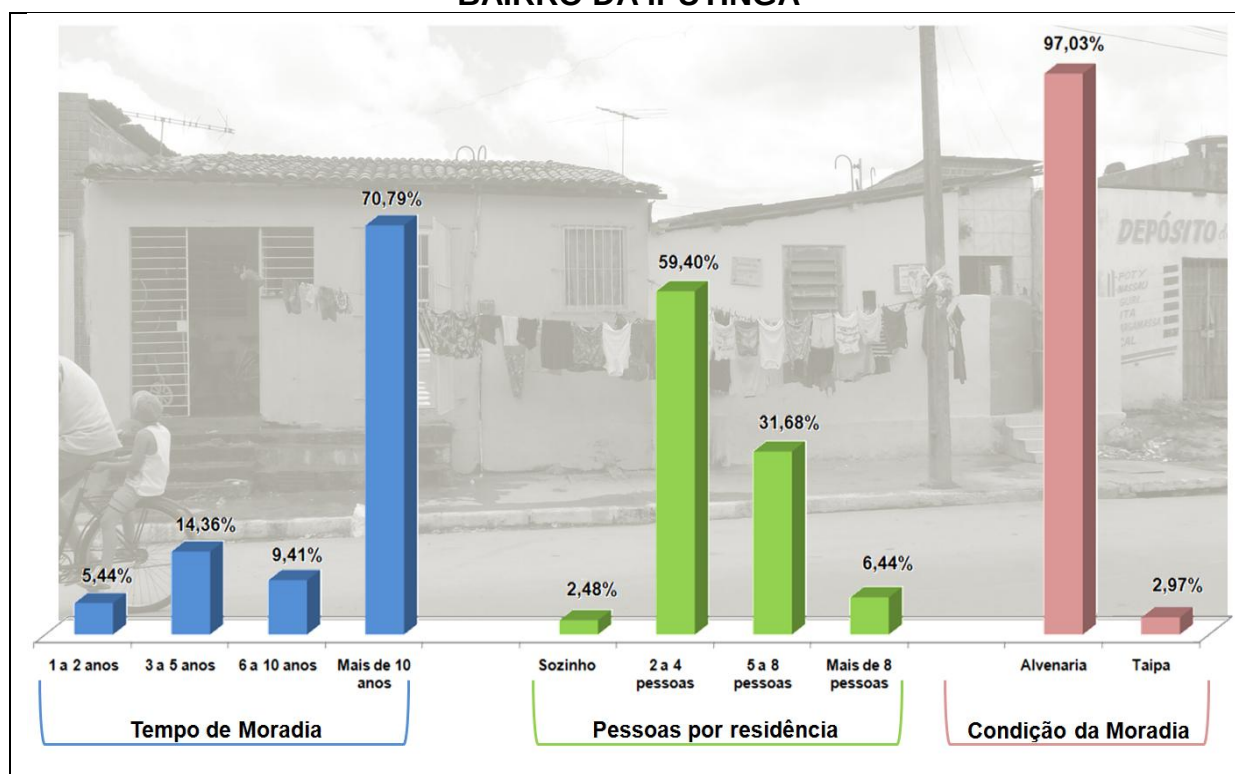
Execução e Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Do total de pessoas entrevistadas que estão em idade de ingressar no mercado de trabalho, extraindo-se os que estão acima dos 60 anos e os que estão entre 16 e 18 anos, há um quantitativo de 171 moradores (84,65%), destes 52,97% que não exercem função remunerada, é possível apontar o número de 90 pessoas desempregadas. O dado reforça a condição das áreas pesquisadas e ao verificar a renda familiar mensal, observa-se que acima de 38% sobrevivem com menos de um salário mínimo e um pouco mais de 60% estão na faixa de um a dois salários mínimos mensais. Ayrton Senna, Vila São João e Skylab, aparecem com os percentuais acima de 40% entre os entrevistados que possuem renda inferior a um salário mínimo.

No que se refere à condição de moradia (Figura 19), acima de 70% dos moradores entrevistados residem a mais de 10 anos no bairro. Tal ponto permite inferir que o grau de conhecimento sobre os aspectos das áreas pesquisadas é considerável, logo as informações prestadas acerca do lugar possuem o peso da vivência dessas pessoas.

Figura 19

ASPECTOS REFERENTES AO MORAR EM ÁREAS DE BAIXA RENDA DO BAIRRO DA IPUTINGA



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

Execução e Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

A área de Bomba Grande destaca-se com 100% do percentual das pessoas entrevistadas residindo a mais de 10 anos, enquanto o conjunto habitacional Abençoada por Deus, inaugurado em junho de 2008 e com pessoas provenientes de outro bairro, é de se esperar que os moradores possuam no máximo 03 anos de permanência no local. A média entre 02 a 04 pessoas por moradia ocupa a posição de 59,40% entre os pesquisados, após, afirmam residir na mesma moradia entre 05 e 08 pessoas 31,68%. O percentual de pessoas que residem sozinhas e que ultrapassam o número de oito indivíduos na mesma unidade familiar chega próximo de 9%. Vale destacar que entre os entrevistados que asseveraram ter uma renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo são, em sua grande maioria, os que residem em ambientes com mais de 05 indivíduos.

Sobre a condição da moradia, acima de 97% possuem sua habitação em alvenaria e um pouco menos de 3% residem em casas de taipas. Das áreas pesquisadas, Ayrton Senna e Invasão São João possuem moradias improvisadas no percentual de 15% e 14,28%, respectivamente. As outras áreas não ocorreu entrevista em casas de taipa, o que não indica que existem.

Embora possa se fazer um levantamento do local pesquisado com informações secundárias, o dado não casa necessariamente com o recorte pesquisado, daí a importância da obtenção de informações que permitam delinear sinteticamente as características básicas dos residentes nas áreas em tela. Soma-se ainda o fato de que em fontes secundárias não há informações de como a população percebe e sente a violência criminosa em seus espaços.

3.1.1 A percepção da população local sobre o medo e a violência

No instrumento de coleta de dados utilizado, das 24 questões aplicadas, 16 faziam parte do grupo que intencionava verificar a forma como o público pesquisado percebe/sente a violência e o medo. A primeira questão dessa parte, mas a nona na sequência do instrumento, indaga se houve aumento da violência nos últimos anos na cidade do Recife. Um expressivo volume dos entrevistados, 67,33%, acredita que ocorreu aumento, 23,76% que permanece sem alterações e 8,31% apontam uma diminuição. A comunidade Leal de Barros foi à única cujos moradores mencionaram em 100% o aumento da violência; a Vila São João a que apresentou a

maior porcentagem quanto a permanência, com 37%, e Santa Marta vindo expressar com mais de 16% do total da área acreditando na redução.

Quando questionados se sentem-se seguros em residir no bairro, no conjunto das 17 áreas apontam acima, de 57% dos entrevistados afirmaram que não. Destaque para Skylab e Abençoada por Deus que assinalaram a insegurança do morar nessas áreas em 80%. A Invasão São João é a única do grupo que possui percentual favorável dos pesquisados mencionando em 81% sentir-se seguros no bairro.

Ao indagar aos 42,57% dos moradores que afirmaram não correr risco em seus locais de moradia, desse montante, 6,98% mencionaram que a violência diminuiu, 23,26% que conhecem o lugar, 20,93% que o local é seguro, 11,63% que é uma área tranquila e 33,72% não respondeu. Os que positivaram o medo de residir nessas áreas justificaram em 37,07% pela violência e 15% apontaram o tráfico, a atuação da polícia e a insegurança.

Retirando do entrevistado o foco quanto o medo do morar nessas áreas e questionado se as pessoas da comunidade sentem-se seguras; obteve-se como resultado valores ainda maiores no que se refere a insegurança. Aproximadamente 65% apontaram que os demais moradores não se sentem seguros. Em termos percentuais, ao relacionar o sentimento do entrevistado com sua percepção do outro, a diferença é de 7,42%. Em números absolutos são 15 pessoas a mais. O provável "conforto" de não falar de si, mas deduzir sobre terceiros, pode implicar numa proximidade sobre o real sentimento, ou numa projeção que de acordo com Nicola Abbagnamo é um "processo mediante o qual o indivíduo atribui a outro as atitudes ou os sentimentos de que sente vergonha ou que ache difícil ou penoso reconhecer em si mesmo" (ABBAGNAMO, 2000, p. 800).

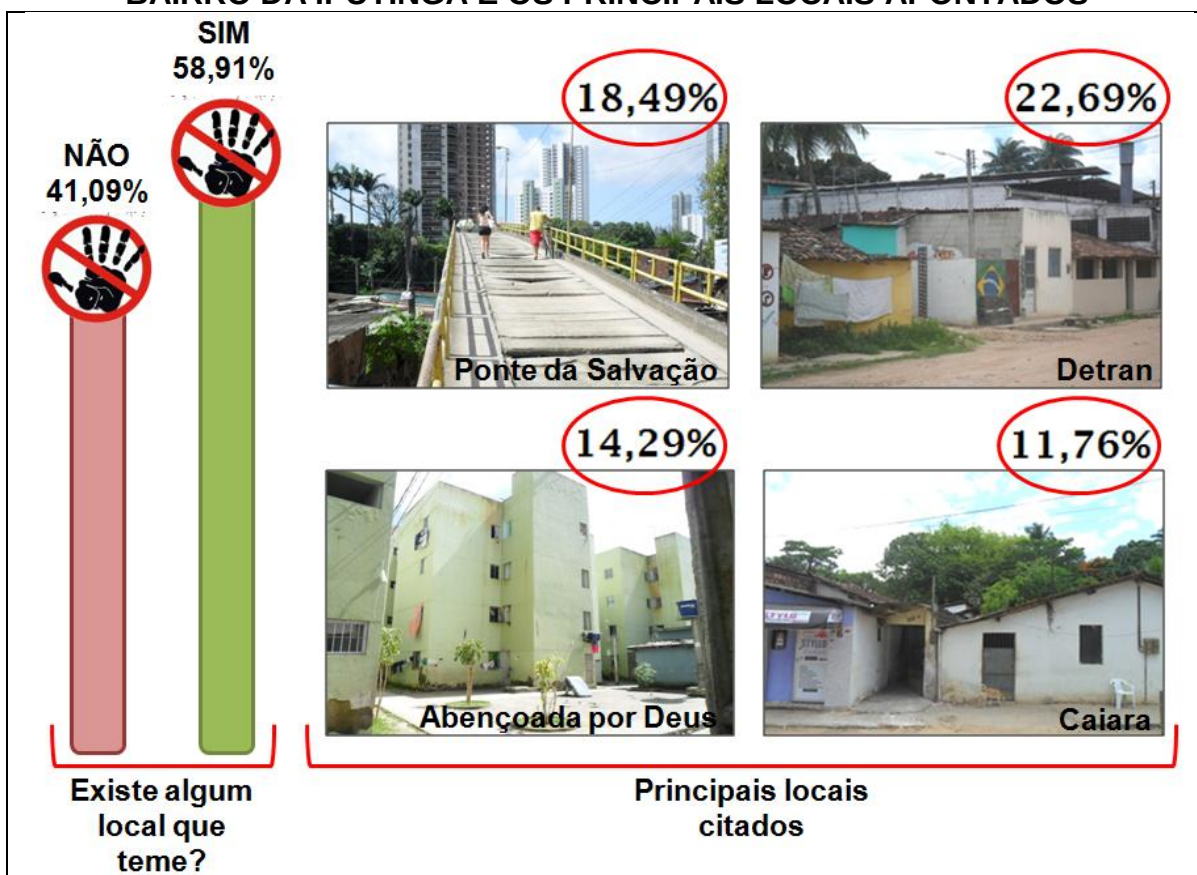
Para o grupo que apontou em 35,15% que os demais moradores sentem-se seguros, ao perguntar-se o porquê, mais de 50% não souberam responder, enquanto os que mencionaram a insegurança dos vizinhos, justificaram na violência, na ação da polícia, no medo do crime, no tráfico e na insegurança; menções essas que representam 45%.

Ao questionar se havia algo que os incomodavam na comunidade e propondo-se como alternativas: a) falta de policiais; b) falta de iluminação; c) violência constante; e d) outro. A maior parte das respostas indicou a alternativa "a" com mais de 41%, em segundo com 38,61% apareceu a opção outros (referindo-se

a saneamento, educação, transporte...), a violência foi apontada por 11,39% e logo em seguida a falta de iluminação com 8,91%. Leal de Barros e Abençoada por Deus mencionaram acima de 70%, que o que mais incomoda é a falta de policiais. Já o item violência constante foi o mais indicado por moradores de Santa Marta, Ayrton Senna e Bomba Grande.

Quando indagou-se da existência de algum ponto territorial, em particular, que os causassem temor e que o evitavam, 58,91% dos moradores das áreas pesquisadas alegaram que sim; apontando como principais locais a serem evitados Detran, Ponte da Salvação, Abençoada por Deus, Caiara, “Caixa d'Água” e a própria comunidade como demonstrado na Figura 20.

Figura 20: DEMONSTRAÇÃO DE MEDO POR PONTOS TERRITORIAIS NO BAIRRO DA IPUTINGA E OS PRINCIPAIS LOCAIS APONTADOS



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

Fotos, Execução e Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Em breve descrição sobre as localidades destacadas, o Detran, situado próximo ao órgão público que “cede” o nome a área, é visto como um local de intenso tráfico de ilícitos, logo, a probabilidade de acontecimentos violentos, o coloca

no rol dos lugares temerosos. A Ponte da Salvação, uma construção sobre o rio Capibaribe, liga a Rua Dezenove de Abril, no bairro da Iputinga, à Rua Dezesete de Agosto, no bairro do Monteiro, na mesma só é possível a passagem de pedestres. O local constantemente tem assaltos e existe a “política do pedágio”. A área de baixa renda Skylab, situa-se sobre o lado esquerdo e direito da ponte, margeando parte do Capibaribe. O conjunto Abençoada por Deus é referido como “local mal frequentado”, a ocorrência de delitos, a presença da polícia e a postura dos moradores ocasionam uma visibilidade negativa. O Caiara aponta-se o parque de mesmo nome, que sem equipamentos que propiciem lazer e a ausência de segurança, o fez ponto de consumo de drogas e, eventualmente, de assaltos. A “Caixa d’água”, uma construção da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) que fica na Rua Dr. Tubal Urquiza Valença, nas mediações da favela do Detran, é comum a concentração de jovens, e, próximo há o funcionamento de bares. Os moradores apontam a localidade como mal frequentada e onde se faz uso de drogas ilícitas. Uma parcela dos entrevistados apontou o local como inseguro e mencionaram que essas práticas atraem, eventualmente, acontecimentos perigosos.

O fenômeno medo, - ocasionando a insegurança - que compromete a circulação percebida nos lugares reflete uma condição que também é global. Assim, como sugere Bauman (2009), os moradores estão diante de uma tarefa que não pode nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais.

Diante disso, ao verificar os meios que utilizam para buscar proteger seu local de moradia, têm-se nos muros acima de 1,5 metros e nas grades os maiores recursos, sendo o primeiro empregado por 54,45% dos entrevistados e 63,86% fazem uso de gradil. Cercas, garras e cães de guarda são adotados por mais de 20% e acima de 9% não possui nenhum artifício de proteção em suas residências. Esse último grupo alegou a condição financeira para justificar a ausência de aparatos. Dos que possuem algum elemento de proteção, 55,62% alegaram sentir-se mais seguros, todavia, desse montante, 60,64% não sabem explicar o porquê dessa sensação de segurança. Enquanto 44,38% mencionaram que seus aparatos não lhe trazem garantia, alegam, em 39% desse universo, que tais elementos não protegem. Ao questionar o porquê da aquisição e/ou construção dos meios de segurança, 51,98% apontaram-no como forma preventiva e 31,13% como proteção, visto que já haviam sido vítimas de crime no lugar onde moram.

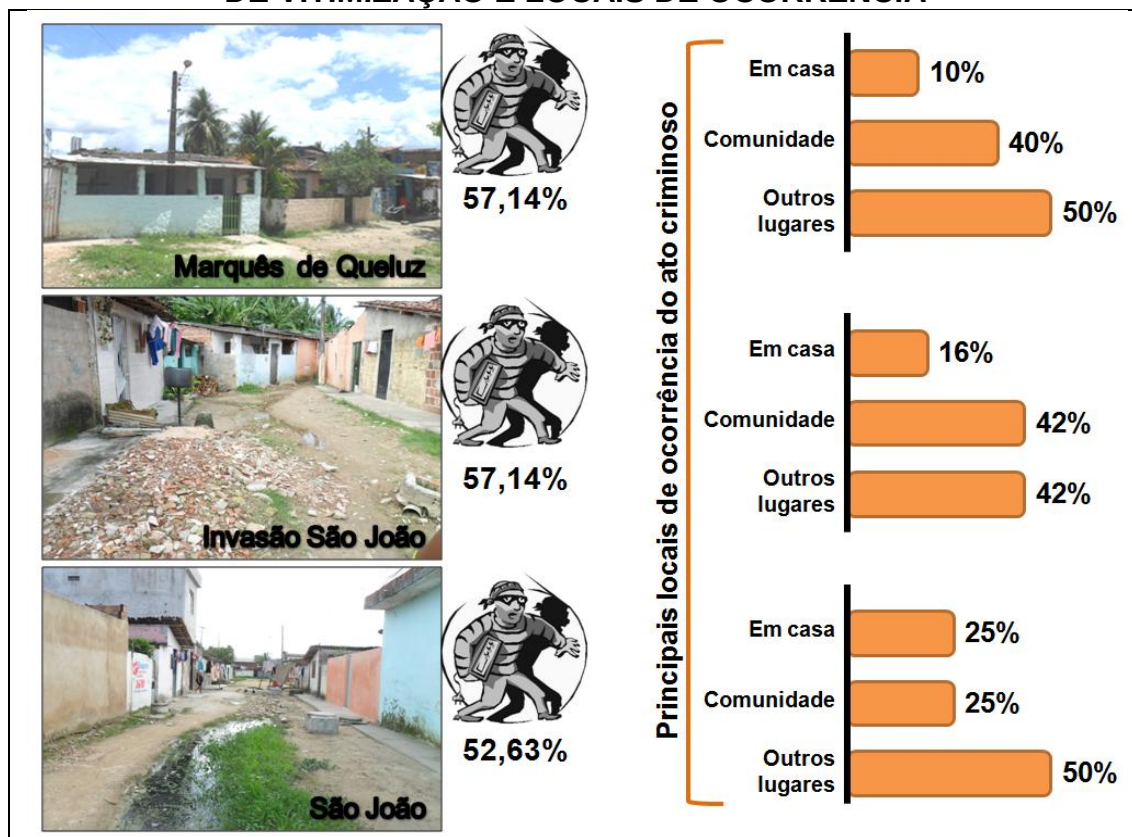
Em relação ao aumento de segurança nas residências, os próprios moradores analisam que a mesma vem aumentando entre os vizinhos. Acima de 73% (149) mencionaram que isso vem ocorrendo. Destes, 65,77% apontaram como intenso esse crescimento, 28,86% moderado e 5,37% que ocorre de forma modesta.

Nesse cadinho é possível verificar dois movimentos. O primeiro diz respeito ao reflexo da disseminação de aparatos de segurança, amplamente divulgados e que se associavam a garantia de tranquilidade e o bem-estar; o segundo, encontra-se no sentimento ampliado de insegurança, - como aqui já abordado – veiculado pela mídia de forma geral, gerando margens acima do real. Como visto, a maioria dos moradores fazem uso de meios de segurança de forma preventiva, o que endossa tal sentimento.

Ao verificar se os entrevistados já tinham sido vítimas de algum ato criminoso nos últimos 05 anos, evidenciou-se que 1 a cada 2,6 moradores já tinha passado por experiências de furto, roubo de objetos, roubo na residência, agressão física, e tentativa de homicídio, o que representa 39% do volume de pessoas participantes na pesquisa. Um dado relativamente alto. Embora não seja o parâmetro ideal, ao utilizar como analogia os números de roubos ocorridos na cidade do Recife entre 2005 – 2010, que de acordo com Sistema Infopol/GACE da SDS/PE, é de 160.581 ocorrências, e, dividindo este número pelos habitantes do município, tem-se a proporção de 1 para 9,5, ou seja, uma a cada 09 pessoas já passou, nos 05 anos mencionados, por tal situação, enquanto no caso das áreas de baixa renda do bairro da Iputinga os dados demonstram uma situação, no mínimo, três vezes mais preocupante.

Ainda analisando a vitimização, 03 das 17 áreas estudadas (Marquês de Queluz, Invasão São João e São João) apresentaram um percentual de pessoas que sofreram dano/prejuízo maior do que os que alegaram não ter sido vítima de nenhum crime (Figura 21). De forma geral, somando as ocorrências na comunidade e em casa, metade dos crimes aconteceu na própria área. Os pesquisados alegaram que embora o ato tenha ocorrido nas proximidades do seu local de moradia, os meliantes são provenientes de outros espaços. Há, conforme alguns dos entrevistados, uma regra básica, não se comete crimes dentro da própria área, isso pode ocasionar castigo ou a morte do que descumprir o combinado. Na ideologia do crime/tráfico é importante ter os moradores do local como aliados, resguardar-los dessas ações pode-lhes garantir, também, proteção.

Figura 21: ÁREAS DE BAIXA RENDA DA IPUTINGA COM MAIOR ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO E LOCAIS DE OCORRÊNCIA



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

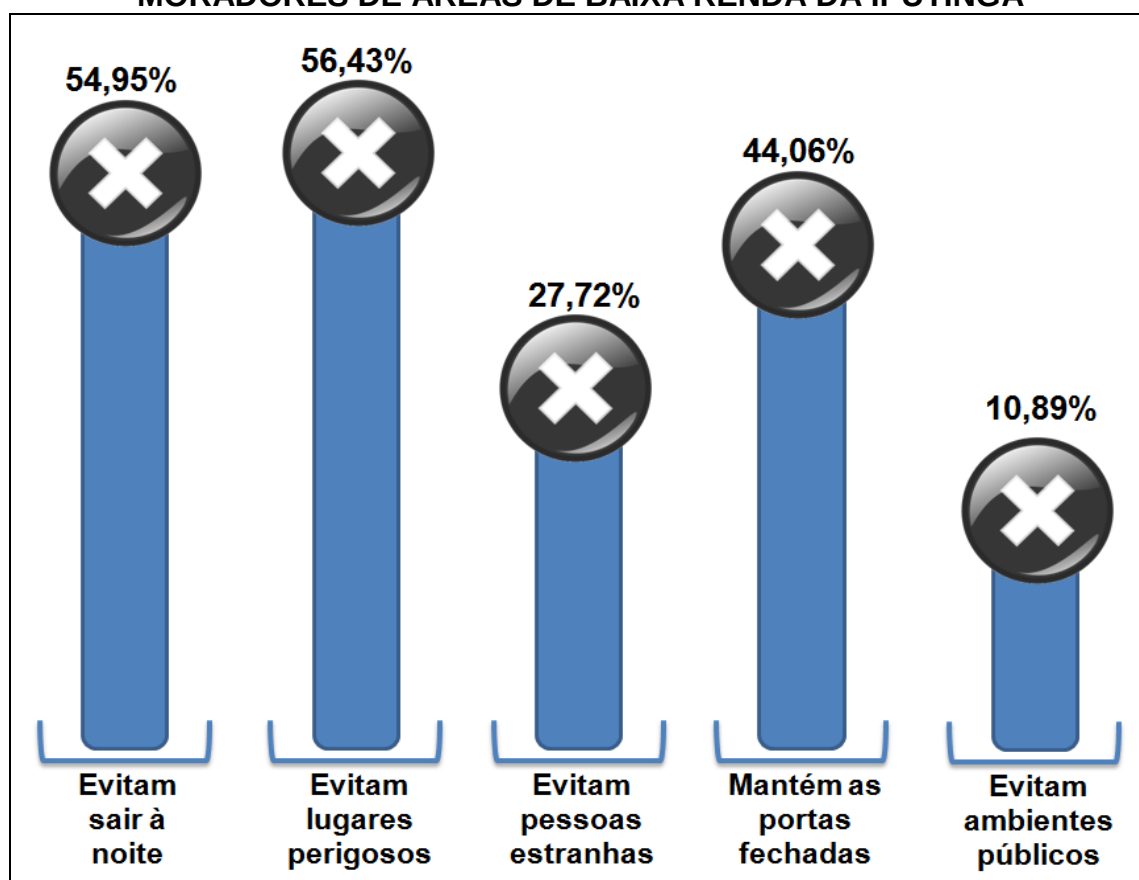
Fotos, Execução e Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

Ao perguntar se os vizinhos, parentes ou amigos já foram vítimas de algum crime no local onde moram, o resultado demonstra um percentual considerável. Acima de 68% afirmaram que sim, em números absolutos representa 139 pessoas entre as 202 que responderam ao questionário aplicado. Das áreas pesquisadas, 08 apresentaram indicação positiva acima dos 65%. Entre elas, os residentes na área do Caiara afirmaram em 100% conhecer alguém que já tenha sido vítima de algum ato criminoso.

Mantendo a questão, contudo, mudando-se a escala dos acontecimentos, perguntou-se sobre essas ocorrências na RMR, assim, acima de 72% mencionaram ter em seu círculo de convivência pessoas acometidas por crimes. Outro dado é a quantidade de áreas que asseguram em 100% o conhecimento de pessoas vitimadas. No item anterior apenas o Caiara, nessa perspectiva, acrescentam-se Barbalho, Vila União, Vila São Pedro, Barão de Soledade e Itapiranga.

Considerando este panorama geográfico da violência e do medo, alguns dos moradores inseriram em sua rotina hábitos e comportamentos que os previnam de situações, porventura, perigosas. No grupo de 202 entrevistados, a cada dois moradores um evita sair à noite, a mesma proporção encontra-se ao questionar sobre a circulação por lugares considerados perigosos. Acima de 10% desse montante esquivam-se de ambientes públicos, 1/3 procuram distanciamento de pessoas estranhas e o hábito de manter as portas sempre fechadas é mencionado por mais de 44% dos moradores das áreas pesquisadas (Figura 22).

Figura 22: PRÁTICAS DE SEGURANÇA MENCIONADAS PELOS MORADORES DE ÁREAS DE BAIXA RENDA DA IPUTINGA



Fonte: Pesquisa empírica 16 e 22/JUL/2010 e 09/JUL/2011.

Execução e Elaboração: Carlos Alberto Duarte de Souza

A evidência do medo difundido é clara quando se observa os comportamentos dos residentes nas áreas em tela. Não há uma especificidade quanto essa forma de pensar, acredita-se que é uma questão incorporada no consciente da sociedade como um todo. Atualmente, é comum que se espere ter precauções de segurança, todavia o medo do outro (do estranho) tem tornado próximo o “aceitável e o

exacerbado”, ou seja, o que for possível em termos de meios para garantir o afastamento de terceiros (muros, grades, isolamento...) é visto com naturalidade. Em sua obra “Confiança e medo na cidade”, Zygmunt Bauman aborda em um dos capítulos o medo de viver com estrangeiros. Embora seu enfoque refira-se a pessoas provindas de outras localidades (países), cabe-se aqui o sentimento de afastamento que segundo o mesmo, é “uma experiência que gera muita ansiedade” (BAUMAN, 2009, p.87).

Logo, evitar essa experiência tornou-se sinônimo de privação da liberdade. O mesmo autor, em outra obra (A sociedade individualizada), trata da relação entre liberdade e segurança. Nessa complexidade da necessidade humana dos dois, Bauman avalia como “inevitável sacrifício”, a liberdade regida por normas e a segurança sufocando a liberdade são passíveis de sofrimento (BAUMAN, 2008, p.58).

Nesse cadinho, o dinamismo das informações e sua difusão sensacionalista dos acontecimentos criminosos corroboram para a sensação de mal estar. Embasando-se a questão de como as informações sobre a violência criminosa ocasionam o já citado medo difundido, verificou-se que 83,17% dos moradores afirmaram acompanhar os índices de violência. Tendo como principais meios a televisão, o rádio, o jornal impresso e a internet, sendo a TV a indicação de mais de 79% dos entrevistados. Observando a sensação de segurança dos que mencionaram acompanhar as informações sobre violência, o resultado esperado, foi de 95,24% afirmando que não. É de convir que ninguém apontaria uma sensação de segurança após verificar os programas, de cunho sensacionalista, assistido por parcela significativa dos moradores das áreas estudadas. De acordo com Bauman, “mesmo as fronteiras mais estritamente vigiadas são porosas e se mostram fáceis de penetrar. Graças a uma mídia ávida por notícias chocantes...” (BAUMAN, 2005, p.110)

O real e o imaginário acabam se fundindo, ampliando a difusão dos acontecimentos violentos criminosos. Segundo a psicóloga Naiane Camargo Honorato, ao citar Itani (1998),

O ser humano procura sempre relacionar a violência a uma referência externa, representando-a por ações exercidas por outras pessoas e fora de nossos ambientes (como nas ruas, periferias e bairros pobres). No entanto, há claras representações da violência presentes em nosso imaginário e que são materializadas através de

nossas decisões nos espaços em que vivemos – fato comprovado por uma breve observação da paisagem e da arquitetura das cidades. (HONORATO, 2008, p. 4)

Como já mencionado, a percepção dos crimes acaba sendo maior do que os verdadeiros fatos. As áreas pesquisadas revelam um pouco desse movimento quando os moradores entrevistados afirmam em 61% não terem sofrido nenhum crime, todavia demonstram em 67% que percebem aumento da violência e em 57% quando mencionam não sentirem-se seguros onde moram. Outra relação que se pode estabelecer com os dados observados é que mesmo as posturas que permitem basicamente “o necessário” em termos de contato com o externo a casa, percebidas nos moradores das localidades estudadas, possibilitam deduzir que os mesmos intensificam a formação de dois “campos de forças”: o que corresponde aos ditos espaços temerosos (encorpado pelo medo alheio) e o campo que os cercam (aquele que o limite é relativo, que engloba a zona de conforto, cuja sensação de enfraquecimento é constante e o medo presentes é mais forte).

No tocante à essa questão, o geógrafo Claude Raffestin (1993), ao abordar sobre o poder, assim se coloca:

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, o dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, P.53).

Ainda de acordo com o mesmo, “onde há poder há resistência” (p.53). No casos das áreas em tela, a resistência dos moradores diante de circunstâncias diversas, inclusive o medo da violência criminosa, visualiza-se como uma força, mas não uma força de combate, de mudar um cenário, de propor tranquilidade, mas uma força de permanência, de acomodação, que ao mesmo tempo endossa e fortalece o outro campo.

Numa outra leitura, Souza (2006) menciona que esses “campos” correspondem a fragmentação do tecido sócio-espacial. “Uma sociedade marcada por prisões reais e metafóricas se reflete e, ao mesmo tempo, é condicionada por uma espacialidade correspondente (fragmentada sociopoliticamente)” (SOUZA, 2006, p.29).

Os dados sobre as áreas pesquisadas revelam informações passíveis de serem deduzidas através da observação e, algumas particularidades que só a coleta

poderia elucidar. Diante disso, embora os números possuam certa objetividade, é no campo “subjetivo” que determinados pontos encorpam-se.

3.2 O que ainda dizem os números

É sabido que os dados do item anterior contêm uma carga de informação que permite inferir, mesmo que no campo hipotético, algumas considerações. Embora, algumas questões tenham sido comentadas a partir da exposição dos dados, buscase nesse tópico fazer uma leitura - sucinta e concordante com aquilo que foi pesquisado - dentro de dois pontos: a) Violência e crime decorrente da condição de vida? e b) Espaços de medo ou medo dos espaços?

a) Violência e crime decorrente da condição de vida?

Como visto, a primeira parte do instrumento de pesquisa buscou traçar um breve perfil do modo de vida dos moradores pesquisados. Sabe-se que são residentes de áreas de baixa renda, onde a maioria tem menos de 08 anos de estudo, não trabalham e vivem a mais de 10 anos nos locais já referidos. Somando-se a isso, 94% dos entrevistados possuem renda familiar inferior a 02 salários mínimos. É um quadro que, de senso comum, possibilita a relação com a criminalidade.

Como citado no capítulo 01, Bauman (2009) denomina tal grupo de *underclass*, ou seja, grupos aos quais em função da ausência de poder aquisitivo, são remetidos à áreas de pouco interesse do capital urbano. Tendo-se as práticas ilegais como fonte de renda mais elevada que o emprego formal, o medíocre cenário de impunidade e o sistema econômico excludente, é de convir que certos indivíduos optem pela ilegalidade.

Excluídos de uma série de direitos, esses grupos ainda possuem o estigma de serem vistos como “classe perigosa” (Bauman, 2009), ou seja, em função da condição financeira, temer tais segmentos é um comportamento preventivo da sociedade atual. De acordo com Santos (2002, p. 126) “o maior medo é, sem dúvida, o medo dos pobres. Isso é grave, porque acabamos sendo mais medrosos das vítimas que mesmo das causas da miséria. Nesse ínterim, a professora e

psicanalista Junia de Vilhena complementa: “a esses, os excluídos pelos critérios hierarquizantes dessa Razão superior, o racionalismo humanista alijou da condição de liberdade e do acesso aos direitos cívicos” (VILHENA, 2003, p.79).

Dentro desse contexto, é previsível que alguns se inclinem para criminalidade. Contudo, é lamentável verificar que uma mínima parcela dos que vivem sob essa condição permitem-se a facilidade e o imediatismo do crime, embora toda uma conjuntura de um sistema econômico excludente auxilie a isso. Extraíndo-se a visão “romântica” de que o sistema promove o cenário, há, também, que se levar em consideração o fator escolha, mesmo que as condições de vida sejam sofríveis, a opção pelo crime não é a única alternativa, o que é uma grande verdade para maioria dos residentes nessas áreas que insistem, dentro do que é considerado “lícito”, manterem suas vidas.

Em cada condição de vida existem os percursos ao qual cada indivíduo traça. Essas particularidades diversas podem elencar algumas das características que impulsionem atividades criminosas. Isso comprova as teses de Glaúcio Soares (2008), estas apontam que dentro das mesmas condições e com os mesmos incentivos, “homens com éticas internalizadas diferentes respondem de maneira diferente (SOARES, 2008, p. 147). Assim, as atitudes, as crenças, os valores influenciam no comportamento.

Trata-se de uma discussão ampla, que remete ao fato das condições do meio permitirem uma escolha para alguém que imagina sequer tê-las. Não se propõem aqui tal debate, mas alude-se como mais um ponto a ser acrescentando na diversidade de fatores que corroboram para a violência criminosa.

No universo pesquisado percebe-se que 57% mencionaram não sentirem-se seguras no bairro em que moram, uma maioria que se encontra do lado oposto aos que ocasionam o medo. Não se associando os demais como pessoas que colaboram para essa premissa, mas elencando um dado que demonstre que grande parte dos moradores dessas áreas são pessoas que buscam viver “corretamente”.

Tomando-se, por exemplo, os dados das pessoas sem escolaridade (analfabetas) presentes na pesquisa, observa-se que das 12 pessoas (5,94%), 08 mencionaram que exercem atividade remunerada, destas, 03 formais e 05 informais. O dado surpreende, visto que o mercado atual exige uma mão de obra mais qualificada e ao mesmo tempo impõem uma escolaridade mínima. É fato, que apenas 25% estão formalmente no mercado de trabalho (exercendo funções que o

esforço físico é que mais conta, como serviços gerais, auxiliar de pedreiro e empregada doméstica), contudo, relacionando-se à condição de atividade com o nível de escolaridade, é o grupo que possui o menor índice de pessoas sem trabalho. Essa informação remete a relação baixa escolaridade com criminalidade, que no caso das áreas em questão possui pouco conchavo.

Verificando-se as áreas ditas como as mais temerosas e comparando com o nível de escolaridade dos entrevistados, com exceção de Abençoada por Deus, as demais possuem acima de 35% dos entrevistados com mais de 8 anos na escola. O que reforça o fato de que o aumento da escolaridade não implica necessariamente numa redução dos atos criminosos ou sequer transformar bandidos em cidadãos.

Nesse contexto, reforça-se, novamente, a tese defendida pelo professor/pesquisador Glaúcio Soares (2008) que busca comprovar que há pouca relação entre desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Contudo, não significa que não ocorram implicações em função disto. Vale ressaltar que há muitos estudos que encontram uma correlação entre o crime e a pobreza e ou a desigualdade (SOARES, 2008). Segundo o autor:

Esses estudos encontraram evidências convergentes com essas teorias. Porém, esses resultados são também compatíveis com outras teorias, de cunho diferente, como as que explicam o crime como produto de deficiências estruturais do modelo de sociedade. (Iden, ibidem, p.147-148)

Em suma, a generalização ou a busca por fatores isolados esquivam-se de uma resposta plausível para as motivações criminosas. Para ilustrar, um homicídio pode ser cometido por questões referentes ao tráfico (podendo-se nesse caso fazer uma ligação com a condição de vida local), ou por motivos passionais (que não implicam necessariamente com a classe econômica). Dessa forma, o apanhado desses acontecimentos requer estudo específico e aprofundado e mesmo assim não se pode garantir uma conclusão absoluta.

Buscou-se demonstrar que, tocante às áreas estudadas, há que se considerar ou não as condições nas quais as pessoas vivem. É permissível que se coloque, observando o contexto de vida dos moradores pesquisados, que um dado número submeta-se às práticas criminosas.

b) Espaços de medo ou medo dos espaços?

“O espaço é um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e os fixos – o incontável arsenal de objetos técnicos” (VILHENA, 2003, p. 77). Na proposta conceitual da professora Junia de Vilhena, atuante no campo da psicologia, é notoriamente perceptível a contribuição de Santos, seu enfoque no campo social (também abordado por Santos) reforça o sentido de um espaço marcado pelos acontecimentos da vida.

Assim, como já supracitado no enredo deste trabalho, a violência (especialmente a criminosa) tem imprimido no cotidiano das pessoas um medo cada vez mais “sólido”. Essa vivência marca os espaços, dar o sentido do que nele se deposita e o transforma, caracteriza-o e diante de feições “novas” surgem denominações que visam abarcar tal sentido. Nesse contexto, é atribuído ao espaço um sobrenome que o marca (espaços criminosos, espaço segregado...), mesmo redundante, no sentido de que todos os acontecimentos são sociais e que todo o espaço carrega em si a dinâmica da vida, a ênfase que se dá no esforço de “recortes” é válido.

A expressão “espaços de medo” ou de termos similares é possível encontrar em trabalhos como os de Caldeira (2003), Souza (2008), Bauman (2009), Viana (2002) e Sá (2010)¹⁵, para exemplificar alguns. Em linhas gerais, buscam denominar os lugares que são temerosos em função das ocorrências violentas e criminosas. Já o medo dos espaços é visto, dentro do campo das patologias, e denominado de “agorafobia” (do grego *ágora* - assembleia; reunião de pessoas; multidão + *phobos* - medo). Tomando-se um pouco a noção de *ágora*, que segundo Gama (2001) “seria o lugar onde o sujeito teria que sustentar algo próprio, seus desejos, seus limites” (GAMA, 2001, p.4) e relacionando isso ao medo de não conseguir se impor nessa situação, ocorreria uma ansiedade, que traria o medo de não saber lidar com certos espaços. Tem-se, então, um quadro de agorafobia, que de acordo com o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) relaciona-se com o “medo de deixar seu domicílio, medo de lojas, de multidões e locais públicos...” (OMS, 2007, p.332). Em

¹⁵ Ver: SÁ, Alcindo José de. Relatório do CNPq “Medo urbano: a difusão dos aparatos de segurança nas periferias da Região Metropolitana do Recife (RMR) e seus reflexos nas morfologias intra-urbanas”. Recife: 2010.

termos sintomáticos dessa patologia, aponta-se “um estado neuropático muito particular, caracterizado por uma angústia, uma impressão ansiosa viva, ou mesmo um verdadeiro terror, que se produz subitamente em face de um determinado espaço (WESTPHAL, in BESSET, 2002, p.5).

Sabe-se, como já apontado anteriormente, que alguns locais das áreas pesquisadas são apontados como atemorizadoras, ao observar os resultados dos instrumentos, no tocante a indicação dessas áreas, é interessante verificar - ao focar os locais que cada área em particular menciona -, que alguns indicam lugares próximos (vizinhos), outros de regular distanciamento e os que mencionam próximos e “distantes”. Para ilustrar, moradores da Invasão São João mencionam o Detran (que dista, em linha reta, 470 metros) e ao mesmo tempo a Ponte da Salvação (em linha reta, mais de 1.200 metros) e Abençoada por Deus (Aproximadamente 2km). Correlacionando esses dados, com outro questionamento sobre locais que sofreram assalto, verifica-se que, no referido caso, nenhum dos moradores sofreram algum tipo de lesão nas áreas mais distantes. A mesma situação verifica-se nas demais 16 áreas aqui discutidas. Em tese, presume-se que a difusão de estigmas de certas localidades é maior do que as reais ocorrências, ocasionando o medo da circulação, ou mesmo, atribuindo-se tais espaços como de medo (a ser evitado). Este mesmo ponto é tratado pelo professor Marcelo Lopes de Souza (2008), na sua obra *Fobópole*, quando questiona “em que circunstâncias a violência e a insegurança chegaram ao ponto de influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço e mesmo o *habitat* e as formas espaciais?” (SOUZA, 2008, p. 8). No que parece, as áreas aqui mencionadas possuem o medo da violência criminosa que porventura venham a ocorrer nos locais citados e o reflexo disso é percebido nas relações sociais, na modelagem do espaço e na circulação.

A falta de segurança nesses locais ou o medo difuso implica diretamente no uso da população sobre o seu território de vida. Bauman mencionou “que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos” (BAUMAN, 2009, p. 16). Os acontecimentos reais ou não, que possuam caráter da violência criminosa, ocorridos nos espaços temidos pelos moradores, reforçam, ainda mais, a ideia de que a insegurança e o perigo estão em toda parte.

Evitar esses lugares, principalmente pela violência criminosa que lhes é atribuída, passa por uma questão de violação de direitos, pelos menos alguns são

feridos: o direito de circular pelo espaço público e o da segurança. Como pertencentes a uma condição econômica desfavorável, a população residente nesses espaços são, basicamente, condenados a viver nesse lugar. Retomando Bauman, “para aqueles que estão nos guetos “involuntários”, a área a que estão confinados (excluídos de qualquer outro lugar) é um espaço ‘do qual não lhes é permitido sair’” (BAUMAN, 2009, p. 40).

Em consonância ao que verbalizou alguns moradores, é possível averiguar isso em outros dados. Verifica-se que os locais que foram apontados como áreas a serem evitadas, como explicitado na figura 20, possuem números pouco expressivos de crimes ou sequer menção. Como exemplo, a Ponte da Salvação, presente na área de Skylab não apresenta nenhuma ocorrência por parte dos entrevistados. Isto pode reforçar, minimamente, a ideia de que os criminosos não agem em sua área ou de que esses espaços não são tão temerosos como se aponta.

No caso das áreas de baixa renda pesquisadas não há como apontar um quadro de agorafobia, isso, pois, o estudo não teve a pretensão de verificar essa possibilidade, que não se trata de uma análise clínica e que os elementos levantados não possibilitam comparações acerca dos sintomas. Todavia, em um cenário onde acima de 10% dos entrevistados mencionam evitar locais públicos, torna-se minimamente válida a inferência de existir alguma possibilidade. Vale ressaltar que não é o fato dos moradores entrevistados apresentarem ou não o seguinte quadro patológico, mas que suas posturas diante dos locais ditos temerosos implicam em surgimento de “enclaves”, ou seja, bolsões de medo agregado há certo ponto do espaço.

Interessante pensar que se o medo é localizado em determinados lugares haveria a possibilidade de mapeamento, contudo trata-se de algo fluído, que se espalha no campo da psicoesfera (Santos 1997), que reside no humano e não necessariamente em um ponto do espaço. Levando-se em consideração o número de aparatos como reflexo desse medo, é possível mencionar que os locais não pesquisados do bairro, os de classe média e média alta, possuem mais aparatos do que áreas estudadas (Figura 23). Obviamente, o fator financeiro estaria possibilitando os recursos de segurança, mas, ao mesmo tempo, podem implicar em um sentimento de medo, gerado, especialmente pelas condições do entorno. Este “auto-enclausuramento”, vem marcando o espaço de forma significativa. Seu crescimento é correlacionado, também, com o avanço do sentimento de medo.

Figura 23
CASAS DE SEGMENTO MÉDIO PRESENTES NAS PROXIMIDADES DAS
ÁREAS DE BAIXA RENDA DO BAIRRO DA IPUTINGA



Fotos: Carlos Alberto Duarte de Souza – 05/FEV/2011

Os espaços de medo ou o medo dos espaços estão presentes, por que as pessoas que vivem nessas localidades assim os compõem. Conforme Bauman

É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se e correm risco de decepção... (BAUMAN, 2009, p. 35)

Esse movimento, como sucintamente elencado no capítulo 01, tem gênese complexa e motivações diversas, além de contribuições externas a essas localidades. Nesse ínterim, propõem-se a abordagem da violência através do espaço, visto que numa proposta miltoniana que busque relacionar os fixos e os fluxos, tendo como fixos as bases físicas das áreas pesquisadas e os fluxos as relações existentes nesses espaços e além deles, por isso a não adoção do termo território, que conforme Raffestin (1993) "o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (p.144). No caso do objeto empírico não acredita-se que as condições presentes são fruto de opções apenas internas, os moradores dessas comunidades dão o tom e a vivência desses espaços, mas necessariamente não são os únicos responsáveis por sua configuração.

3.3 O olhar da geografia sobre a violência e o medo

A abordagem da expressão violência e medo na sociedade é, ainda, mais recorrente em outras ciências, como, por exemplo, a sociologia e a psicologia. Contudo, é de convir que tais reflexos sociais repousem sobre o espaço, tornando, também, o medo numa propriedade espacial, que provoca mudanças sobre o mesmo e na vida das pessoas.

“Hoje cada vez mais conscientemente, a geografia toma para si a responsabilidade de produzir uma verdadeira interpretação dos fenômenos, por meio de uma inovadora análise espacial” (GOMES, 2002, p. 7) Embora, não esteja se propondo aqui nada de inovador quanto à observação dos acontecimentos no espaço, a fala de Gomes representa o desejo da Geografia de sair do campo meramente descritivo, para tornar-se, também, analítico. Em consonância, o professor Alcindo Sá afirma que:

A ciência geográfica, como área do conhecimento humano, social e historicamente construída oferece perspectivas de análise dos fenômenos que matizam as transformações do mundo, já que detém sistemas de ideias imbuídos de unidade explicativa das metamorfoses sócio-espaciais... (SÁ, 2005, p.13)

Pierre George mencionou, ao buscar sintetizar o objeto da geografia, a mudança de paradigmas "o objecto (sic) da geografia era descobrir e descrever o mundo. Actualmente (sic), trata-se de o fazer compreender e dos nos ajudar a viver nele, no meio de conflitos e contradições" (GEORGE, 1993, p. 9). Para Raffestin, "A geografia humana consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática que os homens têm dessa realidade que é denominada 'espaço'". (RAFFESTIN, 1993, p. 6)

Dentro dessa discussão do que cabe a geografia, Paul Claval, ao abordar sobre o papel do geógrafo, ratifica um pouco do anteriormente colocado, ao afirmar que:

O trabalho do geógrafo continua complexo. Não se resume a alguns métodos elementares. Nasce da confrontação permanente de duas exigências. A primeira coloca a ênfase no espaço, nas relações que tomam lugar em cada meio e o papel da distância na vida coletiva. A segunda leva a efeito sistematicamente, num contexto espacial, os instrumentos e as categorias imaginadas pelas outras disciplinas para explorar seu próprio campo. (CLAVAL, 2011, p. 19)

As colocações de Claval, basicamente, sugerem dois cuidados, o trabalho de ver a questão por um viés espacial e o outro de não adentrar no que compete as outras ciências. Outro geógrafo, Marcelo Lopes, que estuda o fenômeno da violência criminosa e com algumas obras e artigos à respeito do tema, menciona que além da possibilidade do estudo ser realizado a partir do enfoque geográfico, é necessário ficar atento a escala. De acordo com o autor, “como ciência social esta ‘universalidade’ (referindo-se ao fato de um dado fenômeno ocorrer em amplitude global) só pode ser entendida como uma questão de escala...” (SOUZA, 2006, P. 260). A proposta do professor Marcelo Lopes, busca dessa forma, entender as particularidades e similaridades que ocorrem em um determinado lugar. A observação dos fenômenos em uma única escala não isenta de observá-los em outras, ao contrário faz-se necessário. O fenômeno da violência criminosa e o medo decorrente, estão presentes em todas as aglomerações urbanas do mundo, evidentemente, que de forma e intensificação diferentes. Logo, é possível mencionar o medo da violência criminosa como algo presente em todas as escalas, todavia, coloca-se, novamente, as formação de áreas distintas.

Na visão que Hartshorne promulgava, em meados dos anos 1960, imbuído da proposta de Sauer, quando afirmava que a “Geografia era uma ciência da diferenciação das áreas” (HARTSHORNE, 1978, p.13), o conceito permite a inferência de uma prática que busca organizar os espaços por aquilo que os difere, percebe-se uma tendência de estudos mais concisos do ponto vista crítico, afinal, a distinção de partes requer análise e reflexão.

Reportando-se às áreas pesquisadas, as mesmas não se diferenciam muito entre si, visto o quadro socioeconômico e também as práticas cotidianas. Como é possível visualizar na figura 12 do capítulo 02, as áreas não são contíguas, das 17 podemos apontar, em termos de proximidade, três “bolsões”, sendo o primeiro formado por Invasão São João, São João e Detran; o segundo por Santa Marta, Barbalho, Vila União, Ayrton Senna e Skylab; e o terceiro por Leal de Barros, Alto do Céu, Vila São Pedro, Barão de Soledade, Itapiranga, Abençoada por Deus, Marques de Queluz, Caiara e Bomba Grande. Os trechos de separação são formados por áreas descampadas ou, como já comentado, a delineação e as diferenciações entre os locais possui a renda como demarcador. Reforçando que o modo de vida permite a distinção dos espaços, em Capel (1981), é possível observar, ao abordar sobre a Geografia Humanista, a seguinte colocação: “los hombres no se mueven en un

espacio en abstracto, sino en un espacio concreto y personal, que es un espacio vivido, mentalmente modelado a partir de la experiencia¹⁶ (CAPEL, 1981, p. 443). O autor reforça o sentido que o espaço ganha a partir das vivências que nele se estabelecem, logo marcando-o e imprimindo-lhe sentido.

No decorrer deste trabalho colocou-se em várias passagens o medo como um modelador do espaço. Considerando-se a expressão desse abstrato, é importante entender como ocorrem tais modificações. Assim, procurou-se fazer um recorte nesse sentimento e buscou-se, por ser mais expressivo, ocorrer possibilidades de levantamento de dados e, conseqüentemente, mensurar em alguns aspectos, o medo da violência criminosa. Anteriormente já mencionado, o geógrafo Marcelo Lopes busca em seus trabalhos de pesquisa, verificar as mudanças sociais e a organização espacial. Para ele o medo do crime na cidade "forma uma combinação especialmente marcante" (SOUZA, 2008, P.8), evidentemente, que o resultado possibilita reflexos sobre o espaço.

No concernente ao espaço, verificando-se a evolução do conceito, percebe-se que ocorreu contribuição significativa de Henry Lefebvre ao trazer para o debate o espaço como "o lócus de reprodução das relações sociais de produção" (LEFEBVRE, 2008, p.48). Em cima de suas reflexões o espaço é vinculado a prática social e suas ideias influenciaram pensadores, dentre eles Milton Santos, que menciona na sua obra *A natureza do Espaço* que o mesmo "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente..." (SANTOS, 1997, p.51). Para Brunet (2001 [1990]) "o espaço geográfico é formado pelo conjunto de populações, por suas obras, suas relações localizadas, pelo seu meio de vida [...]. Ele não pode ser confundido com os objetos que o povoam [...]. Ele nasce com o trabalho das sociedades e só tem fim com ele." (BRUNET, 2001, p.15).

Ainda de conformidade com Brunet (2001 [1990]) "o espaço não é nada sem seus criadores, que são ao mesmo tempo seus usuários" (Iden, ibiden, p.33), o mesmo menciona que a produção do espaço ocorre em função de determinados atores com interesses distintos ou não, possuindo cada um técnicas, instâncias e suas próprias representações no espaço. O autor aponta os seguintes atores: o indivíduo (ou sua família); os grupos (agregados de indivíduos); as coletividades

¹⁶ Os homens não se movem em um espaço abstrato, mas em um espaço concreto e pessoal, que é o espaço vivido, mentalmente modelado a partir da experiência.

locais; o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Em meio a cada forma de se expressar, ocorre entre tais atores tensões, e segundo o geógrafo francês, essas diferentes interações ocasionam formas espaciais específicas¹⁷.

Nesse ínterim, as ações exercidas pelos atores promulgados por Brunet, convidam as colocações de práticas espaciais feitas por Corrêa (1995), que correspondem a "um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais". Roberto Lobato, ainda distingue algumas práticas espaciais, contudo, o que é importante colocar é que busca-se frisar o elemento social enquanto agente, independente do campo de atuação. Isso, pois a violência e o medo, acredita-se, perpassa por diversos "agentes e atores", eles (a violência e o medo) são promovidos e combatido, por exemplo, pelo Estado (a não atuação do poder público pode ocasionar e aumentar as lacunas sociais, gerando cidadãos de papel, segundo o termo do jornalista Gilberto Dimenstein) e pelas empresas (no que diz respeito a promulgação de conceitos consumistas e padrões de funcionamento na sociedade; o não enquadramento enquanto "cidadão consumidor", pode, indiretamente e/ou diretamente, acarretar posturas ilícitas pela ausência do poder de consumo).

Logo, para compreender melhor o espaço, faz-se necessário observar sua relação com a sociedade. Santos (2008) nos sugere, enquanto método de análise, quatro categorias: forma, função, estrutura e processo:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão (...). *Função*, (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoas, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo (...). *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (Iden, ibiden p. 69)

Vale ressaltar que o estudo dessas categorias não é feito de forma isolada, elas se complementam e interferem uma nas outras. Buscando relacioná-las com as áreas pesquisadas teríamos, que a **forma** é posterior e ao mesmo tempo contemporânea a **estrutura** (que entende-se que nos casos em questão, a forma

¹⁷Ver texto: **Espaço geográfico e território:** conceitos-chave para a Geografia, disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm>.

deriva do processo de formação e se remodela a partir das práticas atuais), a partir disto, desenvolvem-se as **funções** que replicam nos **processos**.

Como explicitamente posto no título desta dissertação, a configuração do espaço é apontada como algo que modificou-se em função do medo da violência criminosa. Isso implica numa relação com o espaço-materialidade, aos sistemas de objetos onde, conforme Santos, "a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço" (SANTOS, 1997, p. 234). Partindo dessa premissa põem-se a ação humana derivada do medo.

Retomando o ponto que se colocou à respeito de como a geografia pode contribuir para a análise já posta, encontra-se, em Spósito (2009), contribuições interessantes que, embora a autora tenha estruturado seu pensamento para o estudo de pequenas e médias cidades (levando-se em consideração o universo da população do bairro da Iputinga há equivalências entre os pequenos municípios, claro desconsiderando o fato de pertencer a uma metrópole e reforçando apenas a questão quantitativa dos residentes), os mesmos podem servir como procedimentos para aproximar as reflexões as realidades espaciais. De acordo com a citada autora, é preciso verificar algumas articulações. Em sua exposição, menciona seis pares: cidade e natureza, rural e urbano, cidade e região, continuidade e descontinuidade, concentração e dispersão; polarização e difusão.

Procurando aplicar esses pares de articulações na presente pesquisa, elegem-se quatro: cidade e região; continuidade e descontinuidade; concentração e dispersão; e polarização e difusão; que permitem abarcar em suas tramas, a violência e o medo. De antemão, ressalta-se o fato não haver uma pretensão forçosa da aplicação desses pares, mas que a visualização dos mesmos permite um outro ângulo, uma outra perspectiva. No primeiro par proposto, a intenção de verificar como se articulam a cidade e a região, ausentando-se aqui as conceituações sobre tais termos, mas mantendo-se a proposta de análise, é exemplificada no capítulo 01, que busca dialogar os acontecimentos violentos criminosos em escalas diferentes, procurando nesse "diálogo" os possíveis rebatimentos. O segundo, a continuidade e a descontinuidade, que, de acordo com Spósito (2009), a continuidade dar-se em função dos deslocamentos de algo físico, a descontinuidade, promove-se pela difusão das informações "que pode estabelecer vínculos e interações com espaços distantes e que são descontínuos à áreas e à região à qual pertence" (p.20). Neste

processo vê-se que o criminoso não precisa estar presente em certos espaços, para que o medo sobre sua figura ocorra.

O terceiro par, leva em consideração o fato de determinados objetos estarem concentrados e como ocorre a dispersão, não necessariamente dos mesmos. Esse aspecto de observação é importante, pois no estudo em questão pode-se averiguar onde ocorre as concentrações (pobreza, tráfico, aparatos técnicos de segurança, áreas de delito...) e que extensão isso toma. No último par (polarização e difusão), verifica-se que alguns pontos tornam-se polos, ou seja, servem de base a algo; e a difusão, trata-se de uma estratégia do mesmo para manutenção e crescimento. Relacionando com a pesquisa, aponta-se, por exemplo, o fato de determinados locais tornarem-se referências quanto a venda de ilícitos. A ampliação dos negócios implica numa demanda maior de espaço, o “espraçamento” possibilita o fortalecimento do polo ao mesmo tempo em que o solidifica. Obviamente, que a expansão de um ponto de comércio de drogas (popularmente boca de fumo), pode encontrar barreiras na sua difusão, gerando conflitos territoriais.

Ainda nas sugestões de Spósito, destacam-se os recortes analíticos. “[...] para poder avançar no sentido de construir um sistema explicativo, construir uma interpretação da realidade estudada, tem que se fazer uma escolha” (SPOSITO, 2009, p.28). A autora propõe cinco: o dentro e fora; o público e o privado; o centro e a periferia; o circuito e a fronteira; e o antes e o depois. Todos os pares possibilitam uma reflexão que podem contribuir na análise de uma pesquisa, assim como associar essas análises ao espaço.

Diante desses pontos que, como já mencionado, podem facilitar a forma como geograficamente trabalha-se nos passos de uma pesquisa. “[...] a Geografia descobre outras dimensões da análise da realidade, problematizando a noção de ‘espaço palco das atividades dos homens’” (CARLOS, 2011, p.71). Sobre esse aspecto, o medo da violência criminosa tem se colocado na pauta dos agentes que contribuem para novos rearranjos, uma nova configuração, que diz respeito a “forma exterior de um corpo; conformação, aspecto, figura, feitiço” (FERREIRA, 1986, p.451).

Ao abordar a configuração do espaço, tem-se em mente que determinados elementos se dispõem de modo diferenciado, sua organização obedece a comandos que variam em conformidade com o tempo, é gerada pela soma de fatores e guarda requícios de formas antecedentes, vindo a substituí-las ou apenas mudando a sua função. Conforme Corrêa (1995, p.28), o termo configuração espacial, organização

espacial, arranjo espacial, equivale à estrutura territorial. Com esse precedente, Santos nos diz que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. (...) A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 1997, p.51)

Dessa forma, endossa-se o que tanto se colocou neste trabalho: o medo da violência criminosa, permeando as relações sociais e conseqüentemente compondo o espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medida que o trabalho veio sendo escrito, muitas das considerações foram postas, todavia, alguns poucos pontos é possível, ainda, mencionar. Para isso, serão colocados em três blocos, apoiados nos questionamentos citados na parte introdutória do trabalho, que foram: Como o medo da violência urbana, cada vez mais difundido e acentuado, se incorpora ao processo de urbanização e ao tecido da cidade, especialmente nas áreas em tela? Em que medida o processo histórico da violência urbana e do medo na cidade do Recife contribuem para o cenário atual e até que ponto o processo de formação do bairro da Iputinga e das áreas de baixa renda permitiram a estigmatização, práticas ilícitas/violentas e circulação de seus moradores? Que leitura os moradores das áreas de estudo fazem da violência criminosa e que implicações ocorrem em função disto?

Pensar na violência enquanto elemento contemporâneo e inerente ao urbano, especialmente nas grandes e médias cidades, remete à compreensão de uma realidade baseada na percepção da violência como elemento indissociável da dinâmica urbana. Contudo, associar a violência exclusivamente ao urbano e a configuração do mesmo, é uma generalização que não contempla os diversos atores da violência. Porém, a situação é de tal monta que o componente violência parece permear a vida na cidade em todas as suas dimensões, especialmente nas atividades e fluxos urbanos. Esta preocupação é recorrente nos discursos e imagens da cidade que são percebidos nos sinais impressos na paisagem urbana sob a forma de muros, grades e outros elementos de contenção e controle da violência.

Assim, acredita-se que a tecnoesfera incorpora em suas formas o sentimento da psicoesfera, como sugere Santos (1997). No caso em questão, os reflexos situam em uma arquitetura de defesa, mesmo que as condições não permita o uso de aparatos mais sofisticados; na circulação privada pelo sentimento do medo e nos espaços não humanizados, que além da precária habitabilidade permitem que o tráfico se instale e façam da sua configuração um aliado nos seus intentos.

Dessa forma, como explicitado no primeiro capítulo, o medo real ou difundido, lança-se de tal forma sobre a sociedade que termina tornando-se regra utilizar mecanismos de segurança. Foi apresentado que há tendência de redução dos números de CVLI, no cenário recifense e no Estado de Pernambuco, ao mesmo

tempo, mostrou-se a percepção dos moradores da área pesquisada sugerindo um maior aumento da violência, isso endossa a ideia de que embora ocorram fortes investimentos na segurança, os mesmos ainda não se mostram satisfatórios para a redução do sentimento de medo, já enraizado no consciente coletivo.

A segunda colocação, referente ao questionamento de mesma ordem, diz respeito a busca em um determinado período de tempo (1980-2010), das manifestações da violência criminosa na cidade do Recife. O levantamento de dados facilitou na elucidação de alguns fatores que promovem a violência criminosa, bem como foi possível apontar a mudança de postura na sociedade.

Em mais de três décadas, a violência criminosa também se modificou, os meios são outros, a finalidade a mesma, as motivações permanecem diversas, embora, sazonalmente, as crises econômicas e os períodos de maior índice de desemprego, coincidem com números de crimes, também, elevados. Não se afirma aqui, como ocorreu no corpo deste trabalho, a relação direta entre esses aspectos, mas coloca-se as condições socioeconômicas como um dos fatores que colaboram para situações criminosas.

No decorrer do tempo apresentado muitas ações do poder público ocorreram na intenção de minorar os acontecimentos violentos, as cifras são gigantescas e os resultados não se equivalem na mesma proporção dos investimentos. Mas o problema da segurança pública no Estado vai muito além das estatísticas. Como já mencionado, o aumento da criminalidade promove uma mudança no cotidiano da população. A sensação de medo e impotência diante da violência urbana faz com que a sociedade civil busque desenvolver certos “mecanismos de defesa”, com o intuito de tentar se proteger das investidas dos criminosos. Assim, a interferência da violência tem o poder de transformar os ambientes e modificar o cotidiano das pessoas, para que estas possam se “adequar” a esta nova e cruel realidade.

Observando um pouco da trajetória aqui descrita, percebeu-se que, no plano público, legislações foram criadas para dar maior suporte à segurança pública, investimentos crescentes realizaram mudanças no efetivo policial, na estrutura das corporações, na atuação destes, no aparelhamento, enfim, “acompanharam” a demanda da sociedade no decorrer dos anos. Soma-se a isso a implementação de planos de segurança, como o Pronasci e o PPV.

Dentro das ações realizadas pela esfera federal e a estadual cabem algumas pequenas observações. Primeiro, a conjuntura da violência criminosa, aliada aos

meios de comunicação, provocaram transformações na sociedade. Na população, o medo difuso, juntamente com o sentimento de isolamento e “pseudo-sociabilidade” ocasionaram a impressão de insegurança. Esse contexto gerou, de certa forma, um descrédito nas instituições policiais. Assim, o setor da segurança privada encontra condições propícias para abarcar consumidores que podem bancar pela lacuna do serviço público. Essa postura de muitos dos residentes em Recife não cessa tão rapidamente em função da atuação dos planos de segurança públicos.

Segundo, em meio a tudo isso, somando-se ao sentimento de isolamento, as pessoas vêm procurando ajustar/modelar suas residências de conformidade com o sentimento de medo. Condomínios fechados apresentam procura crescente e os que dele não podem “desfrutar” ampliam o processo de segregação. Contudo, há algo de comum entre as diferentes classes: os cidadãos tornam-se cada vez mais responsáveis por estratégias de defesa, tomando para si a iniciativa de proteger a vida e o patrimônio (PIMENTEL, 2009). Mesmo com os fortes investimentos na segurança pública, é, ainda, de esperar-se um descrédito na proteção à vida por parte do poder público. O que se ressalta é que estas ações reforçam o Estado como um forte agente de construção do espaço, tendo como um dos motivadores o combate ao crime.

Neste tempo, a área do antigo engenho escravocrata, o bairro da Iputinga, também sofreu alterações. De 1980 até os dias atuais, o bairro praticamente dobrou a população residente, várias invasões ocorreram sobre terras presentes em seus espaços, algumas das ocupações não tiveram êxito, outras frutificaram e continuam, mesmo estando em terras de ocupação proibida (como as do sítio do Barbalho, que conjuntamente como casarão foram tombadas). A forte presença de áreas originadas de ocupações caracteriza e marca o bairro. Em função da sua configuração atual, infere-se ausência de planejamento urbano e de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população, em especial nas áreas de baixa renda. à “margem da sociedade”, desempregados e sem inserção formal no trabalho, numa sociedade de consumo, os meios ilícitos ganham conotação e espriam-se entre seus habitantes.

E na tentativa de buscar entender como isso ocorre no bairro, foi feito um terceiro questionamento, no qual se indagava como os moradores percebem as ocorrências violentas criminosas em seus locais de vivência. Assim, percebeu-se que a leitura que fazem do seu bairro é imbuída de uma carga histórica que contém

alguns estigmas, as marcas de certas ocorrências e a difusão de situações. Nesse ínterim, a pesquisa demonstrou que as atuais ações – sabendo-se que são dialéticas – ocorridas nos locais da pesquisa derivam, também, de um processo de formação espacial, que propiciou um ambiente pertinente a ações ilícitas e violentas. Esse processo negligenciou, somado a um contexto geral, instrumentos básicos e importantes à condição de uma sociedade mais organizada.

Deste modo, pôde-se constatar, através desse sentimento e/ou percepção dos moradores residentes nas áreas pesquisadas, uma provável resposta para a hipótese de que o medo leva a modificação espacial nos lugares onde se estabelecem a violência e o crime e que a combinação desses elementos nas comunidades carentes permite uma maior predisposição aos mesmos e implica na circulação dos residentes. A população reage se não com atitudes violentas, mas com uma arquitetura hostil. É a sociedade modelando o espaço, impulsionada pelas circunstâncias presentes. Como nos diz Bauman “tudo isso não pode deixar de incidir sobre as condições da vida urbana, sobre o modo como percebemos a existência na cidade e sobre as esperanças e apreensões” (BAUMAN, 2009, p. 56).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADOLESCENTE É apreendido após assalto na Iputinga. **Folha de Pernambuco**. Recife: 06/ABR/2007. Disponível em: <www.folhape.com.br>. Acesso em: 03/JAN/2012.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício de. Desigualdade de renda e de pobreza. In: RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEATO F., Claudio C.. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 1998, vol.13, n.37, pp. 74-87. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200004>> Acesso em 13/DEZ/2011.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 107, p. 57-76, jul/dez, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRUNET, Roger. Le déchiffrement du monde: théorie et pratique de la géographie. Paris: Belin, 2001 [1990]. In: **Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia**. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm> Acesso em 03/JAN/2012.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPEL, HORACIO. **Filosofía y ciencias en la geografía contemporânea: una introducción a la geografía**. Barcelona: Temas Universitarios, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRERO, Rodrigo. PE registra aumento de assassinatos. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 16/MAR/1997, p.B-16.

CASARÃO vai ser a sede dos artesões. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 23/DEZ/1988, p.A-11.

CAUDURO, Mariana. Das palafitas às ilhas de concreto. **Jornal do Commercio**. Reportagem Especial. Recife, 27/JUL/2009. Disponível em: < www2.uol.com.br/JC/sites/palafitas/index.html>. Acesso em 12/MAR/2011.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ, Luciana Maria da. Pronasci e Pacto pela Vida: uma análise da política nacional e estadual de segurança pública sob a ótica espacial. In: SÁ, Alcindo José de. **Dos espaços do medo à psicoesfera da civilidade, a premência de uma nova economia política/territorial**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. (267-279)

DADOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (org.): **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

EMPRESÁRIOS DEBATEM violência em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 05/OUT/1987, p.A-5.

ESTUDANTE É assassinado a tiros na Iputinga. Folha de Pernambuco, Recife, 19/FEV/2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (1991-2000)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

GAJOP condena violência policial. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 03/ABR/1993, p.B-1.

GEORGE, PIERRE. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Lisboa, Ed. 70, 1993.

GOMES, Luiz Flávio. **A falácia do efetivo policial e a segurança pública**. Disponível em: <jus.uol.com.br/revista/texto/18542> Acesso em 27/02/2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUARDA patrimonial é morto durante assalto. *Jornal do Commercio*. Capa Dois, Recife, 15/AGO/2009, p. 2.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

HONORATO, Naiane C.; CEMIM, Arneide B. **Gênero e Homicídio:** cotidiano, imaginário e rede social. Disponível em: <www.pibic.unir.br/pdf/HUMANAS%20E%20SOCIAIS/NAIANE%20CAMARGO%20HONORATO%20RES.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de outubro de 2011.

IPUTINGA À MERCÊ de bandidos. **Folha de Pernambuco**. Recife: 15/ABR/2009. Disponível em: <www.folhape.com.br>. Acesso em 03/JAN/2012.

KALINA, Eduardo. **Violências:** enfoque circular. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica. In: **Revista Conceitos**, julho/dezembro de 2002. p. 120-126.

KRAUSE REFORÇA a PMPE para reduzir índice de violência. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11/JUL/1986, p. A-15.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Roberto Kant de., MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil:** uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n.50: 45-123, 2. sem. 2000.

MACHADO, Eduardo. Cabeça de matador. **Jornal do Commercio**. 13/SET/2009. Ed. Especial. P.3

MAIA, Márcio. Desemprego aumento índice de violência. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 29/ABR/1990, p.A-42.

MARQUES, Edson Ortega. Apresentação. In: lei Federal 9785/99. Disponível em: <WWW.portalvr.com/planejamento/dcu/leisfederais/leifed9785.pdf> Acesso em 06/JAN/2012.

MARIANO, Margarete. Polêmica na história da SSP. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 31/AGO/1997, p.64.

MEDEIROS, Cacilda. **Dinâmica Demográfica do Recife**. In: Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste. Recife, 2004, P.182-192 Disponível em <www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/17_Cacilda_Medeiros.pdf>. Acesso em 25/OUT/2011.

MEDO da insegurança. **Jornal do Commercio**. Opinião. Recife, 24 ago. 2007. p. 10

MELO, Mário Lacerda. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: SUDENE, 1978.

MENINOS DE RUA são chacinados no Estado. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 20/JUN/1993, p.B-8.

MENEZES, José Luiz Mota. **A ocupação do Recife numa perspectiva histórica**. In: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/Acquaplan, 1990.

MIRAGLIA, Paula. Os municípios e a segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de. PAULA, Liana de. (orgs) **Segurança pública e violência**: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, Livia. Desenvolvimento humano e habitação no Recife. In: RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência social sob a perspectiva de saúde pública**. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública 10, 1994, p.7-18.

MORAIS, Alexandre. Socorro. **Jornal do Commercio**, Vida Urbana, JC nas Ruas, Recife, 25/OUT/2008, p. 2.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEIVA, Ana Paula. Iputinga vive dias de terror. **Diário de Pernambuco**, Vida Urbana, Recife, 17/JUN/1998, p. 27.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. V. 1, nº 03, 2º SEM./1996.

NOBREGA, José Maria. **Barômetro da violência e da segurança na cidade do Recife**. In: Revista Política Hoje, Vol. 17, nº 01, ano 2008. P.67-90.

NOMES DE INVASÕES copiam a onda do momento. **Diário de Pernambuco**. Recife, Cidade, 06/NOV/1988, p.A-28.

OBRAS DE contenção, pavimentação, drenagem e saneamento ganham recursos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29/NOV/2011. Disponível em: <www.diariodepernambuco.com.br> Acesso em 08 de janeiro de 2012.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OMS. **CID-10**: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PCR ABRE frente de trabalho no morro. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 12/AGO/1990, p.A-27.

PCR CONQUISTA ação de reintegração de posse. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 18/AGO/1994, p.B1.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERCEPÇÃO da violência sobe entre os brasileiros. *Jornal do Commercio*: 26/MAI/2010. Brasil. P.7

PEREIRA, José. **Violência**: uma análise do “homo brutalis”. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Requalificação urbanística Iputinga/Detran**. Recife: Governo do Estado, 2005.

PERNAMBUCO. **Pacto pela vida**. Plano Estadual de Segurança Pública. Recife, maio de 2007. 151p. Disponível em: <www.pactopelavida.pe.gov.br/>. Acesso em outubro de 2010.

PERNAMBUCO, Diário Oficial de. **Cadernos do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo**. 1980 a 2010. Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em setembro de 2010.

PERNAMBUCO. Diário Oficial do Estado de. (nº 65 de 09/ABR/2002; nº 73 de 19/ABR/2002; nº 187 de 01/OUT/2002). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 59 de 03/ABR/2003; nº 70 de 23/ABR/2003; nº 157 de 05/SET/2003; nº 203 de 12/NOV/2003; nº 221 de 20/NOV/2003; nº 213 de 26/NOV/2003; nº 226 de 27/NOV/2003). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 147 de 07/AGO/2004; nº 179 de 23/SET/2004; nº 201 de 26/OUT/2004; nº 234 de 16/DEZ/2004; nº 236 de 18/DEZ/2004) Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 24 de 03/FEV/2005; nº 26 de 22/FEV/2005; nº 67 de 26/ABR/2005; nº 103 de 03/JUN/2005; nº 191 de 11/NOV/2005; nº 237 de 20/DEZ/2005). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 52 de 18/MAR/2006; nº 94 de 20/MAI/2006; nº 175 de 15/SET/2006; nº 188 de 04/OUT/2006; nº 193 de 11/OUT/2006; nº 235 de 16/DEZ/2006). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 09 de 12/JAN/2007; nº 53 de 20/MAR/2007; nº 75 de 21/ABR/2007; nº 86 de 10/MAI/2007; nº 91 de 17/MAI/2007; nº 241 de 22/DEZ/2007). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 01/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 04 de 09/JAN/2008; nº 73 de 18/ABR/2008; nº 92 de 17/MAI/2008; nº 143 de 31/JUL/2008; nº 167 de 03/SET/2008; nº 200 de 18/OUT/2008; nº 231 de 03/NOV/2008). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 02/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 06 de 10/JAN/2009; nº 61 de 02/ABR/2009; nº 83 de 08/MAI/2009; nº 217 de 21/NOV/2009; nº 233 de 16/DEZ/2009; nº 242 de 30/DEZ/2009). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 02/03/2011.

_____. Diário Oficial do Estado de. (nº 98 de 27/MAI/2010; nº 101 de 01/JUN/2010; nº 153 de 14/AGO/2010; nº 224 de 02/DEZ/2010). Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em 03/03/2011.

PERSEGUIÇÃO ACABA em morte na Iputinga. Folha de Pernambuco. Recife, 01/DEZ/2006. Disponível em: <www.folhape.com.br>. Acesso em 10/01/2012.

PIMENTEL, Elaine. Mobilidade urbana: a violência e a metamorfose das cidades. In: VASCONCELOS, Ruth. **Violência e criminalidade**: em mosaico. Maceió: EDUFAL, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

POLÍCIA PROCURA gang. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife: 10/MAI/1993. p.B.8.

PREFEITO INSPECIONA trabalhos no aterro da favela Santa Marta. **Diário de Pernambuco**, Cidades, Recife, 10/AGO/1990, p.A6.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECIFE, Diário Oficial da Cidade do. Anos de 1980 a 2010. Disponível em: <www.cepe.com.br> Acesso em setembro de 2010.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: PCR, 2005.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Projeto Capibaribe Melhor**: sumário executivo. Recife: PCR, 2005b. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/Sumario_Avaliacao_Ambiental.pdf. Acesso em: 10/JAN/2012.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Diagnóstico das condições de moradia da população de baixa renda**. Recife: PCR/FUNDAJ, 2001.

RISTUM, Marilena. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. In **Ciência & Saúde Coletiva** 9: 2004, p.225-239.

SÁ, Alcindo José de. **O Brasil Encarcerado**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

_____. Nas Geografias do medo, a ascensão dos espaços do homo sacer. In: **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: UFPE, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECCO, Alexandre; LUZ, Sérgio Ruiz. Somos todos reféns. **Revista Veja**. Ed.1686, São Paulo: 07/FEV/2001, p.86-93.

SEGURANÇA investiga esquadrão. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 02/MAR/1980, p.A-27.

SIQUEIRA EXPLICA como se combate a violência. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 08/MAR/1981, p.A-31.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás**: desenvolvimento, desigualdades e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

SORIANO, Érico. **A Insegurança e as modificações espaciais urbanas nas cidades brasileiras**. In: Anais do 1º Simpósio Internacional sobre as Geografias do Medo e da Violência, Recife: UFPE, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPa; Observatório Comova, 2009.

SSP REVELA lista de menores assassinados. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 05/NOV/1994, p.B-1.

SSP TEM ESQUEMA para combater “galeras”. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 22/NOV/1992, p. B-16.

TRAUMANN, Thomas. Governo mira na arma. **Revista Veja**. Edição 1603. São Paulo: 23/JUN/1999, p.126-133.

URB DESMONTA favela na Iputinga. **Diário de Pernambuco**. Últimas Notícias. Recife: 22/MAR/1992. p. A-16.

URB ENTREGA 129 novas casas a favelados da Gonzagão na Iputinga. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 06/OUT/1990, p.A-8.

URB TENTA expulsar invasor. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife: 11/JUL/1990. p. A-9.

VIANA, Nildo. **Violência urbana**: a cidade como espaço gerador da violência. Goiana: Edições Germinal, 2002.

VILHENA, Junia de. **Da claustrofobia a agorafobia**: cidade, confinamento e subjetividade. In Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 77-90, jan./abr. 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. **Mapa da violência II**. Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Mapa da violência III**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

_____. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

_____. **Mapa da violência 2006:** os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.

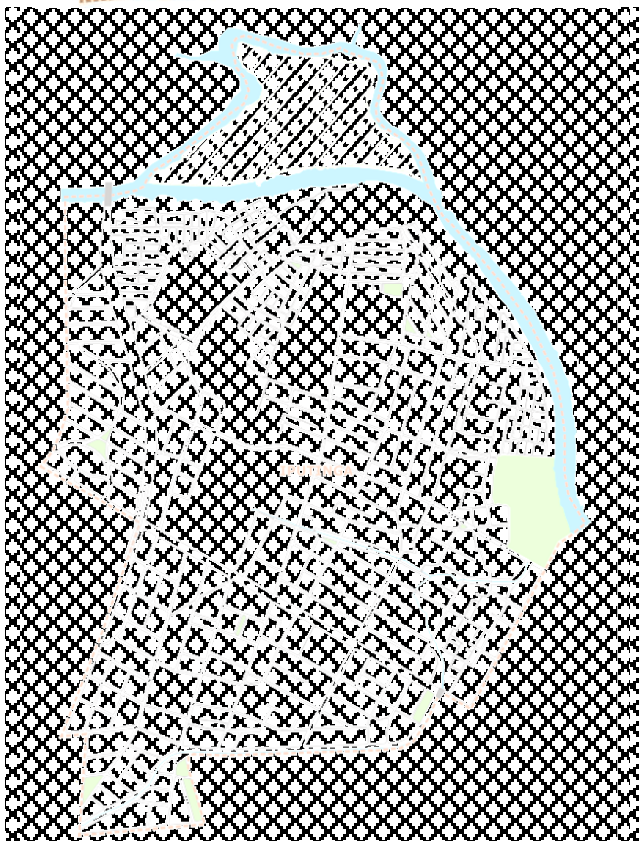
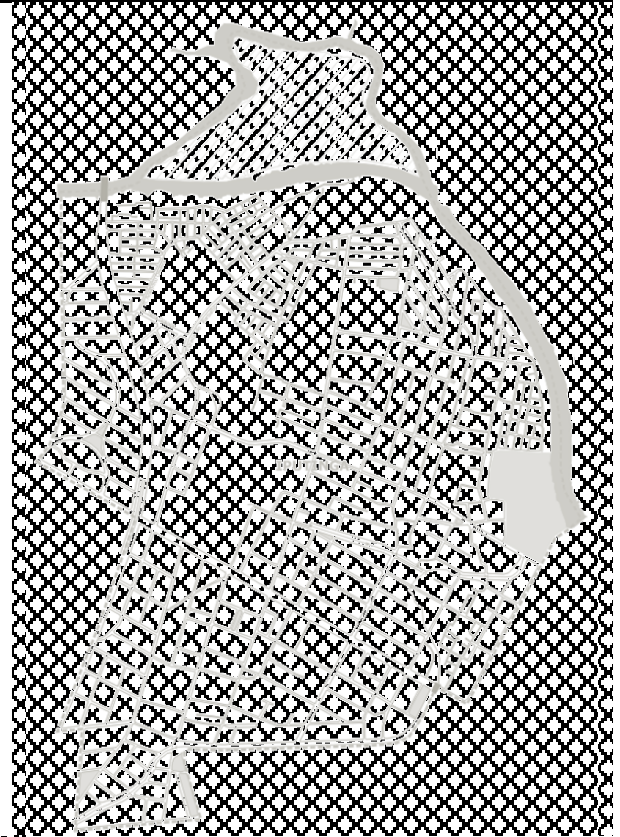
_____. **Mapa da violência 2010:** anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. **Mapa da violência 2011:** os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WESTPHAL, K. A agorafobia, uma doença neuropática. In: BESSET, V.L. (Org.). **Angústia**. São Paulo: Escuta, 2002. p. 149-171

APÊNDICES



APÊNDICE 01 – Instrumento de Coleta de Dados (Questionário)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGE

A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO COMO OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: A QUESTÃO DE
ÁREAS DE BAIXA RENDA NO BAIRRO DA IPUTINGA – RECIFE (PE)
Carlos Alberto Duarte de Souza

01. SEXO DO ENTREVISTADO(A): (A) Masculino (B) Feminino 02. IDADE EM ANOS: (A) Entre 10-20 (B) Entre 21-30 (C) Entre 31-40 (D) Entre 41-50 (E) Entre 51-60 (F) Acima de 60 03. ESCOLARIDADE: (A) Analfabeto (B) Ens. Fundamental I (C) Ens. Fund. II (D) Ens. Médio (E) Nível Superior (F) Pós-graduação 04. TRABALHO: (A) Sim (B) Não (C) Eventualmente (A) Formal (B) Informal 05. RENDA MÉDIA MENSAL: (A) Menos de 1 salário mínimo (B) 1 a 2 salários mínimos (C) 3 a 4 salários mínimos (D) Mais de 5 Salários 06. TEMPO DA MORADIA NA COMUNIDADE: (A) 1 a 2 Anos (B) 3 a 5 Anos (C) 6 a 10 Anos (D) Mais de 10	07. QUANTAS PESSOAS RESIDEM NA CASA? (A) 2 a 4 (B) 5 a 8 (C) Mais de 8 08. CONDIÇÃO DA MORADIA (A) Alvenaria (B) Taipa (C) Outro Material (A) Própria (B) Alugada (C) Outra: _____ 09. SOBRE A VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE NOS ÚLTIMOS ANOS, VOCÊ ACHA QUE: (A) Aumentou (B) Permaneceu como estava (C) Diminuiu 10. SENTE-SE SEGURO NO BAIRRO ONDE MORA? (A) Sim (B) Não Por quê? _____ 11. VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS DA COMUNIDADE SE SENTEM SEGURAS EM MORAR AQUI? (A) Sim (B) Não Por quê? _____ 12. O QUE MAIS INCOMODA EM SUA COMUNIDADE DE MODO GERAL? (A) Falta de policiamento (B) Falta de iluminação (C) Violência constante (D) Outro: _____
--	---

Página 01/02

13. EXISTE ALGUM LOCAL NA COMUNIDADE QUE VOCÊ TEME PASSAR POR ELE? (A) Sim (B) Não Caso sim, qual? _____ 14. SUA RESIDÊNCIA POSSUI ALGUNS DOS ARTIGOS ABAIXO? (A) Muro – superior a 1,5m (B) Garras, vidros nos muros (C) Grades (D) Cães de guarda (E) Cercas (F) Outro: _____ 15. SENTE-SE MAIS SEGURO COM OS ITENS ACIMA RELACIONADOS? (A) Sim (B) Não Por quê? _____ 16. O QUE LEVOU A ADQUIRIR/USAR ESSES ITENS DE SEGURANÇA? (A) Proteção (já foi vítima de crime no lugar onde mora) (B) Prevenção (não foi vítima de crime no lugar onde mora) (C) Outro: _____ 17. TEM PERCEBIDO AUMENTO DA SEGURANÇA NAS CASAS VIZINHAS? (A) Sim (B) Não Caso sim: (A) Muito (B) Moderado (C) Pouco 18. VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM DESSES ATOS CRIMINOSOS NOS ÚLTIMOS ANOS? (A) Furto (B) Roubo de celular (C) Roubo de outros objetos (D) Roubo na residência (E) Agressão Física (F) Tentativa de homicídio (G) Não foi vítima de nenhum crime	19. O CRIME ACONTECEU: (A) Em casa (B) Na rua onde mora (C) Na comunidade (D) Outros lugares 20. SEUS VIZINHOS, PARENTES OU AMIGOS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ALGUM CRIME NA RUA ONDE MORA? (A) Sim (B) Não 21. ALGUM FAMILIAR OU AMIGO JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME NA RMR? (A) Sim (B) Não 22. COM RELAÇÃO A SEUS HÁBITOS E DE SUA FAMÍLIA, O QUE FAZEM PARA EVITAR A VIOLÊNCIA, PARA SE SENTIREM MAIS SEGUROS? (A) Evitam sair à noite (B) Evitam passar por lugares considerados perigosos (C) Evitam contato com pessoas estranhas (D) Mantém as portas sempre fechadas (E) Evitam usar ambientes públicos (F) Outro: _____ 23. VOCÊ ACOMPANHA OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA? (A) Sim (B) Não Caso sim, sente-se mais seguro? (A) Sim (B) Não 24. QUAL O PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO QUE VOCÊ TOMA CONHECIMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA? (A) Televisão (B) Rádio (C) Jornal Impresso (D) Internet (E) Conversas (F) Outros Aplicador: _____ Data: ____/____/____.
--	--

Página 02/02
Adaptação de CRUZ, 2010.

APÊNDICE 02 – Quantificação dos dados coletados através de instrumentos de pesquisa aplicados no bairro da Iputinga em 17 áreas de baixa renda entre os dias 16/07/2010, 22/07/2010 e 09/07/2011 em Recife (PE).

QUESTÕES	ÁREAS DE BAIXA RENDA PESQUISADAS NO BAIRRO DA IPUTINGA																	T TOTAL
	DETRAN	SÃO JOÃO	INVASÃO SÃO JOÃO	BARBA LHO	SANTA MARTA	VILA UNIÃO	AYRTON SENNÁ	SKYLAB	LEAL DE BARROS	VILA SÃO PEDRO	ALTO DO CÉU	BARÃO DE SOLEDADE	ITAPI- RANGA	ABENÇOA- DA POR DEUS	MARQUÊS DE QUELUZ	CAIARA	BOMBA GRANDE	
1. SEXO DO ENTREVISTADO(A)																		
(A) Masculino	05	09	12	04	08	03	07	03	02	03	04	05	03	04	03	04	04	83
(B) Feminino	06	10	09	02	23	03	13	02	07	02	07	02	06	08	04	03	12	119
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
2. IDADE EM ANOS:																		
(A) Entre 10-20 anos	02	04	03	00	06	00	02	02	01	01	03	03	00	03	01	01	00	32
(B) Entre 21-30 anos	03	06	08	02	09	02	08	01	02	03	05	01	02	03	00	03	05	63
(C) Entre 31-40 anos	03	03	05	02	08	01	05	00	02	01	00	02	01	03	01	02	02	41
(D) Entre 41-50 anos	01	02	02	01	05	02	04	02	03	00	01	01	02	02	02	00	04	34
(E) Entre 51-60 anos	01	02	02	00	01	01	00	00	00	00	01	00	02	01	02	01	03	17
(F) Acima de 60 anos	01	02	01	01	02	00	01	00	01	00	01	00	02	00	01	00	02	15
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
3. ESCOLARIDADE:																		
(A) Analfabeto (a)	00	00	00	00	04	00	00	00	00	00	02	00	02	02	01	00	01	12
(B) Ensino Fund. I	02	07	13	01	12	02	12	01	03	00	02	00	01	02	02	02	02	64
(C) Ensino Fund. II	03	07	03	03	12	02	07	03	02	02	02	02	03	07	01	03	03	65
(D) Ensino Médio	06	03	05	02	02	02	01	01	04	03	05	05	03	01	03	02	09	57
(E) Nível Superior	00	02	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	04
(F) Pós-Graduação	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
4. TRABALHA:																		
(A) Sim	07	08	10	02	11	02	08	02	03	02	04	05	03	06	04	03	08	88
(B) Não	04	10	10	04	19	04	12	03	06	03	07	02	05	06	02	03	07	107
(C) Eventualmente	00	01	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	01	01	07
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
Caso sim:																		
(A) Formal	02	04	04	01	05	01	03	00	01	01	04	04	01	01	02	00	05	39
(B) Informal	05	04	06	01	06	01	05	02	02	01	00	01	02	05	02	03	03	49
TOTAL	07	08	10	02	11	02	08	02	03	02	04	05	03	06	04	03	08	88

QUESTÕES	ÁREAS DE BAIXA RENDA PESQUISADAS NO BAIRRO DA IPUTINGA																	T TOTAL
	DETRAN	SÃO JOÃO	INVASÃO SÃO JOÃO	BARBA LHO	SANTA MARTA	VILA UNIÃO	AYRTON SENNÁ	SKYLAB	LEAL DE BARROS	VILA SÃO PEDRO	ALTO DO CÉU	BARÃO DE SOLEDADE	ITAPI- RANGA	ABENÇOA- DA POR DEUS	MARQUÊS DE QUELUZ	CAIARA	BOMBA GRANDE	
5. RENDA MÉDIA MENSAL (Valor referente ao salário mínimo)																		
(A) Menos de 01 salário	03	08	08	00	11	01	09	02	04	00	02	01	03	03	02	02	04	63
(B) 1 a 2 salários	07	11	13	06	20	04	11	03	04	05	08	05	05	09	03	04	09	127
(C) 3 a 4 salários	01	00	00	00	00	01	00	00	01	00	01	01	01	00	02	01	03	12
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
6. TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE:																		
(A) 1 a 2 anos	00	00	00	00	03	00	03	00	01	01	00	01	00	01	00	01	00	11
(B) 3 a 5 anos	00	01	01	00	07	01	04	00	01	00	01	00	01	11	00	01	00	29
(C) 6 a 10 anos	02	01	02	01	05	00	05	01	00	00	00	01	01	00	00	00	00	19
(D) Mais de 10 anos	09	17	18	05	16	05	08	04	07	04	10	05	07	00	07	05	16	143
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
7. QUANTAS PESSOAS RESIDEM NA CASA?																		
(A) 2 a 4 pessoas	07	11	13	03	18	03	12	04	05	03	06	04	06	07	04	04	10	120
(B) 5 a 8 pessoas	02	06	05	03	10	03	05	01	03	01	05	03	02	05	03	03	04	64
(C) Mais de 8 pessoas	01	01	02	00	02	00	02	00	01	01	00	00	01	00	00	00	02	13
(D) Sozinho	01	01	01	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	05
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
8. CONDIÇÃO DA MORADIA																		
(A) Alvenaria	11	19	18	06	31	06	17	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	196
(B) Taipa	00	00	03	00	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	06
(C) Outro Material	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
(A) Própria	10	18	17	06	30	05	18	05	09	05	10	06	08	12	07	06	13	185
(B) Alugada	01	01	03	00	01	01	02	00	00	00	01	01	01	00	00	01	03	16
(C) Outra	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
9. SOBRE A VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE NOS ÚLTIMOS ANOS, VOCÊ ACHA QUE:																		
(A) Aumentou	08	10	13	03	15	04	13	05	09	04	10	04	08	05	06	06	13	136
(B) Permaneceu	02	07	05	03	11	02	06	00	00	01	01	01	01	05	00	00	03	48
(C) Diminuiu	01	02	03	00	05	00	01	00	00	00	00	02	00	02	01	01	00	18
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
10. SENTE-SE SEGURO NO BAIRRO ONDE MORA?																		
(A) Sim	05	10	17	03	12	02	07	01	04	02	03	02	05	02	02	04	05	86
(B) Não	06	09	04	03	19	04	13	04	05	03	08	05	04	10	05	03	11	116
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202

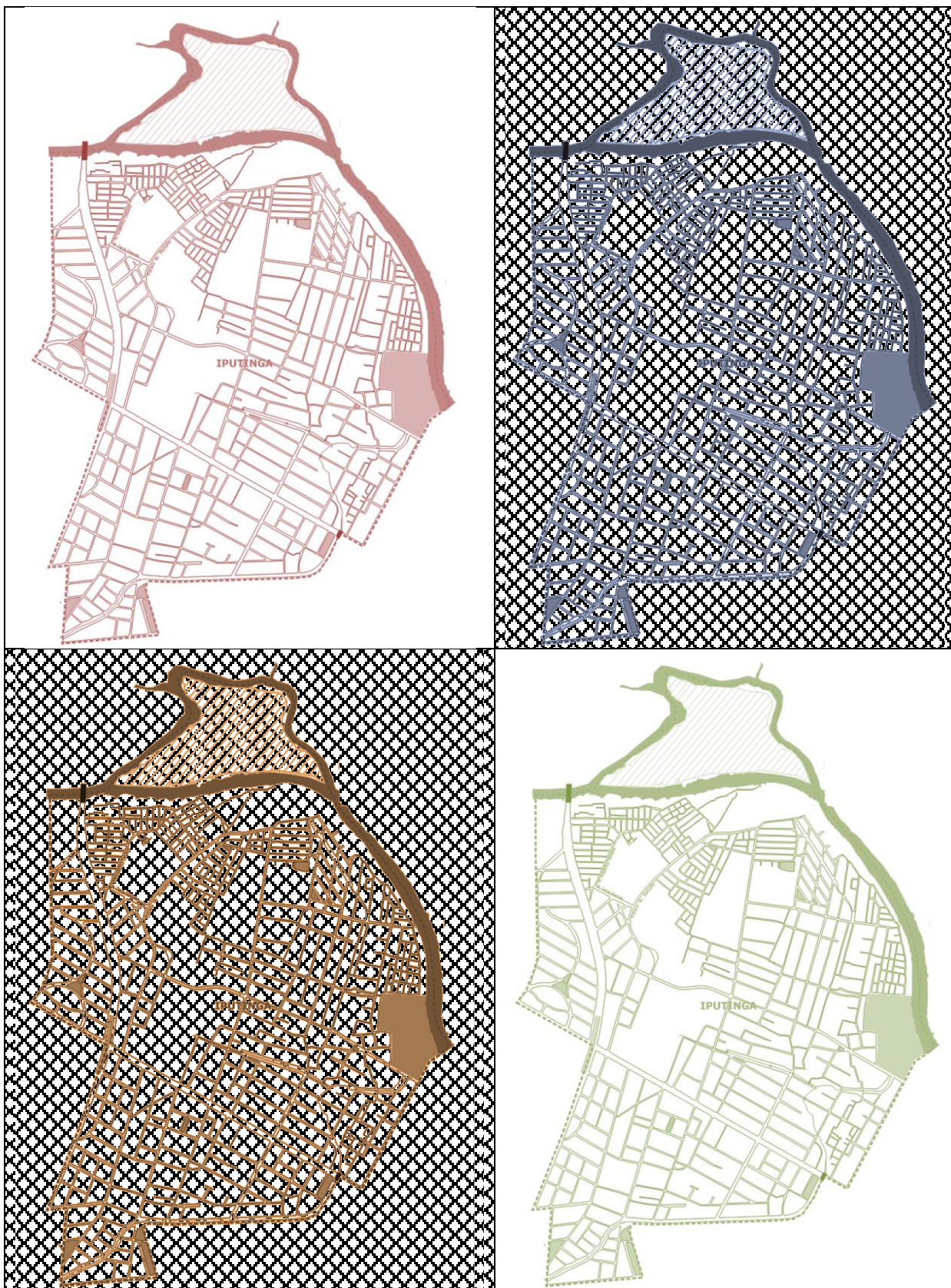
Por quê?Sim																		
A violência diminuiu	00	01	03	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	06
Conhece o lugar	03	01	02	02	02	01	02	00	02	00	00	01	00	01	00	02	01	20
Não respondeu	00	03	02	01	04	01	04	01	01	01	02	00	04	01	01	00	03	29
Segurança	02	02	07	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	02	01	18
Tranquilo	00	03	02	00	00	00	01	00	01	00	01	01	01	00	00	00	00	10
Não vive “aprontando”	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01
Ação da polícia	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
TOTAL	05	10	17	03	12	02	07	01	04	02	03	02	05	02	02	04	05	86
Por quê?Não																		
Violência	01	06	01	02	10	02	07	02	00	00	02	00	02	03	00	02	03	43
Não é inseguro	00	00	00	01	01	00	00	00	00	01	01	00	00	01	00	00	01	06
Não respondeu	04	01	00	00	02	02	04	02	05	02	05	05	02	04	05	00	07	50
Tráfico	00	00	02	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	05
Atuação da polícia	00	01	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	05
Insegurança/Medo	00	00	01	00	02	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	05
Moradores	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
TOTAL	06	09	04	03	19	04	13	04	05	03	08	05	04	10	05	03	11	116
11. VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS DA COMUNIDADE SE SENTEM SEGURAS EM MORAR AQUI?																		
(A) Sim	04	12	15	02	08	02	08	01	01	01	02	01	05	02	01	03	03	71
(B) Não	07	07	06	04	23	04	12	04	08	04	09	06	04	10	06	04	13	131
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
Por quê?Sim																		
Sabem viver	00	01	00	00	07	00	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	12
Conhece o lugar	01	04	00	01	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	08
Não respondeu	03	04	06	01	01	02	03	01	01	01	02	01	05	02	01	02	01	37
Segurança	00	02	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	10
Tranquilo	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
Violência diminuiu	00	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
TOTAL	04	12	15	02	08	02	08	01	01	01	02	01	05	02	01	03	03	71
Por quê?Não																		
Ação da polícia	00	00	00	00	02	00	01	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	04
Violência	02	03	01	02	09	02	05	02	01	00	03	01	01	03	00	03	03	41
Não é seguro	00	00	00	01	02	00	01	00	00	01	00	00	00	01	00	00	00	06
Medo	01	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
Não respondeu	02	03	05	00	09	02	05	02	07	03	06	05	03	04	06	00	10	72
Tráfico	02	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	05
TOTAL	07	07	06	04	23	04	12	04	08	04	09	06	04	10	06	04	13	131

QUESTÕES	ÁREAS DE BAIXA RENDA PESQUISADAS NO BAIRRO DA IPUTINGA																	T TOTAL
	DETRAN	SÃO JOÃO	INVASÃO SÃO JOÃO	BARBA LHO	SANTA MARTA	VILA UNIÃO	AYRTON SENNA	SKYLAB	LEAL DE BARROS	VILA SÃO PEDRO	ALTO DO CÉU	BARÃO DE SOLEDADE	ITAPI- RANGA	ABENÇO- DA POR DEUS	MARQUÊS DE QUELUZ	CAIARA	BOMBA GRANDE	
12. O QUE MAIS INCOMODA EM SUA COMUNIDADE DE MODO GERAL?																		
(A) Falta de policiais	02	03	06	03	10	01	10	04	07	03	06	02	02	07	03	05	09	83
(B) Falta de Iluminação	01	03	04	00	02	00	01	00	00	00	00	00	03	00	03	00	01	18
(C) Violência constante	00	00	01	00	06	02	04	00	00	00	01	02	01	01	00	01	04	23
(D) Outro	08	13	10	03	13	03	05	01	02	02	04	03	03	04	01	01	02	78
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
13. EXISTE ALGUM LOCAL NA COMUNIDADE QUE VOCÊ TEME PASSA POR ELE?																		
(A) Sim	07	10	17	05	13	04	09	01	06	03	06	05	06	08	06	04	09	119
(B) Não	04	09	04	01	18	02	11	04	03	02	05	02	03	04	01	03	07	83
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
Caso SIM, qual?																		
Ponte da Salvação	03	02	05	01	06	01	02	00	01	00	00	00	00	01	00	00	00	22
Caixa D'Água	01	03	03	02	02	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
Comunidade do Detran	02	02	03	02	01	02	02	00	02	00	03	02	00	03	01	00	02	27
A comunidade que mora	00	01	01	00	01	00	00	01	00	00	01	00	01	00	00	02	03	11
Parque do Caiara	00	00	01	00	00	00	00	00	02	00	00	00	02	02	02	01	04	14
Abençoada por Deus	00	01	02	00	01	00	02	00	00	01	02	02	02	02	02	00	00	17
Cobal	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02	00	00	01	00	01	00	00	04
A rua onde mora	01	01	01	00	01	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01	00	06
Outros	00	01	01	00	01	00	02	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	06
TOTAL	07	10	17	05	13	04	09	01	06	03	06	05	06	08	06	04	09	119
14. SUA RESIDÊNCIA POSSUI ALGUNS DOS ARTIGOS ABAIXO?																		
(A) Muro, superior a 1,5m	09	08	15	03	15	05	10	01	07	03	09	06	08	00	02	01	08	110
(B) Garras, vidros nos muros	01	02	02	00	03	00	03	00	01	00	00	00	00	00	01	00	00	13
(C) Grades	08	09	15	06	15	05	09	02	06	04	07	03	05	12	05	06	12	129
(D) Cães de guarda	00	00	00	00	01	02	00	00	01	01	02	02	01	00	00	02	01	13
(E) Cercas	00	01	00	00	04	01	04	00	00	00	00	01	01	00	00	02	01	15
(F) Outro/Não Possui	01	02	03	00	03	00	02	03	00	01	01	00	01	00	00	00	02	19
15. SENTE-SE MAIS SEGURO COM OS ITENS ACIMA RELACIONADOS?																		
(A) Sim	07	11	18	01	09	04	05	00	04	02	04	06	03	05	03	02	10	94
(B) Não	02	03	04	05	10	02	07	02	05	02	07	01	05	07	04	05	04	75
TOTAL	09	14	22	06	19	06	12	02	09	04	11	07	08	12	07	07	14	169

Por quê?Sim																		
Não Respondeu	02	03	05	01	05	04	04	00	04	02	04	04	02	05	03	01	08	57
Protege	05	08	13	00	04	00	01	00	00	00	00	02	01	00	00	01	02	37
TOTAL	07	11	18	01	09	04	05	00	04	02	04	06	03	05	03	02	10	94
Por quê?Não																		
Não protege	00	00	00	03	07	01	03	01	03	00	03	00	02	00	00	04	02	29
Não respondeu	01	01	01	02	03	01	04	01	02	02	04	01	03	06	04	01	02	39
Insegurança	01	02	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	06
Outros	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
TOTAL	02	03	04	05	10	02	07	02	05	02	07	01	05	07	04	05	04	75
16. O QUE LEVOU A ADQUIRIR/USAR ESSES ITENS DE SEGURANÇA?																		
(A) Proteção (Já foi vítima de crime no lugar onde mora)	03	04	05	01	16	03	11	01	06	02	04	02	03	02	05	03	04	75
(B) Prevenção (não foi vítima de crime no lugar onde mora)	04	07	19	05	10	03	06	01	03	03	07	05	05	09	02	04	12	105
(C) Outro	00	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	03
17. TEM PERCEBIDO AUMENTO DA SEGURANÇA NAS CASAS VIZINHAS?																		
(A) Sim	02	11	16	05	25	05	15	03	08	04	06	05	08	11	06	06	13	149
(B) Não	09	08	05	01	06	01	05	02	01	01	05	02	01	01	01	01	03	53
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
Caso SIM:																		
(A) Muito	01	06	10	03	20	01	13	01	05	03	05	02	06	08	04	05	05	98
(B) Moderado	01	04	05	02	03	03	02	01	03	01	01	03	01	03	02	01	07	43
(C) Pouco	00	01	01	00	02	01	00	01	00	00	00	00	01	00	00	00	01	08
TOTAL	02	11	16	05	25	05	15	03	08	04	06	05	08	11	06	06	13	149
18. VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM DESSES ATOS CRIMINOSOS NOS ÚLTIMOS ANOS?																		
(A) Furto	00	01	02	00	02	00	02	00	00	00	00	00	00	02	00	00	01	10
(B) Roubo de celular	01	03	04	00	02	00	03	00	00	00	01	01	00	00	00	01	00	16
(C) Roubo de outros objetos	02	04	05	03	05	01	03	00	03	00	01	01	03	01	03	02	03	40
(D) Roubo de residência	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	01	04
(E) Agressão física	00	01	01	00	02	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01	01	07
(F) Tentativa de homicídio	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00	02
(G) Não foi vítima de nenhum crime	08	09	09	03	20	05	12	05	05	04	09	04	06	09	03	02	10	123
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202

QUESTÕES	ÁREAS DE BAIXA RENDA PESQUISADAS NO BAIRRO DA IPUTINGA																	T TOTAL
	DETRAN	SÃO JOÃO	INVASÃO SÃO JOÃO	BARBA LHO	SANTA MARTA	VILA UNIÃO	AYRTON SENNA	SKYLAB	LEAL DE BARROS	VILA SÃO PEDRO	ALTO DO CÉU	BARÃO DE SOLEDADE	ITAPI-RANGA	ABENÇOA-DA POR DEUS	MARQUÊS DE QUELUZ	CAIARA	BOMBA GRANDE	
19. O CRIME ACONTECEU																		
(A) Em casa	00	01	02	00	05	01	02	00	01	00	01	00	01	02	01	01	02	20
(B) Na rua onde mora	01	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	01	00	05
(C) Na comunidade	01	04	04	02	01	00	01	00	01	01	01	01	00	00	00	01	03	21
(D) Outros lugares	01	05	05	01	04	00	05	00	02	00	00	02	01	01	03	02	01	33
TOTAL	03	10	12	03	11	01	08	00	04	01	02	03	03	03	04	05	06	79
20. SEUS VIZINHOS, PARENTES OU AMIGOS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ALGUM CRIME NA RUA ONDE MORA?																		
(A) Sim	05	10	11	04	20	04	15	03	06	05	09	05	08	07	06	07	14	139
(B) Não	06	09	10	02	11	02	05	02	03	00	02	02	01	05	01	00	02	63
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
21. ALGUM FAMILIAR OU AMIGO JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME NA RMR?																		
(A) Sim	07	12	14	06	19	06	09	03	07	05	09	07	09	08	06	07	12	146
(B) Não	04	07	07	00	12	00	11	02	02	00	02	00	00	04	01	00	04	56
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
22. COM RELAÇÃO A SEUS HÁBITOS E DE SUA FAMÍLIA, O QUE FAZEM PARA EVITAR A VIOLENCIA, PARA SE SENTIREM MAIS SEGUROS?																		
(A) Evitam sair à noite	05	04	06	05	19	06	09	03	08	04	04	04	06	06	05	05	12	111
(B) Evitam passar por lugares considerados perigosos	08	09	13	01	10	05	07	03	07	04	09	06	07	08	06	01	10	114
(C) Evitam contato com pessoas estranhas	04	05	04	00	09	03	05	00	05	03	04	01	02	04	02	02	03	56
(D) Mantém as portas sempre fechadas	02	03	04	05	10	04	09	03	06	03	06	05	05	05	04	04	11	89
(E) Evitam usar ambientes públicos	00	01	01	00	01	02	00	01	02	02	02	00	01	02	01	00	06	22
(F) Outro	00	01	01	00	02	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00	00	06
23. VOCÊ ACOMPANHA OS ÍNDICES DE VIOLENCIA?																		
(A) Sim	09	15	18	04	26	06	12	04	09	04	11	07	07	11	07	06	12	168
(B) Não	02	04	03	02	05	00	08	01	00	01	00	00	02	01	00	01	04	34
TOTAL	11	19	21	06	31	06	20	05	09	05	11	07	09	12	07	07	16	202
Caso SIM Sente-se mais seguro?																		
(A) Sim	01	01	02	00	02	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	08
(B) Não	08	14	16	04	24	06	11	04	09	04	11	07	07	11	07	06	11	160
TOTAL	09	15	18	04	26	06	12	04	09	04	11	07	07	11	07	06	12	168

QUESTÕES	ÁREAS DE BAIXA RENDA PESQUISADAS NO BAIRRO DA IPUTINGA																	T TOTAL
	DETRAN	SÃO JOÃO	INVASÃO SÃO JOÃO	BARBA LHO	SANTA MARTA	VILA UNIÃO	AYRTON SENNA	SKYLAB	LEAL DE BARROS	VILA SÃO PEDRO	ALTO DO CÉU	BARÃO DE SOLEDADE	ITAPI- RANGA	ABENÇOA- DA POR DEUS	MARQUÊS DE QUELUZ	CAIARA	BOMBA GRANDE	
24. QUAL O PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO QUE VOCÊ TOMA CONHECIMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA?																		
(A) Televisão	10	14	18	04	20	06	13	04	08	04	11	07	06	11	07	06	11	160
(B) Rádio	01	01	03	02	03	02	01	00	04	02	03	03	03	01	01	01	04	35
(C) Jornal Impresso	00	01	01	00	01	00	01	00	00	02	04	03	02	00	01	02	02	20
(D) Internet	01	00	00	00	02	00	01	00	00	00	04	03	00	00	00	02	00	13
(E) Conversas	01	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
(F) Outros	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01



**A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO COMO OCORRÊNCIA DA
VIOLÊNCIA E DO MEDO: A QUESTÃO DE ÁREAS DE BAIXA
RENDA NO BAIRRO DA IPATINGA – RECIFE (PE)**

Carlos Alberto Duarte de Souza